

RICARDO CARBALLO CALERO

PROBLEMAS DA LÍNGUA GALEGA



SÁ DA COSTA EDITORA
LISBOA

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA
Augusto Sá da Costa, Lda.
Praça Luís de Camões, 22-4.º — 1294 Lisboa Codex

1.ª edição, 1981
© Sá da Costa Editora
Todos os direitos reservados de harmonia
com a lei em vigor

Capa de José Cândido

Impresso em Portugal

ÍNDICE

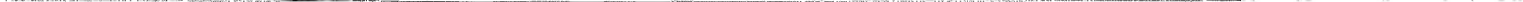
Prefácio, *p.* 1

I. HISTÓRIA E POLÍTICA LINGÜÍSTICA

1. Sobre a nossa língua, *p.* 5
2. Do passado ao futuro, *p.* 25
3. A constituição do galego como língua escrita, *p.* 37
4. A linha do galego literário, *p.* 53
5. O galego desenfreado, *p.* 65
6. Uso e abuso do galego, *p.* 73
7. Nom estamos sós, *p.* 79
8. Norma e sistema lingüístico, *p.* 83
9. Normas ortográficas e morfológicas, *p.* 87
10. Novas bases para umha normalização lingüística, *p.* 95

II. ALGUMHAS NOTAS FILOLÓGICAS

1. O idioma no Seminário de Estudos Galegos, *p.* 111
2. Sobre dialectologia do galego, *p.* 121
3. Um exemplo de gerúndio flexional, *p.* 129
4. *Proviço* e *proviso*, *p.* 135
5. Testemunhos gráficos do galego *decer*, *p.* 139



PREFÁCIO

Reúno neste livro, obedecendo indicações mui autorizadas, distintos trabalhos que versam sobre problemas da língua galega.

Pareceu-me bem agrupá-los em duas partes. Os que integram a primeira som principalmente ensaios referidos a política lingüística, coas ilustrações indispensáveis sobre a história ou a sistemática do idioma. Os que constituem a segunda parte som principalmente estudos de bibliografia, lexicografia ou outros ramos da lingüística ou da filologia galega. De jeito que na primeira parte hai um propósito fundamental de tipo normativo, mentres que na segunda a intenção é basicamente descritiva. Debate-se na primeira parte o tema da essência e a existência do galego, procurando no conhecimento do que é aquela, orientação para sugerir o que deve ser esta. Plan-tejam-se, e — na medida em que for possível — resolvem-se na segunda parte, questões concretas que atingem à fenomênica do idioma. Nem sempre os limites som nítidos, como vai sugerido; mais na vida nom existem limites, senom franjas de transição, entre umbas e outras realidades, que autorizam distintos cortes no conjunto.

Todo o contido do livro é apresentado como umba pequena contribuição à cultura tradicional do Noroeste peninsular, aportada por um filho do país que se sente imerso nessa cultura. O que pode haver de válido e de inválido em tal aportação, nom o poderia dizer. Se pudesse, o livro seria de volume mais reduzido, ou porventura inexistente.

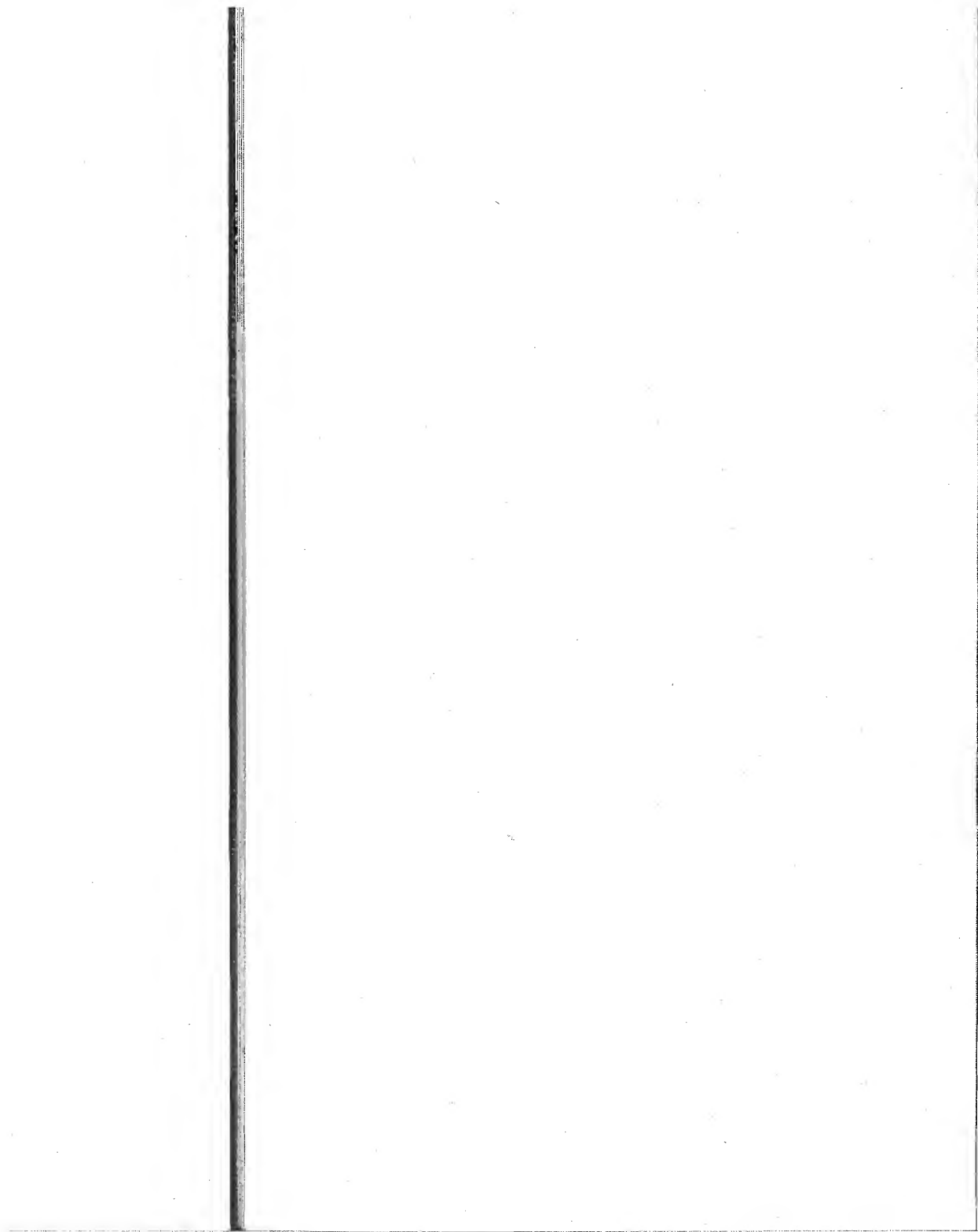
A excepção do que vai em cabeça, todos os trabalhos foram publicados com anterioridade, umba ou mais vezes, em revistas, jornais ou colectâneas. Agora vam revisados, e — até onde coubo sem destruir a sua estrutura fundamental — actualizados. Indica-se a versom que precedeu à presente, a efeitos bibliográficos, a fim de cada texto.

O último está escrito na forma do galego-português normativa no

país em que o livro se edita, homenagem dum galego à versom mais universal do sistema lingüístico comum. Os demais, num galego que nom aspira a ser exemplar, mais inteligível a umbra e a outra banda do Minho, e veste um indumento gráfico inspirado no desejo de nom provocar dificuldades de imprensa e de leitura na terra em que sai do prelo.

I.

HISTÓRIA E POLÍTICA LINGÜÍSTICA



I.

SOBRE A NOSSA LÍNGUA

A LÍNGUA DE GALIZA

Quando se anuncia que alguém se propom falar em galego sobre a nossa língua, aqui e agora todos agardam que se fale da língua autóctona, e nom da língua do Estado, bem que esta tenha chegado a ser a língua própria dum número elevado de galegos. Mais o castelam é umha língua importada, e se hoje tem profundo arraigo no país, nasceu longe dele, e a sua implantação na nossa terra é moderna, e resultado dum processo político de recepção, e nom dumha evolução natural de formas lingüísticas nativas preexistentes. Mais nada hai de anómalo nesse feito, pois as línguas, como as nações, nom som unidades naturais, senom culturais, sujeitas, polo tanto, aos ritmos e fluências da história, que transformam e ainda transubstanciam, quando nom trastrocam, as realidades que conduzem. Mesmo o galego, ainda que nado em Galiza, trai as suas origens de Roma, pois foi o latim importado o que lhe deu a forma substancial, e nom é outra cousa que latim falado em Galiza e transformado em Galiza no decorrer dos tempos até chegar a constituir-se como entidade autónoma. Assim, poderíamos afirmar que o galego é umha língua de colonização em Galiza, nom menos que o castelam, pois nom podemos considerá-lo continuação de nengumha fala autóctona, já que estas actuarom como meros substratos, senom continuação do latim introduzido por conquistadores e colonos. Se adjudicamos ao galego o rango de primeira língua falada em Galiza no plano cronológico, teremos de admitir que Galiza existe desde que o nome Galiza substituiu ao de Gallaecia, e que Galiza nasce da loba romana e que se nutre dos seus úberes ubérrimos.

GALIZA E GALLAECIA

Mais o nome de Galiza, que é o geral para designar a nossa terra antes que a adaptação castelá *Galícia* comece a penetrar nos documentos, ainda que derivado de *Gallaecia*, designa um território muito mais restringido que o seu étimo. A província romana de *Gallaecia* estendia-se não só pelo Portugal actual até o Douro, senão por quase toda a meseta norte até a cordilheira ibérica. Lembremos que César identificava os nomes de *celtas* e *galos*. Os *galecos* eram os *celtas* de Hispânia para os Romanos, pois se comparamos um mapa das províncias hispánicas com outro das línguas primitivas da Península, vemos que a *Gallaecia* cai inteiramente dentro do território onde se falavam dialectos não ibéricos, senão celtas, e outros indo-europeus próximos ao celta. Esta *Gallaecia*, com aqueles limites, foi a dos derradeiros tempos da Antiguidade, quando Hispânia, diocese dependente da prefeitura das Gálias, compreendia também a *Tarraconense*, a *Cartaginense*, a *Bética* e a *Lusitânia*. A *Gallaecia* foi um viveiro de romances. Houvo um latim galeco, ou galaico, que se manifestou em duas formas romances: o galeco ocidental, falado na *Gallaecia* «*ulterior*», ou seja a Galiza, e um galeco oriental, próprio da *Gallaecia* mesetenha. Assim surgiram o galego e o leonês. O contacto com o vasco determinou que do leonês se desprendesse o castelão; e o contacto com o romance moçárabico lusitano provocou a aparição do português como variante do galego. Todos estes romances estão formados sobre um substrato indo-europeu, celta ou pré-celta, e fica à margem a Espanha linguisticamente «ibérica», que compreende dialectos pirenaicos e mediterrâneos que foram absorvidos com o tempo pelo seu vizinho o castelão, mais adiante invasor de grandes extensões da zona, ou subsistiram agrupados em torno ao catalão, que assimilou também os mais próximos dos seus afins e avançou com a Reconquista.

O ESPANHOL NOROCIDENTAL

O galego apresenta-se-nos, pois, nas suas origens, como o espanhol norocidental, tam próprio das terras que hoje chamamos Galiza como daquelas que constituíam o Condado de Portugal, e que estavam integradas na antiga Gallaecia. Rebassada a fronteira sul da província romana, ao avançar o galego pola Lusitânia, recobriu os dialectos moçárabes ali existentes, e como por entom Portugal era ja um estado independente, achamos dificuldade para seguir chamando galego à língua da franja oeste da Península, que agora denominamos galego-português, e que é umha língua literária comum, ainda que os falares galegos galaicos e os falares galegos lusitanos sem dúvida registavam divergências de origem substratística. Estas divergências nom se manifestarom na língua literária até fins da Idade Média, e só entom podemos falar de galego e português como normas distintas, integradas, porém, no mesmo sistema originário.

O GALEGO, ÚNICA LÍNGUA DE GALIZA

O galego nace, pois, como umha língua romance na Gallaecia finistérica, e escreve-se em documentos jurídicos e em textos literários a partir dos confins dos séculos XII e XIII, ainda que, por suposto, em diplomas latinos anteriores, e desde o século IX, achamos testemunhos esporádicos da sua presença como língua coloquial. Entom, como espontânea manifestação idiomática do país, umha vez que, afastada do latim clássico, ou do que naquele tempo se escrevia, conquistou a escrita, foi o único veículo de expressão lingüística para o home galego. De jeito que era língua coloquial, língua tabeliônica, língua administrativa e língua poética. Em Galiza nom se escrevia nem se falava senom em galego, fosse quem fosse o home galego que escrevesse ou falasse.

LÍNGUA E DIALECTO

Hai umha questom reiteradamente posta, particularmente embrulhada se o lugar da discussom é qualquer ágora democrática, mais perfeitamente resolvida a pouco que se fixem tecnicamente os termos da discussom, que tem causado inúteis pesadumes e motivado acesas controvérsias entre aqueles que pedem às definições das humanidades o dogmatismo próprio das verdades reveladas ou o carácter exacto das ciências matemáticas, nom contentando-se co valor convencional, quer dizer, convido, da nomenclatura humanística. Hai quem está disposto sempre a guerrear pola atribuiçom das palabras *língua* e *dialecto* a um sistema de signos orais, como se tal oposiçom afectasse essencialmente aos significados, quando o uso científico desses termos fai relaçom ao feito histórico da sua utilizaçom social. Ja se sabe que se pode chamar dialecto a umha fala que se deriva de outra, e neste caso seriam dialectos todas as falas existentes. Podemos entender que os dialectos se convertem em línguas quando morre a língua mai. Mais resulta de maior rendimento assumir que é o cultivo literário, o uso oficial, a consideraçom social, enfim, o *status* cultural, o que distingue umha língua dum dialecto; o que significa que um dialecto pode atingir a categoria de língua, e umha língua pode cair na condiçom de dialecto. Esta interpretaçom funcional é a verdadeiramente de rendimento. E segundo ela, deveremos admitir que o galego viveu umha vida dialectal durante toda a Idade Moderna, enxotado das formas elevadas de vida pública, reduzido ao âmbito coloquial, e mui pronto confinado na ordem mais atrasada, mais imobilista da actividade económica e social, privado de literatura ou só esporadicamente beneficiário dela, sendo esta precariamente alimentada polo contraste coa literatura em língua castelá, de jeito que o efeito se obtém precisamente da troca excepcional, anormal, da língua canónica por umha língua que rompe a normalidade da escrita. Toda a luita do Ressurgimento vai orientar-se na direcçom de recuperar para o galego o *status* de língua

no sentido social, e superar a sua dialectalizaçom. Como se tem chegado a esta?

O FANTASMA DA PROSCRIÇOM LEGAL

Ainda hai afeiçoados à história — com mais leituras socio-lógicas que filológicas — que esculcam os arquivos coa esperança iluminada de se immortalizar, como Schliemann, descobrindo a Tróia dumha pragmática que proscrevera o uso — nom sei se oficial ou total — do galego, pragmática ditada nom sei se polos Reis Católicos — aos que se atribuem toda sorte de medidas antigalegas — ou por quaisquer outros castelans ou espanhóis. Temo-me que aquele empenho seme-lhe a procura da Fonte da Mocidade por Ponce de León, ou, se queremos escolher mitologias mais célticas, a navegaçom cara aos portos da ilha de Sam Brandam ou da ilha de Avalom, onde dorme o seu sono o Rei Artur. Os Reis Católicos, e os seus sucessores até Filipe V, por mais reis e mais católicos que todos foram, jamais proscreverom expressamente o uso de nengumha fala hispánica. Fixo-o Filipe V co catalam cos decretos de nova planta, umha vez dominada Catalunha, que se pronunciara polo Arquiduque Carlos na Guerra de Sucessom. Mais em Galiza o abandono do galego como língua escrita nom foi resultado dumha política lingüística do poder central — que mesmo constitucionalmente nom existia —, senom de alteraçoms demográficas produzidas por factores políticos e económicos que na sua essência eram alheios a toda planificaçom idiomática.

A GUERRA FRATRICIDA

No século xiv repercutiu em Galiza a guerra dinástica entre Dom Pedro de Borgonha e Dom Henrique de Trastámara. Como a guerra inglesa entre as rosas de Lencastre e York, aquela guerra fratricida foi umha guerra na qual se

ventilavam interesses aristocráticos. Aos campestinos galegos pouco podia interessar-lhes o triunfo do filho legítimo ou do filho ilegítimo de Afonso XI. As cavalcadas dos senhores amarravam os campos de milho — que daquela era o milho miúdo — o mesmo se nas gualdrapas das cavalgaduras campavam as armas de Borgonha que se o faziam as armas de Trastámara. Mais os nobres galegos jogavam mormente a carta da legitimidade, e vencedora a ilegitimidade, as mercês henriquinas introduzirom no país linhages castelás que renovaram o estamento. Houvo agora senhores castelans que ostentavam o máximo poder social, e que derom a pauta lingüística às capas superiores da população, porque a base sempre tende à cúspide. Assim, a nobreza galega, ainda a autóctona, mui castigada pola repressom henriquina, em parte empobrecida ou exiliada, começou a imitar no seu comportamento lingüístico os novos amos, que usavam o castelam porque eram castelans, e que vinheram rodeados de escribas, cregos e criados que nom conheciam a língua do país. Assim, começou a utilizar-se o castelam polos notários destas novas casas. Assim, o castelam foi a língua do prestígio social. A língua escrita da oligarquia dominante puxou por converter-se em língua oral distinguida para todo o país, e se no artesanado e no campestinado se manteve o galego, nom foi sem forte deterioro, e graças ao relativo isolamento das classes humildes. Por suposto, o envio de funcionários reais e eclesiásticos de procedência forasteira, que é seqüela do absolutismo monárquico imperante na Idade Moderna, acentuou o desprestígio da fala do país, que, depois do primeiro terço do século xvi, desaparece totalmente dos documentos públicos. Ao formarem-se culturalmente longe de Galiza os administradores, a administração castelaniza-se totalmente, e o galego dialectaliza-se, quer dizer, passa a ser língua reservada ao âmbito familiar, excluída da vida oficial, dos momentos solenes. Mais esta exclusom nom foi nunca decretada, o castelam nom foi introduzido em Galiza como o francês em Occitânia por um decreto real como o de Francisco I de 1539 ou como o castelam em Catalunha por Filipe V em

1716. Nom era necessário. A evoluçom sócio-lingüística tinha ja degradado o galego no século XVI à condiçom dialectal.

AS CLASSES DIRIGENTES

Mais o processo nom se detivo aqui. Galiza, que, material ou espiritualmente, se convertera num povo sem nobreza, no sentido de que deixara de ser galega a sua nobreza, no trânsito da Idade Média à Idade Moderna, vai converter-se num povo sem burguesia, no mesmo sentido, no trânsito da Idade Moderna à Idade Contemporânea.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Existia, por suposto, umha burguesia galega durante a época medieval. A burguesia é precisamente um produto da Idade Média. A civilizaçom urbana, que agroma vitoriosamente na Baixa Idade Média, está ligada ao florecimento da burguesia. Na Universidade, tantas vezes outrora acusada com razom de viver de costas ao país, fam-se agora — ainda que muitos nom se inteirem, porque vivem de costas à Universidade — importantes trabalhos históricos que nos informam da vida gremial nas nossas cidades. A investigaçom documental familiariza-nos com notários, escrivans, ourives, prateiros, acibecheiros, caldeireiros, concheiros, peliteiros, çapateiros, carnicheiros, ferreiros, ferradores, tundidores, barbeiros, forneiros, alfaiates, adegueiros, taberneiros, mercados, carpinteiros, pedreiros, físicos, cirurgians. Sabemos dos seus recursos económicos e da sua intervençom na vida municipal. Esta burguesia, decaída na sua importância social co absolutismo e o centralismo modernos, nom soubo ou nom pudo fazer frente ao repto que para a economia pública supuxo a nova época industrial, baseada na mecanizaçom dos instrumentos de produçom, na divisom de capital e trabalho e na apariçom da fábrica acolhedora de maquinaria

como substituto do obradoiro fornecido de ferramenta. Em geral, produz-se um fenómeno de proletarização dessa burguesia, e o capital, indispensável para a produção moderna, vem de fora. Os catalans, armadores e conserveiros; os maragatos, tendeiros, e outras castas de castelans, riojanos, camerano, cream a moderna indústria, o moderno comércio, a moderna banca no país. Constituem umha nova classe, que dispom de numerário e poder económico e que, em estreito contacto coa Administração, fala a língua desta, que é maioritariamente a sua.

O BILINGÜÍSMO GALEGO

Se no tránsito da Idade Média à Moderna se castelanizou lingüisticamente a nobreza, no tránsito da Idade Moderna à Contemporânea castelanizou-se a burguesia. A partir de entom tivemos bilingüísmo em Galiza. As classes superiores falarom castelam e as classes inferiores falarom galego. As duas línguas, claro está, nom permanecerom mutuamente isoladas. O galego castelanizou-se e o castelam galeguizou-se. Muita gente entendia os dous idiomas, e nom poucos os falavam segundo as circunstâncias. Mais a língua natal, a aprendida na casa e sentida como própria, era umha ou outra; e normalmente o castelam era a língua dos ricos e o galego a língua dos pobres. Coa particularidade de que, substituídas as classes superiores galegas por gentes de origem forasteira que conservavam a sua língua ou adoptaram a língua da Administração, os ricos eram geralmente de origem nom galega. Podemos falar, pois, de dous povos galegos, de duas etnias em Galiza, algo assim como os patrícios e os plebeus em Roma. Mais mentres que em Roma os patrícios eram os enxebres romanos e os plebeus eram gentes novas, aluvions de procedência estrangeira, em Galiza os plebeus eram os autóctonos e os patrícios, os descendentes dos colonizadores, que possuíam a hegemonia social.

A DESGALEGUIZAÇOM

A nossa burguesia falava, pois, castelam, pura e simplesmente porque nom era galega. Esta é, claro está, a situaçom teórica inicial. Logo vem a desgaleguizaçom dos galegos como consequência do desejo de incorporaçom ao grupo dirigente. Falar galego era renunciar ao poder. Um número crescente de galegos de origem foi adoptando como língua doméstica o castelam por razons de prestígio, conforme obtinha ou pretendia o honor de se incorporar ao grupo dirigente.

O GALEGO, LÍNGUA ORAL

Podemos considerar, pois, que a decadência do galego se enceta no século XIV, co desarraigo da alta nobreza indígena, e culmina no século XIX, coa implantaçom dumha nova burguesia de procedência forasteira. A Idade Moderna, os séculos XVI, XVII e XVIII som os de máxima prostraçom cultural do nosso idioma. Nestes séculos, o galego deixa de ser língua escrita. Em galego nom se escrevia nada. O galego era umha fala. Chamar-lhe dialecto nom é inajeitado, sempre que nom pretendamos com isso que é umha forma divergente do castelam oficial. Mais de jeito crescente vai enfeudando-se a este. Como nom se reflexava no espelho da escrita, nom tinha consciência da sua própria fisionomia, e assim se abriu passo entre os mesmos galegos a ideia de que o galego era umha forma degradada do castelam. Socialmente, pois, nom era tam disparatado considerar o galego um dialecto do castelam. Ao chegar-se a este, cada vez ia sendo menos um romance independente, e o seu destino era transformar-se num dialecto galego do castelam, quer dizer, num castelam falado em Galiza no que operasse um substrato do antigo romance autóctono.

O GALEGO ESCRITO, TRANSGRESSOM DA NORMA

Discutindo com Valera, Murguía negava que o galego deixara de cultivar-se nos séculos xvi a xix. Nós negamos-lhe o carácter de língua escrita. Devemos explicar-nos. Ao falarmos de língua escrita, referimo-nos à que o é de forma essencial. Umha língua escrita possui umha forma fixada, é umha instância supradialectal. O galego daqueles séculos, o galego médio, à diferença do galego antigo, nom se escreve normalmente, e cada vez que, acidentalmente, se escreve, escreve-se sem preocupação normativa. Temos documentos galegos da Idade Média nos quais se registam muitas variantes léxicas, mais dentro dessa liberdade, é evidente a consciência de que hai formas canónicas para a escrita. Tal consciência desaparece co galego médio, porque está esquecida a tradiçom literária e tabeliônica, e o que escreve, escreve como se fosse o primeiro que o fai. Entom, o galego escrito dos séculos xvi e xvii, do século xviii e da primeira metade do xix, nom é umha verdadeira língua escrita, senom que é umha acidental gravaçom da língua falada. Os que escrevem na época do galego médio perseguem o efeito estilístico que resulta de escrever numha língua que nom se escreve. Porque a língua escrita dos galegos era o castelam, e escrever em galego era romper a norma. Escrever em galego, polo tanto, havia de ser excepcional, já que no caso de que se convertesse em habitual, cessava o efeito de ruptura da norma que estava na base intencional estética do emprego do idioma. Temos que esperar um texto em castelam para que nos surpreenda um texto em galego. Este idioma opera em contraste co castelam. É, na escrita, umha manifestaçom de licença. Quando eu era moço; resultava de grande efeito que um cavaleiro beijasse publicamente umha senhora que nom fosse a sua, que fosse senhora doutro, por exemplo. Era umha conduta licenciosa de grande impacto no beijador, na beijada, nos familiares dambos e no público em geral. Hoje, em que o beijo entre um cavaleiro e umha senhora é a forma habitual de saúdo entre amigos, a institucionalizaçom, a legalizaçom, a des-

penalização, a trivialização do que antes era descomunal, resta toda importância ao acto, que a ninguém impressiona. O que antes era uma violação da norma, apresenta-se agora como resultado dumha troca de normas, singelamente.

O GALEGO ESCRITO, REALIZAÇÃO DA NORMA

Nom podemos dizer que vivemos no Ressurgimento mentres escrever em galego tem para nós o sentido da infracção dumha norma. O câmbio que se consolida arredor de 1850 consiste em admitir como norma o que antes estimávamos infracção. Quer dizer, que para Pintos, à diferença do que ocorria ao Cura de Fruíme, o galego escrito nom *contrasta* co castelám, senom que se *opóm* a ele. Ou seja, o galego nom é umha *interrupção* do castelam, senom um *competidor*. O galego nom se *insere* num contexto castelam, senom que o *substitui*. Nom é *interpolável*, senom *comutável* co castelam. Certamente, o nosso Ressurgimento nom esgotou na prática as possibilidades desta comutação. Pouco a pouco, mesmo aduro, foi o galego ampliando o seu campo de competência co castelam. Mais em princípio, o século XIX supom um câmbio de enfoque a respeito da literatura em galego que vai fazer teoricamente possível a normalização do idioma, mantido como língua escrita no âmbito da excepcionalidade nos tempos do galego médio.

RESSURGIMENTO LITERÁRIO E RECESSOM COLOQUIAL

Até aqui, temo-nos movido substancialmente no campo da história. Ela mostrou-nos como o galego se forma, a partir da colonização romana, para atingir expressom literária na Baixa Idade Média. Vimos como durante os tempos modernos, o galego se deforma. O processo de recessom continua nos tempos contemporâneos, que começam para Galiza coa revolução de 1836. As novas estradas, a desamortização,

a excludaçon, os comerciantes castelans, a explotaçon da pesca polos catalans, o ferrocarril, a divisom provincial, a centralizaçon administrativa, feitos em parte anteriores a aquela data, pero sempre mui próximos à mesma, som factores que favorecem o avanço do castelam e o retrocesso do galego. A fins da primeira metade do século XIX podemos registar um ressurgimento da língua literária galega, ressurgimento que se levanta sobre a base da língua popular e nom sobre a língua literária antiga, que permanece ignorada. Entom hai dous movimentos que se realizam em linhas paralelas, mais em direcções opostas. A língua falada retrocede. Co progresso nas comunicaçons, co avanço político e social em sentido democrático e a difusom do ensino segundo os padrons centralistas, vam acedendo ao uso do castelam novos falantes, e os que persistem no uso exclusivo do galego sofrem umha crescente influência da língua oficial. O galego oral retrocede. Em troca, a minoria intelectual que propugna a restauraçom literária do galego, medra ao avançar o século, e arrequeenta-se a literatura galega. O progresso do galego literário corresponde-se co retrocesso do galego colloquial. Os intelectuais começam a falar galego; os campesinos começam a deixar de falá-lo.

O USO DO GALEGO NO DEBATE POLÍTICO

Esta era a situaçon derivada do monopólio polo castelam de todos os ressortes do poder. Somente a conquista desses ressortes poderia permitir ao galego lutar pola sua sobrevivência. Que resistisse durante séculos à pressom da língua oficial, ainda que fazendo-lhe contínuas concessoms, nom garantiza que a resistência pudesse continuar. Os meios modernos de comunicaçon penetram no campo, onde antes nom chegava a influência directa da língua oficial. Mais o galego foi adoptado como língua de protesto político pola oposiçon ao regime instaurado em Espanha em 1936, e, fenecido aquele regime, os partidos que entom saírom da clandest-

tinidade, convertidos ao galeguismo lingüístico por motivos tácticos ou convicção ideológica, derom ao idioma vernáculo umha freqüência de uso público até daquela desconhecida. No entanto, nom sendo essa proliferação do galego na imprensa e na tribuna produto dumha maduração natural da consciência colectiva, senom resultado mais bem dumha reacção política ante umha situação caducada, comporta graves problemas que se centram na autenticidade do idioma utilizado, nom conhecido verdadeiramente na medida necessária por muitos dos seus novos usuários.

A NORMALIZAÇÃO DO GALEGO

Haverá, pois, que normalizar esse instrumento de comunicação, chegado a nós em condições precárias e manejado indisciplinada e arbitrariamente por umha boa parte dos que dele se servem.

O FANTASMA DO DECRETO DE UNIFICAÇÃO

E chegados a este momento da nossa exposição, convém advertir que a policia lingüística de que estamos necessitados nom é de nengum jeito umha alternativa à destruição do idioma, no sentido de que este se ache a ponto de morte e somente o milagre policial poda salvá-lo. Há quem cre que se manhá à manhá nom é fulminado um decreto de normalização ou de normativização, por umha autoridade política ou lingüística, o galego se afundirá rapidamente, iminentemente. Mais o galego nom está tam mal, nem um decreto de unificação estaria tam bem. Certo que o galego está ameaçado, pero nom pode devolver-lhe a saúde um mero acto de jurisdição. Os decretos de unificação para a formação do partido único som próprios de regimes totalitários, e a sua eficácia só está formalmente assegurada pola capacidade de coerção. Num sistema de convivência social civilizada nom se pode processar

a ninguém porque dissinta da norma lingüística estabelecida polo poder político ou cultural vigente. Aquí, de por parte, todos nos consideramos lingüistas, e capaces, polo tanto, de reformar o idioma, ou de ordená-lo. Haveria tantas normas como galegos se todos os galegos estivessem interessados pola norma. Cada quem quereira imprimir o seu selo no decreto de unificación. O linotipista que crê melhorar os meus artigos pondo acentos que nom cumprem; o aluno que idea um novo sistema ortográfico tam persoal e entranhável que o fai incapaz de aprender o vulgar sistema que modestamente utiliza o professor; a senhora da sua casa que numha carta ao director do jornal rejeita peremptoriamente a explicação dum feito lingüístico formulada por um sábio romanista de soada internacional..., todos aspirariam a ser ditadores se aceitássemos o princípio da ditadura. Conduzir a tantos condutores seria empresa irrealizável. A prevalência das formas literárias do idioma tem que ser resultado dum processo de mentalização, educação e contraste de opções que requer um tempo de maturação. Este processo está consideravelmente avançado. Na medida em que é possível, temos logrado muitos progressos na normatização. A imposição dumha solução pola força ou pola milagrosa inspiração da colectividade num consenso universal, é umha fata utopia. No entanto, precisamente porque a inflação de retórica pseudodemocrática tende a igualar as opiniões dos ignorantes coas dos doutos, e a reivindicar o valor do número nas decisões que se fundamentam na competência, convém insistir naqueles pontos que contêm as bases de toda opção lingüística no nosso caso, para que a demagogia nom se imponha cos seus berros perante o silêncio dos que nom aprenderom a berrar.

O ISOLACIONISMO

Muitos séculos de castelanização tenhem influído na mentalidade dos galegos de tal jeito que mesmo os galeguistas mais radicais revelam às vezes o seu castelanismo no seu

radicalismo. O nacionalismo lingüístico que propugna o isolamento do galego, parece inconsciente manifestação de vassalagem ao ponto de vista centralista castelano. O isolacionismo frente ao português, que é historicamente uma dependência do galego, não pode conduzir senão ao bloqueio das possibilidades de expansão do nosso idioma, o qual, reduzido a um número pequeno de falantes e escritores, não poderia resistir com êxito à pressão do espanhol oficial. O romance hispânico ocidental, com a sua projecção ultramarina, é uma língua com porvir. Se o galego se desintegra do seu sistema natural, não tem ante si mais perspectivas de futuro que a integração no sistema castelano, ou seja a sua desaparecimento como tal galego. Uma microlíngua é antieconómica no mundo actual, em que são ininteligíveis e inviáveis as unidades microscópicas. Uma língua tão ameaçada como o galego não pode sobreviver senão apoiando-se nas demais formas do sistema, quer dizer, reintegrando-se no complexo luso-galaico do qual geneticamente forma parte. Planificar a morfologia e o funcionamento dumha parte do ibero-românico ocidental sem ter em conta a existência dumha forma desse romance que atingiu historicamente um alto grau de estabilidade e de normalização, é uma atitude tão antieconómica que parece ditada por um inconsciente pulo suicida ou sugerida diabolicamente por um astuto destrutor. Não é sensato ignorar o português quando se trata de ordenar o galego. Muitos dos problemas que causam a perplexidade dalguns escritores galegos, foram resolvidos pelo português em forma perfeitamente aceitável para nós. Andar ensaiando soluções que há tempo foram contrastadas e seleccionadas pelos nossos vizinhos, é jogo pueril ou cerril, ditado por uma indiferença ou uma xenofobia perante o português, que parece resultado da inoculação dum vírus preparado por inimigos da pervivência do nosso idioma. Se o português está fixado, ¿como podemos admitir que o galego não se aproveite para se fixar da experiência do português?

OCIDENTALISMO OU CENTRALISMO

O galego ou é galego-português ou é galego-castelam. Ou somos umha forma do sistema ocidental ou somos umha forma do sistema central. Nom hai outra alternativa. Um galego em oposiçom à vez ao português e ao castelam é impossível. Um anam nom pode lutar com dous gigantes que cruzam os seus fogos.

MINIFUNDISMO OU COOPERATIVISMO

Na cultura moderna nom é de rendimento o minifúndio. Necessitamos mais público para os nossos escritores. O isolamento remataria coa morte ou, o que é o mesmo, coa conversom do galego num dialecto castelam. O razoável é substituir o minifundismo polo cooperativismo. Umha concórdia ortográfica, quando menos, e umha inteligência na opçom das formas lingüísticas que integrariam, sem prejuízo das peculiaridades do galego, o veículo geral de comunicação, serem indispensáveis.

A UNIDADE DO SISTEMA

Deste jeito, seríamos o que somos, voltariamos a ser o que fomos: o romance mais ocidental, nom esnaquizado em dous anacos isolados, senom reintegrado numha unidade sistemática que nom exclui a autonomia normativa.

VULGARISMO OU REINTEGRACIONISMO

Este ponto de vista está triunfando por todas as partes. Demostrado que o *esplêndido isolamento* do galego é um suicídio ou um assassinato por asfíxia, o sonho anacrónico e utópico dum galego arquidiocesano, cismático, provincial,

ou, se calhar, parroquial e agreste, está sendo abandonado polos galegos que se decatan do tempo e do lugar em que vivemos. Da dependência oficial em que nos movíamos lingüisticamente, temos de avançar cara formas mais autóctonas, reintegrando-nos no nosso mundo próprio. Mais como temos vivido numha alienação multissecular, nom podemos realizar sem prudência a obra restauradora. Ela ha de ter em conta a receptibilidade social em cada momento, e mover-se progressivamente no tempo e no espaço. Nom podemos aceitar o galego na situação de deformação patológica na qual chegou até nós. A língua popular nom pode ser considerada como canónica, porque está corrompida polo contacto coa língua oficial. Se nom dizemos *Deus*, senom *Dios*; *lua*, senom *luna*; *cea* ou *ceia* senom *cena*; *só*, senom *solo*, porque estas segundas formas som as usadas polo povo, estamos consagrando o castelanismo. Ao povo hai que lhe devolver o que foi seu quando nom estava alienado lingüisticamente. Agora o está em tam alto grau, que considera próprias as formas alheias, e estranha como alheias as próprias quando se lhe proponhem. Alguns demagogos querem manter este estado de alienação, e rejeitam como artificiosas as formas restauradas. Comovedora homenagem de ignorância ou fanatismo ao mito do galego popular, se nom se trata dumha maquiavélica manobra encaminhada a fazer impossível a supervivência do galego. Nom insistamos neste ponto mais que para chamar a atenção sobre a urgente necessidade de introduzir o ensino do galego a todos os níveis e com carácter geral, único jeito de devolver ao povo a sua consciência idiomática.

O ENSINO DO GALEGO

Mais esta urgência, por descontado, nom deixará de crear sérios problemas, que teram que ser resolvidos polos políticos — de momento invisíveis — capazes de conjugar a vigorosa decisom de manter e potenciar a nossa língua com aquela

outra virtude que é a virtude essencial do governante: a virtude de afrontar a impopularidade, a virtude de servir ao povo sem cair na trapela de crer que é em serviço do povo todo o que em nome do povo se pede. Estamos ameaçados de crear situaçõs provisórias que a pusilanimidade das autoridades pode converter em definitivas, e que suporiam umha forte hipoteca de degradaçom inicial na nossa recuperaçom lingüística. Fala-se de cátedras, agregaçõs e adjuntias de galego, por exemplo, nas Escolas Universitárias — que só contam actualmente cumha cátedra dotada em Santiago — e nos Institutos de Bacharelato. Nalguns destes centros hai ja persoas que dam aulas de Galego. As novas dotaçõs atrairiam nuves de pretendentes autoqualificados como aptos para essas funçõs. Se os postos se cobrissem provisoriamente, como em parte ja se fixo, polas autoridades correspondentes — urgidas polo temor de serem alcunhadas de antigaleguistas —, sem nengumha garantia de oposiçom, concurso ou qualquer forma correcta de competiçom pública, conforme ao arbítrio unipersonal, ou segundo os ditados do nepotismo, ou as mesquinhas componendas de grupo, ou funestos critérios de oligarquias políticas que subordinassem à fidelidade a competência, teríamos um professorado provisório que faria todo o necessário para converter-se em definitivo, empregando todos os sofismas dialécticos e todas as formas de pressom para intimidar as autoridades e arrincar-lhes algumha sorte de sistema de escolma restringida que perpetuaria de feito e mesmo consagraria legalmente os nomeamentos realizados à ligeira ou caciquilmente. Isto desacreditaria o ensino do galego. Hai persoas sem titulaçom ajeitada que hoje desempenham postos para os quais foram nomeadas sem assessoramento das instâncias competentes. Se os anos de serviços lhes outorgassem uns direitos preferentes, que nom considerassem a forma de designaçom, bloqueariam a provisom dos postos polos especialistas que tiverom a corage de passar anos cursando umha carreira que nom lhes oferecia agarimo seguro, mais que elegerom por amor à cultura do seu país. Daquela, a recuperaçom lingüística abortaria lamentavelmente.

PODER ADMINISTRATIVO E COMPETÊNCIA CIENTÍFICA

Hai, pois, que tomar mui em sério os nomeamentos de professores de Galego, ou de técnicos encarregados de qualquer funçom de assessoramento lingüístico, e sublinhar que a eventual ostentaçom dumha autoridade administrativa ou política nom confere nengumha competência para detectar preparaçom na matéria. Ja se vê que nom é possível agardar para cobrir todos os postos, a que se podam organizar os concursos ou oposiçons devidamente garantizados que outorgaram o emprego em propriedade. Haverá que cobrir provisoriamente um certo número de praças, mentres nom se disponha de dotaçons para converter aquelas em postos servidos por funcionários de número, que acedam a eles segundo a lei e nom segundo indigitaçom arbitrária. Mais mesmo estes nomeamentos de persoal contratado e temporal ham-se fazer pola instância cientificamente competente, ou co assessoramento técnico ajeitado. No entanto, hai autoridades administrativas que neste país, rico em humoristas, se consideram tam competentes como as autoridades científicas para decidir quem sabe e pode ensinar ou escrever galego. Nom devem pretender essas autoridades executivas que estas autoridades técnicas impartam a sua bençom a testas tam irregularmente consagradas.

POLÍTICA REALISTA

Vemos, logo, que na organizaçom do ensino do galego, como na restauraçom mesma da língua, temos de seguir umha política realista, que proceda passo a passo, conforme as possibilidades efectivas que ofereça o país. Os professores, cada quem no grau em que professar, devem ter adquirido a competência necessária e possuir a titulaçom oficial correspondente. É preferível deixar vacantes alguns postos até que novas promoçons facilitem a sua provisom, que cobri-los «interinamente» com temporeiros improvisados, se calhar

poetas meritórios, ou profetas inspirados, mais carentes da preparação científica necessária para que o ensino e implantação da nossa língua nom se converta numha farsa grotesca ou num sainete triste.

O GALEGO E GALIZA

Som mui delicados, pois, os problemas que plantea o galego hoje. Deve ser, claro está, a língua normal da entidade autónoma galega, sem prejuízo dos direitos que a Constituição confere à língua do Estado. Mais, ¿como administraram esse tesouro os cidadáns, se calhar conversos ou neófitos, que assumiram a direcção política do país? Nom propugno umha política lingüística de tipo tecnocrático. Mais quem tenha a responsabilidade do governo de Galiza nom deve cair na tentação extravagante de dogmatizar sobre a língua. Quando havia necessidade de manter a flote a cabeça do galego, todo esforço em favor do mesmo era meritório e havia que julgá-lo com indulgência. Hoje é mais bem a exigência o nosso dever. Todos temos muito galego que aprender. Mais hai-nos que, modestamente, procuram aperfeiçoar os seus conhecimentos, e hai-nos que usam do galego sem amor nem delicadeza, como se abusa do que se considera um meio e nom um fim. E o galego é um fim, porque o galego é Galiza. Indubitavelmente, podemos imaginar-nos umha Galiza que nom fale em galego, mais essa Galiza seria algo mui distinto da Galiza real, e, sobretudo, da Galiza ideal em que os melhores galegos pensam quando pronunciam o nome de Galiza.

[Conferência no Clube Lingüístico da Corunha, o 7 de Fevereiro de 1979.]

DO PASSADO AO FUTURO

O GALEGO ANTIGO

A história do idioma galego é a história mesma de Galiza. A história do seu nascimento, do seu crescimento, da sua maturação e da sua prostração, da sua reposição e do seu esforço para persistir. Diríamos que Galiza nasce à história quando o galego nasce, que se mergulha na imobilidade a-histórica quando a língua se reprega à escuridade da iliteralidade, e que renace à história quando o galego renace à literatura. Tracemos o esquema destes acontecimentos.

A pré-história do galego, como indocumentada por princípio, quase não é conhecida senão através das pegadas, muitas vezes imprecisas, do substrato indígena na realidade romance. Alguns fenómenos dialectais característicos, como a pronúncia aspirada ou enxordecida do fonema /g/, própria principalmente das falas ocidentais, têm sido explicados hipoteticamente como consequência dum hábito lingüístico pré-romano, se calhar pré-indo-europeu. A chamada lenição céltica, tendência à sonorização das consoantes xordas, fricativização das oclusivas e aspiração das fricativas, teria operado no romance galego como em todas as línguas europeias atlânticas, mais quiçá com menos marcada influência que nalgumas delas. Elementos pré-celtas, celtas e outros de escura filiação pré-romana persistem desde logo no vocabulário, sobre o qual actuaram também forças de superstrato e adstrato diversas, entre as quais hai que mencionar as de origem germânica — sueva e gótica —; árabe, em medida maior do que podia supor-se; e ultrapirenaicas. Como em toda a Ibero-România, os séculos IX e X foram decisivos para a formação do romance em Galiza. Os documentos latinos

começam a dar por esta época testemunho da transformação da língua mai, que continua sendo a única escrita, numha fala vulgar que nom ha de attingir até fins do século XIII o reflexo da grafia. Hai, pois, um protogalego oral, que se considera umha forma vulgar do latim, nom só enquanto derivada deste, o que é historicamente exacto, senom enquanto registo relaxado ou rústico daquele, versom colloquial e familiar do mesmo, o que supom um divórcio entre a língua escrita e a língua falada; divórcio que, ao acentuar-se co decorrer do tempo, impuxo a realista admissom dumha dualidade lingüística, desde o momento em que a forma oral foi consagrada pola escrita e, ficando o latim excluído da conversa, fora do uso escolástico e diplomático, houve em Galiza umha só língua oral — tamém agora escrita — que começou a chamar-se romance galego. A época gelmiriana, tam importante para a história geral, é sem dúvida assim mesmo trascendental para a pujança do galego, que, desterrado ainda daquela do pergaminho, atinge no fim do século, ja desaparecido o primeiro arcebispo de Compostela, e precisamente quando a hegemonia política de Galiza no complexo cristam centro-occidental tinha sido definitivamente quebrantada, a consagraçom da escrita.

Mais o idioma, que agora se manifesta tam pujante no plano literário; que coloniza lonjanas cortes peninsulares e se apresenta como a língua da lírica cortesá de toda a cristandade hispánica, salvo o extremo norte-oriental; o galego dos trovadores, dos que se conservam cantigas nos Cancioneiros primitivos, é galego o mesmo que é português, pois fala-se em Portugal como em Galiza. Temos de chegar ao fim do século XIV para que os destinos políticos, definitivamente afastados, de Galiza e Portugal, e a fragmentaçom cultural que tal divergência vai produzir a longo prazo, determinem preferências lingüísticas que nos permitam falar de galego e de português. Mais o complexo galego-português conserva até hoje o selo que desde as origens lhe imprimiu a sua apariçom às duas beiras do Minho, e só a erosom do castelam sobre a póla setentrional, ao integrar-se Galiza no

reino de Castela, e a influência das falas moçárabes sobre a póla meridional, ao avançarem os Portugueses cara o Algarve na sua gesta reconquistadora, bifurcaram como umha oliveira o tronco comum galego-português, polo que, dum ponto estritamente lingüístico, galego e português devem ser considerados como duas formas dum mesmo material idiomático.

Esta realidade histórica nom é só um dado essencial no passado do idioma, senom um feito que deve pesar na consciência do home galego de hoje. Parece condenar como antinatural a resistência, determinada por umha deformação alienante, produto dumha educação estatal uniformista, a achar no português orientação para resolver os problemas que se apresentam hoje ao galego, obrigado a rechear peremptoriamente os valeiros que vários séculos de vida iletrada produziram no seu vocabulário e no nível culto da sua expressom geral.

O GALEGO MÉDIO

Se nos séculos XIII e XIV a língua galega nom só vivia em plenitude literária no território em que era falada, senom que era a única língua ibero-românica que se utilizava para a lírica culta, esta situação vai cambiar radicalmente a fins da Idade Média. Ainda na segunda metade do século XV, poetas nom galegos, como Alfonso Álvarez de Villasandino, Íñigo López de Mendoza ou Gómez Manrique, compoñem versos no romance hispánico occidental. A musa popular canta ainda em galego a história triste do Mariscal Pero Pardo de Cela. Mesmo até o terceiro decénio do século XVI chega o uso do galego nos documentos notariais. Mais a guerra dinástica entre Borgonhas e Trastámaras aniquilou ou exilou o mais brilhante da nobreza galega. As terras confiscadas aos vencidos foram mercês outorgadas a linhages foráneas que traem o seu castelam às suas pequenas cortes. As guerras sociais do século XV, coas suas destruições de castelos, con-

somem nas labaredas do incêndio amostras preciosas da tradição literária. Funcionários reais, leigos e eclesiásticos, esforçam-se, e afinal o conseguem, por impor a paz. Mais esta paz é proclamada em língua distinta da nativa. O poder fala em castelam; a palavra escrita modela-se na língua do poder, e o galego, sem mensagem política nem literária, afunda-se na escuridade do dialecto e vive a vida venturosa dum horto sem cultivo. Não é que falem totalmente textos literários galegos entre os séculos XVI e XIX. Mais os que existem, e são poucos, têm o carácter de curiosidade lingüística. A tradição cultural interrompera-se. A poesia trovadoresca profana era desconhecida. Ao escrever em galego não se tinha consciência de escrever numa língua literária, senão que se procurava o efeito estilístico de empregar por escrito uma língua oral. Como Afonso X escreveu alguma vez em castelam poesia trovadoresca, rompendo excepcionalmente a tradição que impunha o galego, agora, na época do galego médio, faz-se alguma vez poesia em galego, rompendo a tradição que impunha o castelam. Mais não há ânimo de restauração, porque se ignorava a tradição, nem propósito de criá-la, porque isso suporia uma consciência do significado espiritual da língua que não se avinha com a situação cultural do país.

A Ilustração supõe um começo de mudança de atitude, ainda que muito minoritária. O Padre Sarmiento, precursor da Lingüística moderna, tem um elevado sentido da dignidade do galego, do qual propugna o ensino e ao qual confere carácter de veículo da instrução geral em Galiza. O mesmo que o seu companheiro de hábito, o Padre Sobreira, Sarmiento consagra uma parte substancial da sua actividade científica à investigação léxica e etimológica do galego, que também mereceu a atenção do Padre Feijó, de quem os irmãos Plácido e Anselmo fixaram versos na nossa língua.

Esta corrente ilustrada, ainda que ortodoxa, prossegue com Cornide e outros humanistas do século XVIII e começos do XIX, momento em que a invasão francesa e a instauração dum regime constitucional provocam a aparição dumha

literatura panfletária em galego que planteja sobre novas bases o problema da língua.

De primeiras, a necessidade de provocar a insurreiçom do campesinado contra os Franceses, e logo a de influir no eleitorado surgido do estabelecimento do novo regime, inspiram muitos escritos patrióticos e polémicos que se redactam, por mor da eficácia, na língua falada por aqueles cujo ánimo se trata de mobilizar. Liberal na sua orientaçom, geralmente, desta literatura, poucos restos persistirom incólumes depois da reacçom absolutista de 1814 e a de 1823. Consolidado formalmente o sistema constitucional, nom só literatura periodística, senom paralitúrgica e modestos gromos líricos cobrem a etapa que atinge os anos quarenta, nos quais se manifesta ja um ressurgimento geral do galego literário.

O GALEGO MODERNO

Polos anos quarenta do século passado dá-se por primeira vez um esforço consciente para potenciar o idioma galego até convertê-lo num instrumento total de cultura. Mais esse esforço, de momento, só — e ja é muito — colheita triunfos no campo literário. Polo que se refere ao uso coloquial do galego, a situaçom é mui distinta.

Desde fins do século XVIII e começos do XIX, Galiza tem que fazer frente ao repto da nova economia mercantil e industrial. A antiga sociedade rural, estratificada mediante a superposiçom de três elementos sociais — os fidalgos, os monges, os lavradores —, sofre umha profunda transformaçom. Nengumha destas classes sociais soubo ou pudo fazer cara às novas circunstâncias. A circulaçom de numerário, a difusom dos instrumentos creditícios, o princípio do maquinismo e os novos meios de comunicaçom, a comercializaçom e industrializaçom da vida permanecerom fora da competência das classes rurais do país, incapazes de se reestruturar eficazmente. O clero secular e o artesanado das vilas, que quase nom eram senom centros de mercado agrícola — e noutras par-

tes, polo liberalismo do primeiro estamento e o capitalismo larvado do segundo, foron os agentes da revolución industrial —, tampouco se liberaron en Galiza do peso dun pasado fossilizado en formas a-históricas. Galiza foi colonizada comercial e industrialmente por maragatos, cameranos, riojanos e cataláns que, na súa activa e dinámica promoción da riqueza do país acharon escasa colaboración indíxena a nivel directivo, que tiveron como interlocutores principais para a ordenación das súas empresas ás autoridades do Estado e que practicaron en moitos casos unha endogamia natural. Como a finais da Idade Média, a lingua do poder e do progreso era o castelán. Se desde o século XIV temos en Galiza unha nobreza que non fala en xeral o idioma do país, agora imos ter unha burguesía que tampouco o fala. Por suposto, o pequeno fidalgo rural e o pequeno comerciante rural, calquera que fose a súa orixe, soía ser absorvido idiomáticamente nas súas relacións cos paisanos, relacións que de outro xeito serían case que imposíbeis. Mais os centros de poder urbano, os funcionarios, os burócratas, os ricos, aínda que quizá coñecessem e usasen o galego para certos niveis coloquiais, producíanse na lingua do Estado non só en todos os aspectos, orais ou escritos, da vida oficial, senon tamén, na orde privada, en todas aquelas actividades elocutivas que estivesen marcadas polo selo da solemnidade ou da nobreza. O idioma oficial non era só o dos documentos públicos, senon o do ensino e a catequese. Nestas circunstancias, o galego conservábase na práctica como lingua oral só, no campo unicamente; mais se o lavrador non era analfabeto, ao escribir unha carta facía-o en castelán até onde chegasen os seus coñecementos, porque para ele non había outra lingua escrita. Os escritores galegos luitaban, pois, cun prexuízo secular, segundo o cal o idioma vernáculo non era senon unha forma vulgar e iletrada da lingua oficial, que constituía o modelo daquela, ao que tendía a acaroar-se á medida que os falantes progresaban na súa alfabetización. Arrastar o campesino ao campo galeguista era empresa non imposible, pero que non podería planear-se sobre as mesmas

bases patrióticas e histórico-culturais sobre as que se levantaram os modelos dialécticos destinados à intelectualidade liberal. O campesino nom conservava o seu idioma por amor ao seu idioma, senom porque nom havia cregos nem mestres de escola dabondo que se convertessem em ubíquos Mefistófeles desgaleguizadores. O menino ao sair da escola, o labrego ao sair da missa, reintegravam-se ao seu mundo idiomático, que, cada vez mais escanastrado, persistia, no entanto, no seu relativo isolamento, refractário a umha total desnaturaçom.

O grande problema do campesino naqueles tempos nom era o da sua identidade idiomática. Era um problema económico: o dos foros, o do atraso técnico, o da arbitrariedade caciquil, o dos gravames fiscais, o do minifúndio, o da pobreza, o da fome. Um demagogo que tinha sentido da eficácia, grande voz do movimento agrário, Basílio Álvarez, apesar da sua origem humilde, empregou sistematicamente o castelam nas suas campanhas de agitaçom. Cria, sem dúvida, que assim, se nom melhor entendido, seria melhor escuitado.

O GALEGO FUTURO

O problema do galego planteja-se hoje sobre novas bases. O volume da literatura galega e a qualidade dumha parte da mesma constituem testemunhos esmagadores em prol da língua. O Estado, numha ou outra forma, reconhece a sua existência. Podem realizar-se e realizam-se estudos de galego em todos os níveis educativos. Ninguém se pode licenciar agora em Filologia Hispánica pola Universidade de Santiago sem cursar alguns anos de Galeguística. Hai mesmo umha modalidade de Filologia Galega. As investigaçons lingüísticas tenhem atingido satisfactório rango. Hoje, a nível intelectual, tanto interêsse suscita o galego que os que durante muito tempo safranharom à Académia a falta de normalizaçom da língua, agora que existe essa normalizaçom, sequer enquanto normativa ortográfica e morfológica, nom se con-

formam com ela, e aspiram a avançar mais alá, o que é mui natural e positivo. O uso do idioma do país, assinalado onte de reaccionário polos que professavam ideais sociais avançados, é adoptado como signo de progresso polos mais progressistas. Hai, evidentemente, à direita e à esquerda, algum oportunismo nestas actitudes. Nom obstante, isso mesmo prova o triunfo do velho ideal. Nestas circunstâncias, o prejuízo antigo é insustentável. Ja ninguém medianamente instruído crê na inferioridade do galego. Empregado na litúrgia e no ensino, na rádio e na televisom, ainda que em medida insuficiente, ninguém o julga padrom de ignomínia ou calco de ignorância. Os professores de Educação Geral Básica, formados em escolas normais nas quais ensinam professores à sua vez formados nos estudos de lingüística e literatura galega que se impartem na Universidade, podem, se querem, dotar aos meninhos que seram os seus alunos no campo, dumha mentalidade nova, que tamém vai afluindo por outros vieiros.

Porque é no campo, onde se conservou a língua que as altas classes urbanas esqueciam, ou fingiam esquecer, onde hoje se acha o galego em situação mais precária. Desde o século xvi aos nossos dias, o galego retrocedia lentamente nas cidades, pero mantinha-se nas aldeias. Hoje o galego avança nas cidades e retrocede no campo. Avança nas cidades porque nas cidades avança a cultura, e com ela a consciência da dignidade do próprio idioma. Polo que se refere ao campo, ainda que neste tamém avança a cultura, esta cultura é a cultura massificada, e, portanto, uniformada, que espalham os jeitos modernos de comunicação. E nom se pode pedir ao campesino, mentres nom tenha resolvidos os seus problemas económicos, umha consciência da sua personalidade idiomática como a que tem o intelectual. A cidade, que recebeu do campo o seu galego, tem que actuar agora para devolvê-lo ao seu antigo custódio depurado da escória que amontoaram sobre ele tantos anos de combustom. O campo galego, para desespero dos poetas bucólicos, está-se a urbanizar. A cidade achega-se ao campo através do coche, do teléfono, da televisom. A cultura rural está sendo penetrada pola cultura

urbana. Temos de renunciar tamém ao galego folclórico. O galego urbanizará-se; quer dizer, conformará-se como umha língua moderna, deixará de ser o arcaico romance quase visigótico que prazia a Valle-Inclán, para ser instrumento de expressom das vivências do nosso tempo.

¿Estou prejulgando, pois, o éxito nesta luta pola supervivência dumha língua indubitavelmente ameaçada polo carácter utilitário e quantitativo da civilizaçom contemporánea? Simplesmente, estou esboçando os vieiros que terá de percorrer um idioma defendido da desapareçom polo entusiasmo dos que o tenham como um selo sobre o seu coração. Nom incorramos na mística materialista de crer que nada pode o espírito. ¿*Tantos millones de hombres hablaremos inglés?* Assim perguntava o poeta hispano-americano. A resposta da história foi negativa. Bom é saber inglês, mais sem esquecer que é língua aprendida. Tamém os galegos devemos sabê-lo, e, por suposto, o espanhol; mais a conservaçom do que agromou naturalmente entre nós é algo desejável e moralmente obrigatório. Fraternalmente, o galego deseja conviver coas demais línguas hispánicas. Nom creio que ninguém lhe feche no futuro as portas que ha de passar para lograr essa convivência.

Nom diferindo para a realizaçom dessa esperança o trabalho que cada día a vida nos impom, muitos galegos cooperam hoje, no meio dumha sociedade cada vez mais interessada nestes problemas, na posta em marcha dos planos necessários para a definitiva constituïçom do galego em língua de cultura e instrumento vital. Cada vez conhecemos melhor a nossa língua, cada vez a achegamos mais ao ideal que reside imamente na realidade. Temos ainda muito caminho que andar, pero nom andamos ja a cegas. Os escritores e os filólogos escuitam-se uns a outros, e se hai alguns entre os primeiros que aparentam ignorar aos segundos, e se hai alguns entre os segundos que se assanham ante a insumissom dos primeiros, isso é por ambas as partes um sarampelo infantil que nom tardaremos em curar, pois estamos ja no sarego da madureza da língua restaurada.

Desta maneira, está virtualmente ganhada a batalha da língua como instrumento cultural. Temos a ferramenta. A língua rústica tem-se convertido em língua culta. Até que ponto ha conservar o calco do castelam, até que ponto ha de acolher a influência do português, em que medida ha preservar a sua identidade face às suas irmãs, som questons apaixonantes que sempre teram vigência, pois a vida é problema, e quando deixa de sê-lo é que deixou de ser vida. Com todos os seus problemas, a língua está em forma para realizar a sua missom.

Mais, naturalmente, esta missom nom pode confinar-se ao âmbito do puramente literário. Neste aspecto, a língua está suficientemente prestigiada. Ainda prescindindo da etapa medieval, que nos apresenta umha floraçom lírica pola sua qualidade e a sua quantidade, estimada, desde que se conhece, como um dos tesouros da poesia románica, temos realizaçons literárias nos tempos contemporáneos que som objecto da atençom universal nos meios competentes. No entanto, devemos superar a distância que separa a língua escrita da língua falada, ou, melhor, a língua culta da língua rústica. Em todos os povos que possuem umha língua escrita, esta nunca coincide exactamente coa língua coloquial. Aquela tem caracteres de pureza, tradiçom, regularidade e equilíbrio que som inerentes à sua essência. Esta, como veículo de comunicação prática, é um instrumento económico, menos coerente, mais cambiante, mais versátil e menos abstracto que a língua artística. As opiniões segundo as quais a forma literária da língua se alongou demasiado da forma oral, carecem de exactitude. O que ocorre é que a restauraçom literária do idioma foi mais depressa que a educaçom lingüística do povo. Mentres este, polas razons expostas, sentia a sua língua como inferior, e a lei lhe choía o caminho do ensino oficial, só cumpria fazer o que se fixo, e lutar contra aquele sentimento e aquela normativa. Agora, eliminados os obstáculos tradicionais, esforçamo-nos em tender pontes que devolvam ao povo, luido, o tesouro que ele conservou e que ja estava a ponto de perder. O galego que o ensino primário e médio

ham de divulgar, como ja o está fazendo o ensino superior — e em pequena escala, os mesmos ensinos primário e médio —, tem que ser um galego restaurado; mais isso nom significa que nom seja um galego popular. Só que o popular nom pode confundir-se com qualquer situaçom de feito na que forças alheias à deriva do idioma tenhem torcido o curso natural da sua evoluçom. O povo galego nom pode refugar as formas depuradas do idioma, pois o contrário seria aceitar a sua própria despersonalizaçom. A nossa sociedade é dinâmica. O campo ja nom está isolado da cidade. Quando o campesino domine os instrumentos da cultura actual, e entre eles a língua do Estado, e ao mesmo tempo melhore a sua situaçom económica, ja nom haverá nengumha razom para que sinta como inferior a sua própria língua e se resista a melhorá-la. O menino que nom perceba o galego como um dialecto humilde, e cujas condiçons sociais nom o aferrolhem a umha magoada vida familiar, estará bem disposto para a aprendizagem do galego restaurado, que nom será senom a perfeiçom do seu próprio galego.

[*La Voz de Galicia*, A Corunha, 26 de Agosto, 15 de Setembro, 18 de Setembro e 22 de Setembro de 1977.]



A CONSTITUIÇOM DO GALEGO COMO LÍNGUA ESCRITA

O GALEGO-PORTUGUÊS

O conhecimento filológico, como todo conhecimento científico, é um conhecimento formal. É umha ordenaçom de dados empíricos sujeita a um critério convencional. As circunstâncias culturais da sociedade em que o conhecimento se verifica, justificam este, outorgando-lhe umha credencial de validez funcional. Um esquema útil para apreender a realidade, que nom nos é dado assimilar intencionalmente em bruto, nom pode aspirar a umha exclusividade em abstracto. É umha perspectiva, que depende do ponto de vista. Umha língua nom é umha cousa real, senom umha concepçom intellectual elaborada mediante umha leiçom e umha selecçom de umha matéria objectiva, mais informe. Ao informar essa matéria, os perfis da figura lingüística podem desprazar-se de acordo com as necessidades práticas. No mundo dos feitos, a língua galega nom está delimitada no tempo nem no espaço. Essa delimitaçom é conceptual, e pode variar de acordo coas categorias elegidas. Assim, bem podemos considerar que o galego surge quando surge o galego-português; mais igualmente é razoável considerar que surge quando o galego-português desaparece. Trata-se de hipóteses de trabalho. Manejando a primeira, quer dizer, identificando o galego-português co galego antigo, ou mais antigo, enquanto língua escrita, podemos dizer que o nosso idioma tem umha primeira projecçom literária que se estende desde fins do século XII até fins do século XV, ou desde um pouco depois até um pouco antes. A mais antiga manifestaçom literária do galego que tem chegado até nós, é a poesia trovadoresca, cujo último

eco está historicamente representado polo diálogo entre dom Álvaro González de Alcántara e dom Gómez Manrique¹, redactado nom ja em forma de tençon, com estrofes alternadas de cada um dos contendentes, de acordo coa poética primitiva, senom em forma de «pergunta» e «resposta» independentes, do um e do outro respectivamente, ainda que, como na tençon provençal, atendo-se rigorosamente a resposta, no metro, as rimas e a estrutura estrófica, ao esquema da pergunta. Este canto de cisne da lírica trovadoresca galega pode datar-se arredor de 1465.

A prosa tabeliónica, cujos testemunhos mais antigos som contemporáneos das primeiras amostras de poesia cortesá, mantenhem-se algo mais. Entre os documentos galegos publicados por Ferro, o mais moderno² é de 1532.

1

Traballos con desfavor
do señor Rei Don Enrique
a vós, xentil trovador,
me farán que non reprique
inda ben como querréi;
mais, macar eu me desgabe,
nunca vos eu negaréi
eso que meu saber sabe,
posto se me faça grave.

Graças vos quero render
por me tanto conloar,
mais o non me coñocer
vos engana, sen dultar;
e temo, se ven a proba,
que mía vertude se negue,
ca muito mellor por nova
me terréis, que cando achegue
e míos viños desplegue.

Desexando complaceiros
— ca deséxoo sen falla —
digo destes escudeiros
que vosa questón entalla,
que o que orden cabaleira
recebe, desque vengente,
honora máis sa bandeira,
pois primeiro merecente
se fezo que recebente.

Canto diceses se cree,
ca vosas trovas veendo
faz que o que non se vee
se recoñoza lendo.
Non miredes a eloquenza
baixa de meu responder,
que con a gran diferenza
de las falas, meu poder
non pode ben compoer.

[*Escolma de Poesía Galega*, II, Vigo, 1959, pp. 83-84.]

² Eno lugar de San Cloyo, a bynte e dous dias do mes de setenbro del año del Señor de mill e quíñentos e trynta e dous anos, el señor merino dió licençia a Gil Fernandes, vecino de Bycyte, su pena de bynta mill mrs., que él non se salga en sus pies nen en ajenos sen lyçençia del dito merino de su casa del dicho merino fasta la yglesia e fasta a casa de Catalyna da Beyga, so la dicha pena, e más le dió su palabra e preyta menaxe, estando presentes por testigos Fernando d'Agra e Sueyro de Penedo.

[*A Vida e a Fala dos Devanceiros*, I, I, Vigo, 1967, 129, p. 228.]

Por essas datas extingue-se a tradição escrita do galego, como língua literária assim como língua notarial. O texto de Gómez Manrique apresenta-nos já mui deteriorada polo contacto co castelam, a língua poética. Na composição aparece um *complaceiros* rimando com *escudeiros*, que nom pode ser interpretado senom como um hiperenxebrismo análogo à *soma* (sombra) de García Lorca, um e mais outro explicados polo deficiente conhecimento do galego que tinham ambos os autores. Manrique reconhece-o, e desculpa-se:

Non miredes a elocuenza
baixa de meu responder,
que, con a gran diferenza
de las falas, meu poder
non pode ben compoer.

Quanto à prosa notarial, em data tam avançada, bem se compreende que apareça muito mais contaminada de castelam. O texto de Ferro é realmente galego-castelam, como em menor medida o é tamém a resposta de Manrique. Este escreve num galego para castelans, cos mesmos barbarismos e ultra-correcções da cançon galega que hoje se destina à exportação. Quanto ao escriba de 1532, diríamos que escreve num castelam para galegos, ou bem que tenta escrever em castelam sem liberar-se do galego: umha espécie de *castrapo*. Assim, desfigurada na pena de castelans que nom a conhecem bem, e tentando disfarçar-se de castelam na de galegos que nom dominam a língua geral, esfarela-se em cinzas a nossa como língua escrita.

O GALEGO, LÍNGUA ORAL

Durante toda a Idade Moderna, o galego vive em estado de indefensom cultural. Umha língua é em si mesma, certamente, um fenómeno de cultura. Mais se a língua nom se escreve, inscreve-se no marco da cultura folclórica. Pertence à lingüística etnográfica, nom à filologia. Coa monarquia

absoluta, o castelam transforma-se em espanhol, e este espanhol vai ser a língua literária das Espanhas. A tradição literária do galego interrompe-se, e não se conserva a lembrança da poesia trovadoresca. Os Cancioneiros permanecem enterrados no esquecimento até o século XIX. Em castelam escrevem os galegos do Cancioneiro de Hernando del Castillo: um dom Pedro Álvarez Osório, conde de Lemos; um dom Rodrigo de Moscoso e Osório, conde de Altamira; um dom Luís de Viveiro. E mais adiante, um Frei Jerónimo Bermúdez e um dom Francisco de Trillo e Figueiroa. E, naturalmente, outros mais, mais suficientemente poucos e insuficientemente distinguidos para desmentir, desde a sua perspectiva, as palavras do Fénix: *Galicia nunca fértil en poetas*. Um «nunca» que é um «não agora».

O galego deste tempo — o galego médio — é, pois, língua oral. Quer dizer, língua dialectal, língua não escrita. O registo culto do galego é o castelam. Por isso, quando por bizzarria se escreve em galego, por muito que se eleve o tom — e apenas se eleva mais que para entoar as exéquias da rainha Margarida —, não há consciência de língua literária, senão plasmação gráfica da língua oral. A infreqüência desta plasmação é condição necessária do efeito procurado. Como nas carjas de Valle-Inclán, o sainete está em empregar anormalmente como língua escrita uma língua normalmente só oral, em outorgar um trato de língua culta a uma língua popular. Sobre o fundo da literatura regular em castelam, esta literatura excepcional numa língua não literária, tem a graça licenciosa da carja no marco da muaxá.

Esta situação faz não existente o problema da língua literária. É impossível o plantejamento desse problema porque esse plantejamento supõe uma distinção entre língua literária e língua oral que não se dá na consciência dos eventuais cultivadores do galego. Polo de agora — digamo-lo coa necessária exageração — não se trata de *escrever em galego*, senão de *falar em galego por escrito*.

O GALEGO, LÍNGUA ESCRITA

E esta situação persiste até o Ressurgimento, que propriamente é umha insurreiçom, e nom umha ressurreiçom, porque, como fica dito, tinha-se esquecido, ou permanecia oculta ou inacessível para os nossos escritores, a maior parte da produçom literária medieval.

O que caracteriza precisamente esse Ressurgimento é o propósito de constituir umha língua literária, de elevar o galego da sua condiçom de língua falada à condiçom de língua escrita. Embora de momento o seu galego escrito nom difira praticamente do galego oral plasmado graficamente polo cura de Fruíme, a actitude perante o material lingüístico é distinta. Já nom se trata de escrever em galego a carja da muaxá. Trata-se de escrever em galego a muaxá mesma.

A distinçom entre galego escrito e galego falado nace propriamente agora. Com isto abandona-se a interpretaçom do galego como língua puramente folclórica, como *patois*, como *babble*, que privava desde o século XVI. Apesar de a prática real estar ainda mui longe da teoria ideal, esta funda-se na normalizaçom do galego como língua escrita. O galego situa-se intencionalmente ao nível do castelam. Trata-se de oposiçom, nom já de contraste.

A velha concepçom do galego escrito como galego oral que excepcionalmente se disfarça co atavio gráfico para procurar no contraste um efeito especial, como a mulher que se disfarça de home ou a menina que se disfarça de mulher, deixa de estar vigente arredor de 1850, data em que a nossa língua aspira já ao rango pleno de língua literária.

De língua literária, que é primeiro umha língua lírica: a das poesias de Anhom, Camino, Valhadares. Mais que aginha se dobra de umha versom em prosa, como em *A Gaita Gallega*, de Pintos. A pretensom de umha Pardo Bazán de limitá-la à expressom do mundo rural, como um panocho ou um baturro qualquer, está condenada ao fracasso. Na consciência dos escritores, o galego tem-se desdialectalizado.

Mais esta língua, que à volta de 1850 conquista a litera-

lidade, mantém-na penosamente durante muitos anos no campo da literatura. Só no campo da literatura. Nom é umha língua escrita na plenitude deste conceito. Por suposto, nom é língua oficial, nom se escrevem nela os documentos públicos. Mais tampouco os privados. Os Precursores, o mesmo Rosalia que Curros, escrevem as suas cartas em castelam. É arredor de 1916, coa fundaçom das *Irmandades da Fala*, quando se produz o transbordamento das velhas posiçons. Agora o galego é língua epistolar, é língua escrita — para os galeguistas, naturalmente —, sem mais limitaçons que as dimanantes do ordenamento jurídico. O próprio Pondal é precursor desta corrente, e enfim escreve umha carta em galego aos seus amigos da *Cova céltica* com data de 18 de Junho de 1899. Rosalia e Curros morrerom sem utilizar nunca o galego como língua epistolar.

A DESGALEGUIZAÇOM DO GALEGO

A expansom moderna do galego escrito plantejava mui sérios problemas, pois a nova concepçom da língua nom permitia o conformismo coa situaçom da forma falada de que partiram os escassos escritores que se registam entre os séculos XVI e XIX.

A desgaleguizaçom do galego é consequência inevitável da obturaçom do registo gráfico da língua que se produz a fins da Idade Média. Umha língua nom escrita dialectaliza-se sempre em favor da língua escrita que opera no mesmo domínio geográfico. Umha língua puramente oral enfrentada com umha língua escrita, e mais se esta é a língua da Administração pública, nom pode soster-se mais que pagando à mesma um oneroso tributo. O galego foi-se castelanizando porque ao nom ver-se reflexado no espelho da escrita, perdeu consciência de si mesmo, e chegou a sentir-se como umha versom rústica, familiar ou vulgar da língua oficial. Caminhava, pois, entre o século XV e o século XIX, para a sua auto-imolaçom como romance autónomo e a sua dialectalizaçom polo cas-

telam. Muitas formas populares que alguns escritores empregam, segundo dim, por fidelidade ao génio lingüístico dos estratos demóticos do país, nom som senom incrustaçõs alienantes que tenhem desbotado as formas genuínas. Aquela fidelidade reclamaria mais bem umha restauraçom das formas históricas, que som as verdadeiramente populares. O restabelecimento, por exemplo, do *l* intervocálico, nom pode considerar-se como fidelidade ao galego, senom ao castelam, e neste sentido é umha forma aristocrática, pois o castelam é para aqueles estratos o registo nobre do galego.

Este pressuposto, baseado na realidade histórica de que o galego deixou durante quase quatro séculos de ser língua escrita, e cedeu à oficial este papel, funciona ainda — e é assombroso constatá-lo —, em formas mais ou menos inconscientes, no espírito de alguns dos mesmos propugnadores do Renascimento literário do século XIX. Dom Marcial Valhadares, excelente lexicógrafo, revela-se na sua *Gramática* inimigo da sintaxe genuinamente galega, o que prova a sua aceitação do modelo castelam. Igualmente rejeita outros rasgos fonéticos e morfológicos característicos do galego. Vejamos alguns exemplos.

A gheada é para ele própria de gente tosca e declara-a inadmissível, como maneira incivil de falar.

O *i* epentético em fonética sintáctica é para ele umha *conjunçom* supérflua, pois nom coordina copulativamente elementos análogos da frase.

O infinitivo flexional, rasgo tam particular do galego, que permite construir oraçõs de infinitivo nom concertadas com umha elegância e claridade impossíveis nos demais romances hispánicos, nom deve aconselhar-se.

Valhadares anatematiza a supressom da preposição *a* em frases do tipo *vou ver*.

A construçom com valor de gerúndio da preposição *a* mais um verbo em infinitivo é igualmente proscrita.

Exige-se a preposição *de* entre o auxiliar *haver* e o infinitivo na perífrase de obrigaçom.

Censura-se o uso de *em* com acusativos de direcção regidos por um verbo de movimento.

Como se vê, para Valhadares o paradigma da sintaxe galega não é outro que o castelano. Quanto à fonética, ocorre o mesmo, ainda que neste aspecto a sua postura coincide com a tradição geral da língua culta moderna.

Assim, o autor de *Majina* reduz praticamente o galego a uma inflexão morfológica e léxica do castelano.

Com um passo mais, a aceitação dos paradigmas da conjugação castelã, o galego ficaria reduzido à condição do *calom*, um vocabulário manejado conforme às estruturas da língua geral.

Vemos que situações paradoxais, que inesperadas incongruências marcam a história da constituição do galego moderno como língua escrita.

DIALECTALISMO. INTERDIALECTALISMO

Verdadeiramente, não podemos estranhar que em pouco mais dum século, e nas desfavoráveis circunstâncias em que se desenvolveu, a língua escrita tenha tropeçado com tantas dificuldades para se fixar. Desde as *Glosas Emilianenses* a *La Celestina* transcorrem seis séculos, e é então quando começa a fixar-se o espanhol geral. Mais o essencial quando se considera a história da constituição do galego como língua escrita é o facto de os iniciadores do Ressurgimento, à diferença do que ocorre com a Renascença catalã, partirem de zero, porque ignoram a tradição literária medieval. Som, pois, «primitivos», que não podem apoiar-se mais que na empobrecida língua falada, tão erosionada pela língua oficial, e, como usura de castelanismo, na língua oficial mesma, que era a que se lhes ensinara a escrever.

Assim, os primeiros ensaios caracterizam-se pelo seu dialectalismo. Só o espírito com que os precursores manejam o galego os afasta dos renacentistas e barrocos que — esporadicamente — o usam também. A execução é análoga.

O modelo proporcionam-lho as falas respectivas. Só a intenção é distinta.

Ainda que, como ocorre sempre na vida, as etapas lógicas nom coincidem exactamente coas etapas cronológicas, encontramos-nos ao princípio com escritores que pomhem por escrito o galego da sua localidade. Mais ja em Pintos — e antes em Fernández Neira e em Boado Sánchez — lateja um sentido da unidade do galego que, por razons teóricas ou prácticas, quer desembocar na fixaçom dumha língua comum. Certo é, porém, que, ao começo, domina de feito o dialectalismo. E, com ele, o castelanismo, pois a fala está castelanizada, e o ruralismo, pois o galego oral é umha língua rústica.

Tal mesterosidade da língua escrita é incompatível co novo sentido da sua dignidade. Os nossos escritores, orgulhosamente entusiastas, nom podiam resignar-se a essa situação, que confinaria a literatura galega no âmbito da temática aldeá. *Follas Novas* foi neste sentido um libro revolucionário, e bem o comprendia, ao incomprendê-lo, dona Emilia Pardo Bazán. Ainda que mais cheio de castelanismos que *Cantares Gallegos* — como que a sua temática é menos local —, a sua morfologia é menos dialectal, pois Rosalía, em maior medida que na obra de 1863, achega-se a um galego geral, mais polo estranho caminho do interdialectalismo, pola mistura sincrética — bem que desordenada — das distintas soluçons do galego aos problemas da estrutura morfológica. Assim, encontramos em *Follas Novas*, indiscriminadamente, as soluçons *-bre* e *-ble*, entre outras, para o sufixo latino *-BILE*; os plurais desnasalizados ou nom para os nomes rematados em nasal no singular; todas as formas possíveis para os plurais dos nomes em *-l*: a cruamente castelá (*mortales*), a relaxada (*mortals*), a primitivamente galega (*azues*), a ditongada (*mortais*), a assimilada (*mortas*). O galego escrito no século XIX, como o castelam do XII, está ensaiando formas, provando fonemas e morfemas.

DESCOBRIMENTO DA TRADIÇÃO MEDIEVAL

Foi essencial para a evolução do galego literário a divulgação dos textos medievais. Os Cancioneiros primitivos nom som conhecidos em geral até que dom António de la Iglésia inclui na sua antologia *El Idioma Gallego*, de 1886, cantigas tomadas da edição do *Cancioneiro da Vaticana* publicada por Teófilo Braga. A Escola Diplomática que começa a funcionar em Madrid tem entre os seus primeiros graduados a dom António López Ferreiro e a dom Andrés Martínez Salazar. Estes dous homes, ao ler com exactitude e publicar com rigor científico documentos antigos, exercem umha poderosa influência no galego literário. A edição do texto mais importante de prosa galega medieval entre os conservados, a *Crónica Troiana*, causa um forte impacto na «escola corunhesa». Pondal saúda a impressom da *Crónica* como «cousa soberana»³. Os contertúlios da «Cova céltica» vam aprender muito galego nela. Dom César Vaamonde, redactor do *Diccionario* académico, autoriza frequentemente coa mesma os artigos daquele. Formas arcaicas reaparecem na língua dos escritores. Apoian-do-se na morfologia medieval, rejeitam-se como vulgarismos

3

Esa Crónica Troiana
que agora de fresco temos
por persoa castellana,
señores — ¡véigana os demos! —,
é unha cousa soberana.

En eses acentos bravos
de fortes — e non de escravos —,
con alentos soberanos
parez que diga: — Abrazávos,
gallegos e lusitanos.

Abrazádevos contentos
deses vosos nobres soes,
sonoros e roburentos;
que son os vosos acentos,
os acentos de Camoes.

[*Versos Iñorados ou Esquecidos de Eduardo Pondal*, Pontevedra, 1961,
pp. 193-194.]

resultados populares que antes se reputavam castiços. Por fim, a língua escrita descobre as suas raígnhas.

SUPRADIALECTALISMO

As *Irmandades da Fala* (1916), a revista *Nós* (1920) e o *Seminário de Estudos Galegos* (1923) marcam etapas dum novo período na constituição do galego escrito. O que caracteriza este tempo é a superação do dialectalismo e do interdialec-talismo. Estamos no momento inicial do supradialectalismo, que, desde logo, é um intento para a unificação. Já nom hai prejuízos localistas, já se tem superado totalmente o ruralismo. A tarefa principal própria daqueles anos é a purificação do galego. Trata-se de defender o idioma eliminando os caste-lanismos. A reação contra os mesmos, que ameaçavam reduzir o galego à condição dum *babble* ou dum *baturro*, como ocorreu no caso dos romances leonês e aragonês, conduziu ao diferencialismo e ao «portuguesismo».

DIFERENCIALISMO

Chamo diferencialismo à preferência sistemática pelas formas idiomáticas diferentes do castelam, coa virtual eliminação das comuns a ambas línguas. O galego cede ao castelam todo o património comum, o que equivale a reconhecer-lo como morgado e a autodefinir-se como em função deste. O que pretende ser umha afirmação é, pois, umha mutilação. O diferencialista, forçando a realidade se é necessário, dirá sempre *agro* e nunca *campo*, *esquecer* e nom *olvidar*, *agarimo* e nom *carinho*, *aperta* e nom *abraço*. A analogia operará de modo aberrante, por exemplo monotongando ditongos que tenhem justificação etimológica, ou ao contrário: é a época dos *ambentes* e dos *centíficos*, a dos *hourizontes* e dos *sinceros*. Assim mesmo extraviará-se a analogia na sua aplicação aos fonemas consonantes; e teremos de ensombrece

nossos escritos com *somas*, e *cortelbar* às musas saltando os *muralós* do Parnaso. Como se vê, em política idiomática, os escritores sem o assessoramento dos lingüístas podem cometer tantos erros como os lingüístas sem o assessoramento dos escritores.

PORTUGUESISMO

Outro recurso defensivo que achamos no galego escrito desta época é a recorrência ao português. Muitas vezes os portuguesismos som simples restauraçõs de vozes galego-portuguesas que a fala popular perdera. Quando nom é assim, trata-se de formas mais modernas que encaixam perfeitamente dentro da estrutura da língua. O neologismo em galego apenas tem outra opçom que o empréstimo das duas línguas de cultura que o limitam: o castelam e o português. As estreitas relaçoens entre os escritores do grupo *Nós* e os intelectuais portugueses — um Teixeira de Pascoaes, um Leonardo Coimbra — ham de ser tidas em conta como *realia* que influem na língua literária. A osmose entre co-dialectos é um feito natural. Ao cabo, na classificaçom dos romances feita por Menéndez Pidal, a língua do extremo ocidente denomina-se galego-português. O que nom obsta para que noutro nível semántico distingamos duas línguas nesse complexo, ou, se queremos ser mais exactos, duas realizaçoens do mesmo sistema.

MOVIMENTOS REACCIONÁRIOS

A última etapa da história da língua escrita a que devo referir-me é a posterior à guerra.

Está dominada por dous feitos, duas actitudes reaccionárias. A reacçom contra a insolvência científica como tal e a reacçom contra o culteranismo.

Em 1965 os alunos da primeira promoçom de Filologia Románica da Universidade de Santiago tenhem que matri-

cular-se na cadeira de Língua e Literatura Galega. O galeguismo fica emarcado no romanismo.

A partir deste momento, dam-se as condições necessárias para um melhor conhecimento teórico da língua. Começam a ser frequentes os trabalhos de dialectologia. Também se estuda a língua medieval e a dos escritores modernos. Os lingüístas podem proporcionar útil informação aos escritores, e o intercâmbio de pontos de vista entre uns e outros fai-se usual. Todo isto nom pode menos de ser benéfico, à condição de que cada um se mantenha no seu próprio campo. Os escritores que nom sejam lingüístas nom devem escrever umha nova *Gramática Galega*. Os lingüístas que nom sejam escritores nom devem escrever umha nova *Virge do Cristal*.

O melhor conhecimento das falas locais e a preparação romanística geral som garantia contra as deturpações. Mais um galego de tecnócratas estaria falto de substância cultural se desconhecesse a tradição trabalhosa e fundada e mantida polos cultivadores da língua literária. Fenómenos fonéticos como a gheada e o sesseo, por mui característicos que podam ser de certas zonas de Galiza, acham-se fora do galego escrito tal como se tem constituído a partir dos Precursores, e os dialectólogos ham de llimitar-se a registá-los, sem pretender incorporá-los à língua culta por amor à cor local.

Outros reaccionarom contra o pretendido culteranismo dos tempos do Seminário por dogmatismo popularista. O galego do povo — o galego castelanizado — oporia-se assim ao galego dos selectos — o galego aportuguesado. Mais resulta que o tal galego popular é umha versom popular do castelam, ou acabaria por sê-lo. Só um galego restaurado é viável. Escrever no galego castrapizado por vários séculos de analfabetismo seria renunciar ao galego. Um castelam dialectal em que operaria um substrato galego seria o porvir inexorável. Melhor seria a total castelanização.

Como nom pode admitir-se que o popular seja o castelanismo, nom pode admitir-se que o «portuguesismo» seja antipopular. Se se quer escrever em galego, nom podemos

nem olvidar que o portugués está geneticamente emparentado com o galego nem que o castelam o está politicamente. Tam absurdo é o diferencialismo frente ao castelam como o diferencialismo frente ao portugués. Tais actitudes isolacionistas nom se podem justificar por razons autenticamente filológicas.

ORIENTAÇOM ACTUAL

Actualmente hai umha zona fundamental de coincidência com respeito ao problema da língua escrita. É evidente que para o home de agora escrever em galego nom é escrever em galego-portugués, nem em portugués, nem em castelam. Mais muitas formas galegas coincidem coas galego-portuguesas, as portuguesas e as castelás. A dosificaçom dos elementos que devem combinar-se é questom de tacto. Hai que dar por caducadas certas leis que, noutro tempo forom fecundas. Poucos som os que se empenham em considerá-las ainda operantes. Mais poucos som tamém os que renunciam a formar abstractos e concretos em *-de*, por mais que o vulgo tenha tomado emprestadas as formas populares castelás. Nom converteremos, pois, *vontade* em *vontá*, nem *pareda* em *paré*, nem *vide* em *vi*, nem *virtude* em *virtu*.

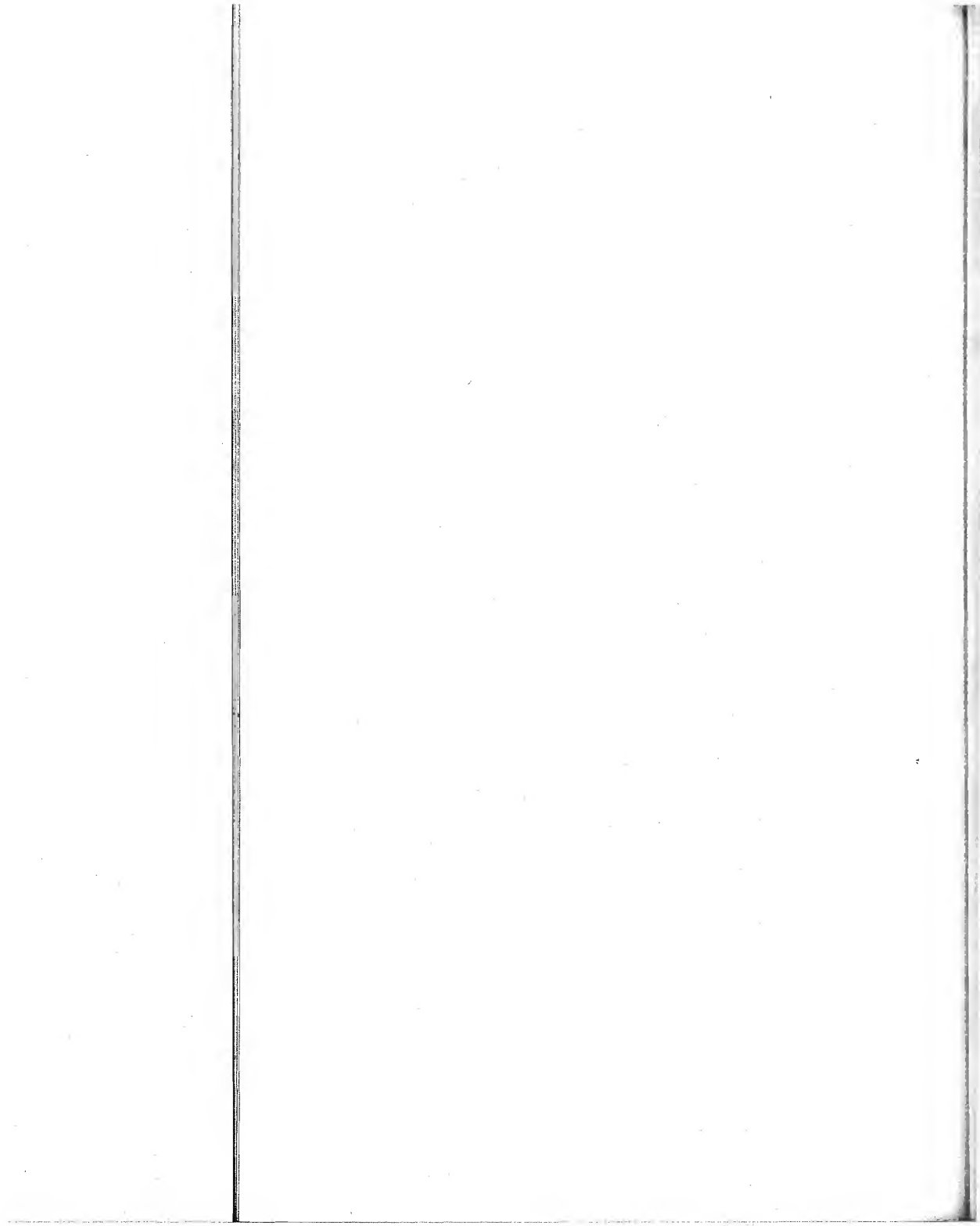
O galego escrito de hoje, superada, ainda que imperfeitamente, a fase dialectal, e a interdialectal, alcançou a fase supradialectal. Isto nom foi possível pola aceitaçom pura e simples como língua literária dumha das variantes do galego. Mais tem havido um compromisso entre as distintas zonas, e, ainda que, mesmo na ortografia, nom deixam de subsistir originalidades extravagantes, em linhas gerais tem-se accitado a morfologia do galego iriense e a fonologia do galego lucense. É a consumaçom da linha que, ziguezagueante e amiúde borrosa, tenhem formado as pegadas de Rosalia, Pondal, Cabanilhas e Castelao, para citar só figuras eminentes das nossas letras. Como a língua nom é umha religiom, desconhece pontífices, e, polo mesmo, hereges. As infracçons da norma

nom estan sujeitas ao direito penal. Todos os que temos intervindo na ordenaçom da língua, temo-nos limitado a encanar umha corrente que flui obedecendo a leis culturais. Ja veremos até que ponto resulta eficaz o nosso labor de canalizaçom. Os planos de desenrolo sempre som modificados pola realidade imprevisível.⁴

⁴ La part de l'opinion la plus lente à s'éveiller et à prendre conscience de la dignité et de la valeur de la langue d'Oc a été, comme il est naturel, et malgré les apparences entretenues par le Félibrige, l'opinion paysanne. Il n'est aucunement paradoxal de constater que ce fut le paysan occitan qui demeura le plus longtemps insensible à la valeur du «patois», sa nourriture quotidienne. Tout en l'aimant d'instinct, comme tout ce qui est «soi», il ne pouvait désirer le mieux connaître, tant que son insuffisance dans la maîtrise de la langue française faisait pour lui, du «patois», le signe d'une infériorité sociale. Mais, du jour où ce sentiment d'infériorité commença à disparaître par suite du développement de l'instruction et de la connaissance du français, et aussi par suite du relèvement des conditions économiques de la paysannerie, l'opinion paysanne a suivi le mouvement. Actuellement la cause de la langue d'Oc est à peu près gagnée auprès d'elle.

[Charles Camproux, *Histoire de la littérature occitane*, Paris, 1971, pp. 221 e segs.]

[*Verba*, *Anuario Gallego de Filología*, vol. 1, Universidad de Santiago de Compostela, 1974, pp. 31-40.]



LÍNGUA OFICIAL E LÍNGUA DIALECTAL

Umha língua que nom possui umha forma canonizada administrativamente, vive sempre num estado de fluidez mais ou menos dialectal. É o direito, quer dizer, a norma jurídica, dotada de coercibilidade, a que em definitiva calha o feitio da fala numha versom oficial. É o poder político o que em definitiva fixa a norma lingüística. Pouco importa que a modalidade triunfante tenha obtido prestígio por razons culturais, como é o caso do toscano. Se o toscano é hoje o italiano, deve-se nom só à soada atingida polo dialecto em que escreverom os grandes florentinos do Trescentos, senom tamém à aceitação daquele dialecto como expressom oficial da administração pública. Este reconhecimento oficial confere a umha forma lingüística a condição de nom dialectal, mentres que qualquer outro tipo de fixação, ainda fundado numha autoridade social, como é o caso do catalam moderno, está exposto a toda a classe de contestações e pruídos heterodoxos. O domínio do social é por natureza incerto, porque a norma social nom é exigível coactivamente: a norma jurídica é precisamente umha norma social que tem alcançado a protecção do poder político, que se caracteriza pola sua capacidade de garantir o cumprimento da mesma norma.

Naturalmente, este quadro é esquemático. Pode ocorrer que o poder político pratique a respeito da língua umha política liberal, quer dizer, que nom intervenha na vida do idioma. Servirá-se, entom, da fala utilizando-a no estado dialectal em que se atope, mesmo sem nengumha vontade de coerência. Pero tal postura é inestável. O poder político é um elemento ordenador, e pola sua natureza tenderá a pôr ordem

na língua em que se expresse. Surge assim umha língua chanceleresca, que, sem ser de primeiras obrigatória mais que para a administração pública, acaba por se converter em língua padrom de toda a sociedade, porque é a língua empregada nas esferas que representam a soberania política. Nos Estados modernos, cada vez mais intervencionistas, é inconcebível umha neutralidade idiomática. A massa dos cidadãos, que nom pode permitir-se o luxo de possuir ideias lingüísticas próprias, aceita como língua padrom a língua oficial, geralmente custodiada por um organismo académico creado polo Estado, e considera dialectal toda manifestação lingüística divergente, que nom está protegida pola autoridade do governo.

GALEGO ESCRITO E GALEGO FALADO

O galego, até o século xvi, foi em Galiza a língua da administração pública, num momento em que o Estado mais bem tomava a língua da sociedade do que tratava de fornecer à sociedade umha língua. Os derradeiros documentos notariais em galego som da época de Carlos I. Desde aquela, o galego deixa de ser nom só língua oficial, senom mesmo língua escrita. Excepto casos pouco significativos, ainda que mui interessantes para o filólogo, nom podemos falar de língua escrita até o século xix. Na realidade, umha literatura estável nom calha em Galiza antes de meados desse século, e mesmo a língua escrita é entom somente umha língua literária. Como língua coloquial, o galego nom se escreve. Hoje mesmo, o lavrador, que ordinariamente fala em galego, escreve as suas cartas em castelam, porque em castelam foi alfabetizado.

De todos os jeitos, actualmente existem em galego os dous registos normais de toda língua moderna: o coloquial e o literário. A distância entre esses dous registos é, naturalmente, variável, à consequência das vicissitudes da tradição cultural em cada país. Hai umha distância máxima, que pode com-

prometer a inteligibilidade polos falantes vulgares dum texto na língua literária. É o caso de muitas línguas orientais, como o japonês, e mesmo o árabe. E hai umha distância mínima, que se dá nos começos literários, quando a língua literária nom pode ser outra cousa que a plasmaçom gráfica da língua falada.

Vejamos qual tem sido a situaçom do galego polo que a este particular se refere.

O GALEGO ANTIGO

Na época medieval o galego aparece para nós exclusivamente como umha língua escrita, primeiramente sob a forma de galego-português; mais adiante, como umha forma arcaica do galego actual, bem que, na realidade, as diferenças que Leite de Vasconcelos e outros autores tenhem registado entre essa língua e o português sejam de validez duvidosa, pois como di Huber, e antes dele Diez, as palavras que nos documentos de Lugo incluídos na *España Sagrada* puderam ser registadas como algo especial (*el* por *ele*, *puge* por *pus*, *fezo* por *fez*) observam-se também em documentos e leis puramente portugueses, e vice-versa. Somente a diversidade de destino político pudo co tempo formalizar umhas diferenças que foram antes formas preferenciais simplesmente.

Ainda que nom conheçamos o galego falado senom através dos textos escritos, podemos afirmar que havia umha grande proximidade entre a língua coloquial e a literária na Idade Média, especialmente se consideramos a língua da prosa galega serôdia. No idioma trovadoresco existiam provençalismos e galicismos léxicos e sintácticos que nunca penetrarom na fala popular, e que nom se perpetuarom na literatura, umha vez extinta a tradiçom occitanizante: assim *sem* (senso), *drudo* (amante), *fix* (seguro), *folia* (loucura) (pero temos *foliada*, *diversom* animada); e distintos giros e construçons.

Polo que se refere à língua dos poetas da escola galego-castelá, nom hai dúvida que diferia muito da fala coloquial dos

galegos da época, pois é, em certo modo, umha língua crioula, quer dizer, umha língua de colonização, bem que literária, que se desenvolve fora da base geográfica onde se formou, e se destina a gentes nom galegas. O público desta poesia era o cortesam dos Trastámaras, e a maior parte dos poetas nom eram galegos. Os castelans trovavam em galego como noutrora trovaram em provençal¹. Era a moda. Pero este galego literário era, na realidade, um galego-castelam, que se aprendia nos escritos e nom de viva voz. Era, pois, umha língua escrita e nom falada no círculo do seu cultivo. Já se tem insistido no carácter híbrido e convencional dessa língua². Deve considerar-se superada a postura de Lang, que se empenhou em corrigir castelanismos que cria erros de cópia. Este galego da lírica tardia é um galego para castelans, como o francês dos jograis épicos do Norte de Itália é um francês para italianos. Nom só o léxico é misto, senom que a estrutura fonética do galego está modificada. Até onde podemos julgar polas palavras rimantes, o sistema vocálico nom é o do galego, senom o do castelam. Mesmo poetas galegos, como Macias, aceitam interferências do idioma de Castela na sua própria língua. De um ponto de vista galego, a língua de Villasandino é umha fala marginal, provinciana, misturada coa língua que falam os que escrevem nesse galego.

¹ A mais antiga poesia lírica cortesá escrita por um castelam de que tenhamos notícia é a daquele Gonzalo Ruiz mencionado por Peire d'Alvernha nel vers «Chantarái d'aquestz trovadors». Gonzalo Ruiz, o mesmo que o aragonês de Monzón e o lombardo Cassidente, trovava sem dúvida em provençal, como o resto dos trovadores cujos nomes figuram no citado texto. Umha escola trovadoresca em castelam nom se perfila senom tardiamente, como umha prolongação da decadente escola galego-castelá. Nesta época primitiva, os textos líricos em castelam que se podem escolmar, ou som de duvidosa autenticidade, ou apresentam carácter paródico, ou oferecem-se-nos isoladamente; em todo caso nom acreditam umha tradição. Assim, constituída a escola galego-portuguesa, leoneses, castelans e aragoneses aceitaram a língua e a técnica da mesma para a própria expressom lírica. O galego, mais semelhante aos seus dialectos nativos que o provençal, e mui próximo às falas moçárabes, foi o espanhol literário centro-occidental no que à lírica culta se refere.

² R. Lapesa tem estudado com claro critério os problemas da língua da poesia lírica centro-occidental desde Macias a Villasandino.

O GALEGO MODERNO: PRIMEIRA FASE

Passemos ao galego moderno. Hai umha etapa, entre Renascimento e Ressurgimento, desde o século xv ao século xix, na qual o galego sofre umha grande transformaçom. Afasta-se decididamente o galego do português. O galego perde quase totalmente a nasalidade vocálica fonológica. Perde tamém as consoantes sonoras -x- e ʒ; interdentaliza em parte do domínio a africada alveolar, que se converte numha fricativa xorda. Conserva em troca a africada palatal xorda ʃ, e mantém sem palatalizaçom o s implosivo. As vogais átonas nom acusam a extrema relaxaçom que se observa no português pós-quinhentista. Enfim, a fonética galega aproxima-se à castelá, língua esta derradeira que pressiona cada vez mais no léxico, tamém, na morfologia e na sintaxe sobre o galego. Polo que ao léxico se refere, ao cessar praticamente o galego de ser língua escrita, tanto literária como tabeliônica, perde todo o sector relativo ao campo do direito público, que é ocupado pola língua oficial. Persiste o vocabulário galego que fai referênciã à vida mais elemental, mais encostada à natureza; pero as realidades novas nom promovem novas expressons galegas. Os neologismos do galego som castelanismos. O galego é umha língua atuada que conserva no fundamental a sua estrutura, mais cujo léxico se empobrece ou se encora. Nom germola já em gromos de primavera. A renovaçom inevitável manifesta-se em enxertos contínuos do castelam.

Mal podemos falar de distância maior ou menor, nesta época, entre língua coloquial e língua literária. Esta nom existe realmente. A língua escrita dos galegos é agora o castelam. Quando esporadicamente se escreve o galego, escreve-se como se fala. A consciênciã de umha língua literária galega como algo distinto da língua coloquial tem-se perdido totalmente, e nom vai ser recuperada até os tempos de Pondal.

O GALEGO MODERNO: SEGUNDA FASE

A esta primeira fase do galego moderno — séculos xvi, xvii e xviii —, caracterizada pola desaparición da lingua literária, segue unha segunda que se caracteriza pola restauración da mesma. Hai agora de novo unha literatura galega. Hai unha consciencia de que o galego pode ser unha lingua literária. A posición dos escritores do século xix fronte ao idioma é moi distinta da que adoptaram os escritores do século xvii. Para estes, escribir en galego era unha curiosidade. Tanto na poesía humorística — a mais abundante — como na séria, o celme, o engado, estaba no excepcional do emprego do galego. Os escritores do Renacemento ou Ressurgimento propugnan un cultivo normal do galego; e esta normalidade tería destruído o efecto pintoresco procurado nos séculos anteriores.

A CONFIGURACIÓN DA LÍNGUA LITERÁRIA

Mais os restauradores da lingua literária no século xix teñen planteado o problema da configuración da lingua literária, problema que interesa moito quanto ás relacións entre lingua falada e lingua escrita nas quais nos vimos ocupando.

Ainda que os distintos individuos teñen resolvido ou orientado o problema da propia lingua literária segundo particulares criterios, de xeito que hai opinións progresivas e opinións regresivas, prescindindo de posturas — sempre excepcionais — anticipatorias ou reaccionarias, podemos distinguir dous momentos na restauración da lingua literária en Galiza, empresa encetada, como dixemos, no Renacemento romántico.

No primeiro momento, os escritores limitam-se a pôr por escrito a fala da súa localidade. Carecen de modelos literarios. Son primitivos. Teñen que comezar por escribir o galego que se fala. E como o galego que se fala, quer dizer,

o galego dialectal, é, por definição, variável, decidem ater-se à norma que lhes é mais conhecida, ou seja, a norma da própria fala local. Esta prática chegou a ser formulada teoricamente na forma em que acabamos de a expor — quanto aos conceitos, se nom quanto às palavras — por Jesus Rodríguez López, o popular escritor luguês, autor de *O Chufom*, *A Cruz de Salgueiro* e *O Bico*. A postura, pois, dos escritores deste momento nom difere da dos cultivadores do galego dos séculos anteriores, a partir do XVI, a respeito da língua empregada. A diferença está na mentalidade com que essa língua se emprega. Pedro Vázquez de Neira, ou Martim Torrado, ou o mesmo Diego Cernadas de Castro, tinham a gala e bizarría escrever de quando em quando em galego, pero nom se pode dizer que tivessem consciência dumha nivelaçom literária do galego co castelam. Em troca, os autores que figuram no *Album de la Caridad*, por mais que escrevessem numha língua tam dialectal como a dos poetas das *Exequias de la Reina Margarita* e as *Fiestas Minervales*, estavam animados por um propósito de reivindicaçom do idioma. Tinham, pois, umha política cultural, umha política idiomática, e esta política consistia mesmamente na desdialectalizaçom do galego, ainda que de momento utilizassem um galego dialectalizado.

Os poetas das *Exequias* e das *Minervales*, e o mesmo cura de Fruíme, nom sonhavam com devolver ao galego o rango literário que possuía noutros tempos. Aqueles escritores mesmo ignoravam que o galego tivera atingido tal rango jamais. Pero os escritores do século XIX professavam o regionalismo idiomático, tinham umha ideia, mais ou menos confusa, dum passado glorioso do galego, muitas vezes mitificado. Utilizarom ao princípio a fala dialectal porque nom dispunham dumha tradiçom literária positiva; pero ja em Pintos se manifesta expressamente, nom só a consciência da unidade do galego, senom a da necessidade dumha política lingüística de unificaçom. Com Pondal pode-se considerar encetado o segundo momento da fase de restauraçom da língua literária: o momento em que se pretende escrever nom numha língua dialectal, senom numha língua comum;

nom numha língua espontânea, senom numha língua dirigida. Agora começa a agrandar-se a distância entre galego coloquial e galego literário, que antes era nula pola utilizaçom como galego literário do galego coloquial. Pero desde que umha língua se escreve, inicia-se a separaçom da língua escrita da língua coloquial. Estava na deriva do fenómeno a superaçom do carácter dialectal da língua escrita. Esta tende à fixaçom, à uniformidade, frente à liberdade da fala. Nom amparada na coerçom ou no prestígio da condiçom de língua administrativa, o processo de formaçom e unificaçom do galego literário moderno nom pode precipitar-se. Tampouco houve durante muito tempo um desequilíbrio no cultivo das modalidades geográficas que inclinasse decididamente a balança a favor dumha delas. Mais todo está cambiando rapidamente na actualidade. Hoje manifesta-se claramente a constituiçom dumha *koiné* literária que se nos apresenta como um compromisso entre as duas formas mais estendidas do idioma: o galego «lucense» e o galego «iriense»³. A aportaçom do primeiro é mais bem fonética; a do segundo, mais bem mor-

³ Empregamos estas denominaçons para designar dumha maneira que aponte, ainda que sem precisom, à geografia lingüística, duas formas de galego, que contrastam principalmente porque a primeira é «ciceante», quer dizer, possui os fonemas /s'/ e /θ/, e a segunda é «sisseante», ou seja, possui um só fonema /s/ em troca dos dous citados anteriormente. A. Moralejo vincula a divisom do galego em oriental e ocidental coa divisom eclesiástica de Galiza. O galego oriental estaria determinado polas dióceses de Lugo, Mondonhede e Ourense, e o galego ocidental polas de Íria Flávia (Santiago) e Tui. Tomamos os nomes das duas dióceses mais importantes para designar as respectivas modalidades dialectais, mais referindo-nos sobretudo, como dixemos, às isoglosas que reflectem as soluçons fonéticas indicadas; de jeito que os nossos galegos «lucense» e «iriense» nom coincidem mais que parcialmente cos galegos «oriental» e «ocidental».

⁴ Cuidamos que se deve entender por sesseo a situaçom fonológica resultante da desafricaçom dos fonemas /š/ e /ž/ sucessores de *k* palatalizado latino ou de *č*, *ž*, e subsequente confusom cos mesmos dos resultados do *s* latino. Em Galiza nom se sostivo, por insuficiência da margem de seguridade, um *s'* apical acarom dum *s* pré-dorsal. O *s* pré-dorsal impuxo-se, e temos a Galiza «sisseante» da zona sudocidental. Mais na maior parte de Galiza, a soluçom foi outra. Mantiverom-se distintos o antigo *s* pré-dorsal e o antigo *s'* apical, nom conservando os seus respectivos pontos de articulaçom, como no Norte de Portugal, senom interdentalizando-se o primeiro, convertendo-se em «ciceante». É a

fológica. Proscrevem-se o sesseo⁴ e a gheada⁵; aceitam-se a solução *-am* do sufixo nominal latino *-ANU* e o grupo *-ns*

solução do galego central e oriental, idêntica à do castelam, mais nom necessariamente derivada deste, senom talvez resultado dumha evolução interior paralela. Da zona ocidental temos que segregar a parte norte, que desconhece o *s* pré-dorsal sudocidental e emprega tamém o *s* alveolar, porque assim mesmo interdentalizou a antiga africada. No galego noro-ccidental nom hai sesseo, pois, se bem o *s'* e o *θ* se neutralizam em posição implosiva, sendo o arquifonema idêntico à alveolar, o fonema *θ* aparece noutras posições. Esta tendência à neutralização daqueles dous sons, em benefício do *s'*, está dabondo generalizada na Galiza «ciceante».

⁵ A gheada é um dos fenómenos fonéticos galegos que marcam mais nitidamente zonas dialectais. Para nós consiste numha fricativização do fonema */g/* que chega à aspiração. É umha consequência da relação da articulação, que fai que o som que se percebe seja o produzido polo ar que passa através da glote. Que umha grande parte de Galiza desconheça a gheada, pode explicar-se por razons de substrato mais satisfatoriamente que por razons de superstrato. Um substrato pré-celta ou celta e um substrato astur ou pré-astur poderiam determinar a distinção dialectal, mentres que um superstrato ou adstrato castelam uniforme mais bem determinaria, à igualdade de variantes, umha uniformidade na interpretação do empréstimo, o que está em desacordo cos feitos. Por outra parte, fora dalguns ilhotes no galego oriental, a gheada manifesta-se na zona mais afastada de Castela. Teria que entrar a influência por via marítima. Frente à gheada como fenómeno de substrato e à gheada como fenómeno de adstrato, temos a interpretação da gheada como fenómeno de estrato; quer dizer, produzido pola mecânica interna da fonética do galego. A gheada seria simplesmente umha consoante aspirada que em certas zonas de Galiza fosse a realização normal do fonema que noutras se realiza sem aspiração. Na România hai muitas consoantes deste tipo. Mais, desde logo, nom hai que sair de Espanha para ouvi-las. Nós temos ouvido pronunciar o *g* com aspiração, às vezes combinada com nasalização, a falantes espanhóis nom galegos, por exemplo, asturianos e maiorquinos. Se falassem galego, esses sujeitos seriam considerados falantes do galego de gheada.

Se refugamos a teoria do adstrato, podemos admitir que a gheada é antiga em Galiza. A menção expressa mais antiga das conhecidas do fenómeno, como um dialectalismo contrário à norma, é a de dom Mariano Cubi, que em 1847 registou o feito. Os que pedem testemunhos da sua existência nos documentos medievais, esquecem que opondo-se */gb/* a */g/* exclusivamente, um só signo podia representar as duas realizações do fonema nas distintas zonas. Creemos ter datado em 1697 o primeiro caso seguro de gheada, registado cum *j* castelam, que ja soava velar daquela. Nom pode supor-se mui anterior a incoação do fenómeno polos que o consideram castelanismo, ja que, segundo eles, é esse novo som castelam o que, mal imitado, produz a gheada. Mais nengumha palavra que tenha *j* em castelam passou a galego com *gb*. Os castelanismos do galego apresentam *š* por *j*: *conexo*, *partixa*, *manoxo*.

A língua literária rejeita em geral a gheada, que considera vulgarismo e castelanismo. Mais um galego escrito de gheada insinuou-se em Mirás. A escola de Murguia esmagou essa tendência popularista. A literatura galega, neste aspecto, optou decididamente polo galego «oriental».

no plural⁶. As razons que historicamente justificam estas soluçons som dumha parte a tradiçom, se calhar moderna, segundo a qual o sesseo, e sobretudo a gheada, eram fenómenos fonéticos fortemente vulgares e rurais, especialmente o segundo, que ademais se considera desnaturalizaçom ocasionada polo adstrato ou superstrato castelam; de outra parte o feito de que, ja nos nossos tempos, a morfologia do galego «iriense» adquiriu superior prestígio literário porque é a utilizada, em termos gerais, por umha soma tam importante de escritores como a representada por Rosalia de Castro, Marcial Valhadares, António López Ferreiro, Eduardo Pondal, Ramon Cabanilhas, Afonso Rodríguez Castelao, Luís Amado Carbalho, Manuel António Pérez Sánchez e muitos outros. As *Normas* da Académia Galega aceptaron esta morfologia. De jeito que semelha consolidada como canónica, dentro das previsions razoáveis. Menos seguro é o porvir de outras soluçons que tendem a impor-se no galego literário,

⁶ Consideremos brevemente do ponto de vista dialectal estes dous importantes rasgos de carácter morfológico (ou morfo-fonético).

O mais interessante é o resultado do sufixo etimológico -ANU.

A soluçom mais arcaica, o ditongo -ão, como em português, ainda que mantendo-se mais aberto que neste idioma o timbre da vogal a-silábica, acha-se no extremo oriental do domínio, no galego de Ancares.

A rente da fronteira co leonês achamos -ano, que, como a conservaçom do / intervocálico, é forma lingüística emprestada.

Fora destas singularidades, todo o galego oriental e central apresenta -ao, devendo ser considerado -au como umha mera variante fonética sem independência fonológica.

A soluçom ocidental ou atlántica é -am, desnasalizada em -a no norte da zona.

O feminino -ANA está representado por -a no galego oriental, central e noroccidental, e por -am no sudoccidental. De jeito que, em geral hai distincion -ao/-a no Centro e Oriente de Galiza; mais nom no Occidente, que carece de diformismo sexual. No entanto, hai lugares onde se dan as inflexions -am/-a, -ao/-am, encravados em zonas de transiçom.

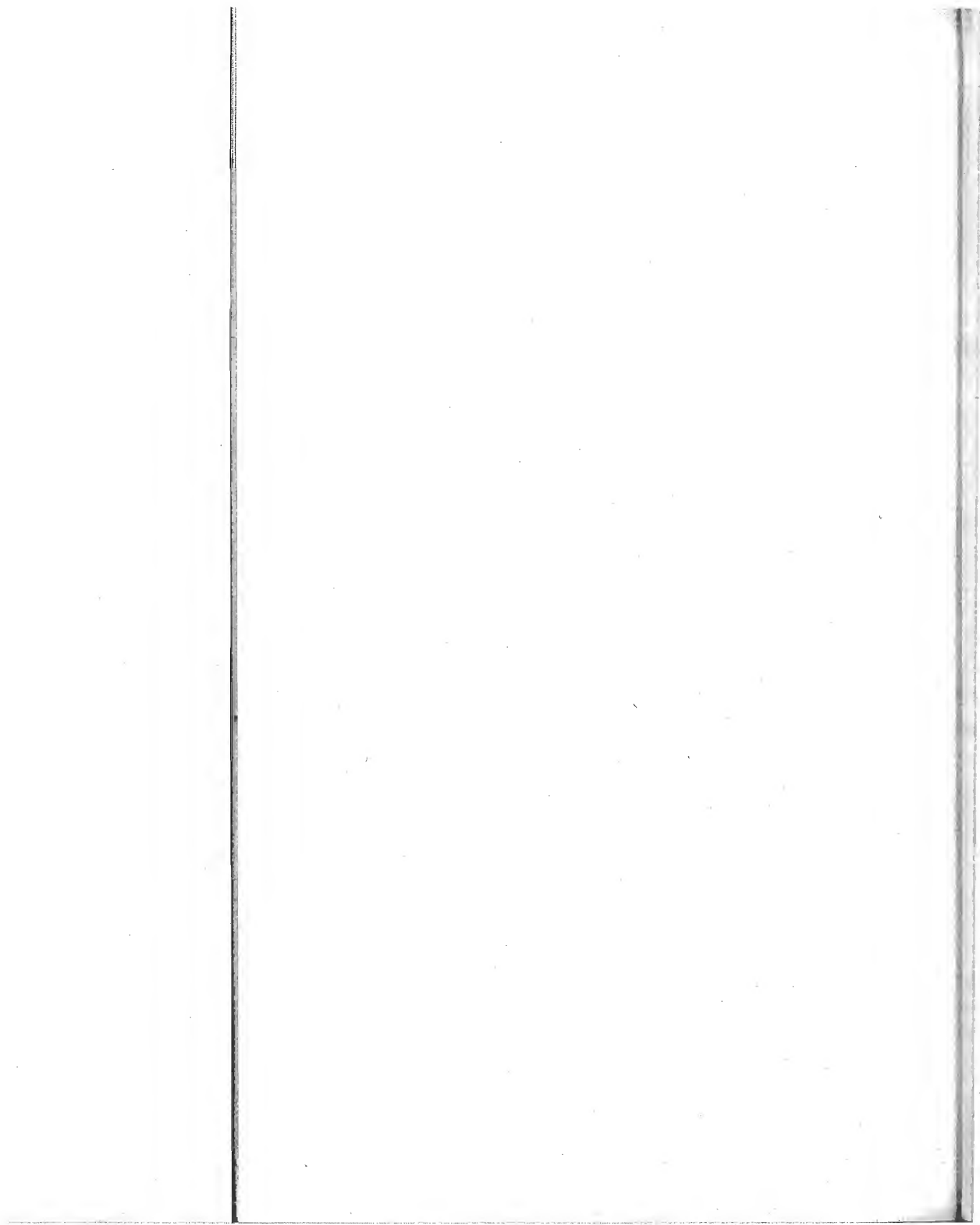
Outro rasgo morfológico dialectal interessante é a conservaçom ou desapariciom do -n final (= *n*) na formaçom dos plurais.

Ainda que a Académia Galega, o Instituto da Língua e o galego literário mais moderno tenham adoptado a soluçom que mantém este -n, esta soluçom, que o ensino do galego propaga, é dialectalmente minoritária, exclusiva do galego sudoccidental, que tamém conserva o -n no sufixo -ANU. Ainda que se tenha por mais vulgar actualmente, a maior parte dos falares galegos elidem o -n no plural.

como a restituíçom do / ante o morfema de plural *-es*⁷. Em todo caso, e ainda que muitos aspectos da evoluçom da língua literária som imprevisíveis, é indubitável que hoje, por primeira vez, se perfilam com suficiente claridade as linhas mestras dum galego comum.

[*Grial, Revista Galega de Cultura*, n.º 36, Vigo, 1972, pp. 129-137.]

⁷ Quanto à formaçom do plural das palavras rematadas em /, as formas dialectais enxebres som duas. A mais arcaica, coincidente co português, na franja oriental: *corrais*; e a mais evolucionada, no resto: *corrás*. Mais hoje estas soluçons tradicionais estam mui perturbadas pola influêcia do castelam. Na zona centro-occidental persistem na forma genuína certas palavras herdadas de uso ininterrompido; mais as formas castelás som as que hoje tenhem verdadeira vitalidade. Quer dizer que o sufixo produtivo é hoje *-les*. Na zona oriental, a flexom tradicional mostra-se mais resistente. As formaçons de tipo *frols*, que alguns tratadistas consignam, e que se topam em Rosalia, nom som formas autênticas, senom simplesmente as castelás pronunciadas com relaxaçom do *-e* do morfema. Fonologicamente nom existem. Som simples realizaçons idiolectais dos plurais de tipo castelam.



O GALEGO DESENFREADO

Jamais existiu umha disposiçom legal que declarasse o galego decaído do seu carácter de língua utilizável aos efeitos oficiais. No registo de pragmáticas de Isabel I, rainha de Galiza, nom figurou nunca notícia dum texto restritivo do uso público do nosso idioma. Notários galegos estendiam os instrumentos públicos na língua do país mesmo sob o reinado do César Carlos V. Nunca foi o galego declarado língua oficial em Galiza e nunca foi despossuído legalmente mediante declaração expressa desse carácter oficial. Forom os acontecimentos históricos os que sem formulaçom positiva de carácter jurídico, sem proclamaçom legal concreta, elevarom e abaixarom a condiçom social do idioma, e, coa condiçom social, a condiçom administrativa. O galego foi língua tabeliônica e chanceleresca mentres foi língua comum dos galegos e língua literária. Chegado o romance à sua madurez nos lindeiros dos séculos XII e XIII, escreverom-se naturalmente nele os poemas trovadorescos e as cartas forais, as crónicas históricas e os diplomas redactados na cúria do Arcebispo. Nengum rei, nengumha autoridade outorgou ao galego carácter de língua oficial; nengumha autoridade nem rei algum imaginou opor-se ao feito natural do uso geral do galego. Mais a partir do advento da dinastia de Trastámara — um condado galego vido a mans castelás — ao trono de Galiza — unido pessoalmente ao trono de Castela —, umha forte penetraçom de nobreza forasteira vai cambiar a estrutura demográfica do país. Exiliados ou desaparecidos os mais dos nossos nobres que militaram no bando legitimista, o conde de Trastámara feito rei entregou muitas terras vacantes a parciais seus, segundons de casas distinguidas nom galegas, e estas mercês continuaram-se concedendo polos seus imediatos sucesso-

res. Esta aristocr cia nom galega, constituída por personages afectas   linhage vencedora, predominou política e socialmente sobre a nobreza indígena. Ling isticamente nom foi assimilada, e deu o padrom do falar superior, que pouco a pouco se impuxo mesmo aos restos da nobreza autóctona. Assim, sem nengumha pressom legislativa, o castelam desprazou progressivamente o galego como língua escrita e oficial, mais que pola deser om, pola destrui om da nobreza galega.

Reduzido a dialecto oral e rústico, a revolu om industrial e o advento ao poder social da burguesia capitalista nom revitalizarom o galego, porque nom houvo galegos que respondessem ao repto dos tempos novos. A nova burguesia nom surgiu das capas da povo om agrícola, demasiado pobre e ignorante para assumir as novas formas de vida. O poder económico ocuparam-no gentes vidas de fora. Os catalans introduzirom novas técnicas piscat rias e festoarom o nosso litoral de fábricas de salga. Se a fins da Idade Média os St niga, os Enríquez, os Sarmiento, os Pimentel, todas linhages foráneas, constitu rom a nova aristocr cia, agora os Massó, os Rovira, os Romani, os Carrer  constituem a nova burguesia. Se a nova nobreza e os seus criados tinham como língua escrita o castelam, a nova burguesia e os seus satélites tiverom-na tam m. Teria podido formar-se entre nós umha minoria ling stica catal  se o poder económico dos catalans nom fora compartilhado polos maragatos, que se dedicarom ao comércio de ultramarinos e de tecidos, polos cameranos, polos riojanos, polos castelans de diversas proced ncias que montarom todas as institu om de carácter mercantil, industrial e financeiro que marcam a transi om do sistema de economia tradicional, de economia natural e de c mbio, ao sistema de circula om comercial dos produtos, de economia monet ria e de lucro. Assim, o castelam foi a língua franca desta mesocr cia capitalista, que na língua oficial se entendia coas autoridades do Estado e coa aristocr cia de sangue. As classes dirigentes tiverom como língua escrita, como língua jurídica, como língua oficial, o castelam, porque nom eram galegas nas suas origens e porque a sua superioridade económica e cultural sobre o

campesinado e o artesanado autóctonos impediu a sua assimilação idiomática por estes estamentos. Ocorreu, ao contrário, que a fala dos mesmos se dialectalizou cara o castelam; e os artesans das vilas fixerom-se bilíngües, mentres que os camponeses, retidos no seu monolingüismo oral polo seu atraso cultural e económico, se castelanizarom na sua consciência lingüística, e o galego passou a ser sociologicamente umha forma rústica do castelam em Galiza.

A reivindicação do galego como língua escrita nom podia surgir senom no seio mesmo da aristocrácia e da burguesia, que sendo por via de regra de sangue alheio ou misturado, dispunham porém da folgura económica e do património cultural conseguinte, indispensáveis para conceber umha reforma da situação lingüística. Os dirigentes da vida social e económica eram os únicos capazes de dirigir a vida literária do país. Ao retroceder o racionalismo uniformista, alguns membros das classes superiores de Galiza interessarom-se polo próprio da terra, e mui pronto um impulso romântico os empurrou à restauração da fala ultrajada. Pola via da cultura, nobres e comerciantes galegos, cujos apelidos declaram muitas vezes as suas origens forasteiras, assumirom a defesa dos valores do país, e entre eles a língua.

Assim, através de instituições como a Academia Galega e o Seminário de Estudos Galegos, as Irmandades da Fala e as agrupações culturais e políticas de signo galeguista, promoveu-se um ressurgimento do idioma. Este movimento registava-se precisamente no interior das classes sociais que nom eram falantes espontâneas do galego, mentres que as que o eram, avassaladas pola dureza da sua vida, permaneciam alheias ao romântico empenho, e mais bem evolucionavam, ao ir-se alfabetizando ou melhorando economicamente, cara o uso do castelam, que as equiparava aos donos do poder social e as limpava do lixo do uso dumha língua servil. Por isso até onte mesmo as forças políticas que queriam representar a estas capas inferiores da sociedade, empregarom sistematicamente o castelam na sua propaganda pública, e nom só os grupos de obediência centralista, como partidos de

orientaçom internacionalista ou centrais sindicais obreiras, senom mesmo movimentos como o das sociedades agrárias, de evidente autoctonia.

A situaçom experimentou um importante cámbio quando nos dias presentes, erguidas as trabas mais abafantes da censura governamental, se compreendeu por aquelas forças, ou as que as sucederom, ou as que aspiravam a sucedê-las, em que medida o uso do galego, nom olhado côm simpatia polo poder, podia constituir um ariete para bater nos muros do poder mesmo. Escrever em galego deixou entom de ser monopólio dos galeguistas, e converteu-se em prática geral da oposiçom à ordem estabelecida. Nom hai, pois, umha conversom ao galeguismo de forças tradicionalmente hostis ou alheias ao mesmo, senom a assunçom dum instrumento de luta que se considera eficaz agora para a consecuçom dos objectivos de sempre.

Com umha rapidez de vértigo, o galego, que acabava de ser declarado em estado agónico, irrompeu em palestras onde jamais tinha comparecido. Umha literatura ideológica de suscriçom colectiva enche as folhas jornalísticas do país, dando testemunho dum cultivo quase unánime do galego para o protesto escrito. Nom cabe dúvida que neste momento um protesto escrito em castelam parece fraco e sospeitoso de debilidade. Em Galiza, hoje por hoje, protestar em castelam nom é propriamente protestar. Do mesmo jeito, o sócio-lingüista ha de recolher outro fenómeno paralelo. Estamos a ponto de chegar a umha situaçom em que se invertam os dados que registávamos a respeito da situaçom em que se moviam as forças políticas de oposiçom no terreno da propaganda oral com anterioridade à guerra civil. Vemos como nom só os grupos políticos que se intitulam galeguistas, senom mesmo os que estes qualificam de «sucursalistas», estam utilizando o galego. Aginha — como nom se modifique o plantejamento da situaçom pola incorporaçom de novos dados — o uso do castelam será inconcebível para a propaganda política de grupos que se autodefinam como democráticos ou de esquerdas.

Hai algum tempo, nestas mesmas colunas, expressei a opinião de que hoje a literatura galega relevante é a literatura didáctica, utilitária, jornalística, cívica, social ou como cada quem queira chamá-la. A outra está entre parênteses, à espera de dias mais propícios para um desenvolvimento autónomo. Hoje, naqueles sectores em que nom desapareceu completamente, vive parasitando no corpo da literatura de tendência conjuntural, o que demostra a consciência do escritor galego de que só o tema social pode propiciar-lhe leitores.

Mais a proliferação de escritos em galego nom pode interpretar-se sem mais como um triunfo da língua galega em si mesma, porque nom sempre vai acompanhada do necessário interesse pola autenticidade idiomática. Hai em occasions um profundo desprezo polo instrumento de que nos servimos. Dadas as circunstâncias em que se desenvolveu a luta pola língua literária, a criação e consolidação da mesma está erizada de dificuldades. Castelanismos primeiro, hiperenxebrismos depois, ameraram desde os Precursores a qualidade do idioma escrito. Mal se conheciam modelos; mal existiam dicionários e gramáticas. Que nestas condições um Castelao, um Cuevilhas, um Cabanilhas escreveram como escreverom, significa um logro só explicável, à parte da capacidade artística dos nomeados, polo seu afervorado desejo de ilustrar a língua, de conhecê-la amorosamente para fecundá-la com respeito infinito. Tal delicada actitude nom é hoje geral. Hai muita gente que quer poder dizer que escreve em galego, mais que nom tem nengum interesse em fazê-lo o melhor possível. Hoje, à diferença do que ocorria hai anos, dispomos dumha bibliografia lingüística que permite orientar-se a qualquer. ¿Como interpretar, pois, a actitude mental dos que escrevem em galego colocando na frase os pronomes átonos sempre antepostos ao verbo, como é normal em castelam, ou sempre pospostos, como nom sempre é normal em galego? ¿Como interpretar a actitude mental dos que empregam o infinitivo flexionado contra toda lei morfológica ou sintáctica? Questons som estas nas quais doadamente pode-

riam impor-se com folhear umhas páginas dos manuais existentes, ou singelamente com observar a construçom na fala espontânea dos nossos campesinos. Deixemos de banda os erros semânticos e morfológicos, as pedantarias léxicas e os pseudo-enxebismos chafalheiros que empedram alguns escritos. ¿Que menos se pode pedir que umha decente sintaxe? Se os que tripam tam desconsideradamente a nossa língua nom a falarom até agora, ¿como crem que a podem escrever sem procurar algunha informaçom sobre ela? ¿Chega até extremos tam inconcebíveis a sua falta de respeito ao instrumento lingüístico que parecem obrigados a cultivar?

Nom se pode converter lingüisticamente um home da noite à manhã. Todos temos que estudar o nosso idioma, como qualquer idioma que escrevamos. Cuidar que qualquer idiolecto improvisado e incoerente é bom para falar ao povo, é ter umha consciência mui pobre do que o povo é. O povo creou o seu idioma; a história foi-no deteriorando. Se queremos restaurá-lo nom podemos usá-lo sem freio, ao nosso arbítrio de ignorantes que nom desejam sair do seu ignorar.

Os que persigam co uso do galego qualquer fim de potenciaçom dos valores galegos, ham de pôr algum esmero nesse uso para nom ultrajar o valor do idioma. Bem se vê que nom sempre se logra escrever bem, mais, ¿nom devemos fazer algo para chegar-nos a esse propósito? Nom abonda com dizer que escrevemos em galego. É preciso escrever em galego. E o galego é umha realidade objectiva que hai que conhecer. Pois, ¿ia ser o galego umha excepçom entre as línguas? ¿Poderia-se escrever em galego sem saber galego? Houvo umha forma histórica de ultrajar a língua, que consistia em nom escrevê-la. O futuro registará outra, consistente em escrevê-la sem possuí-la. Sem querer possuí-la.

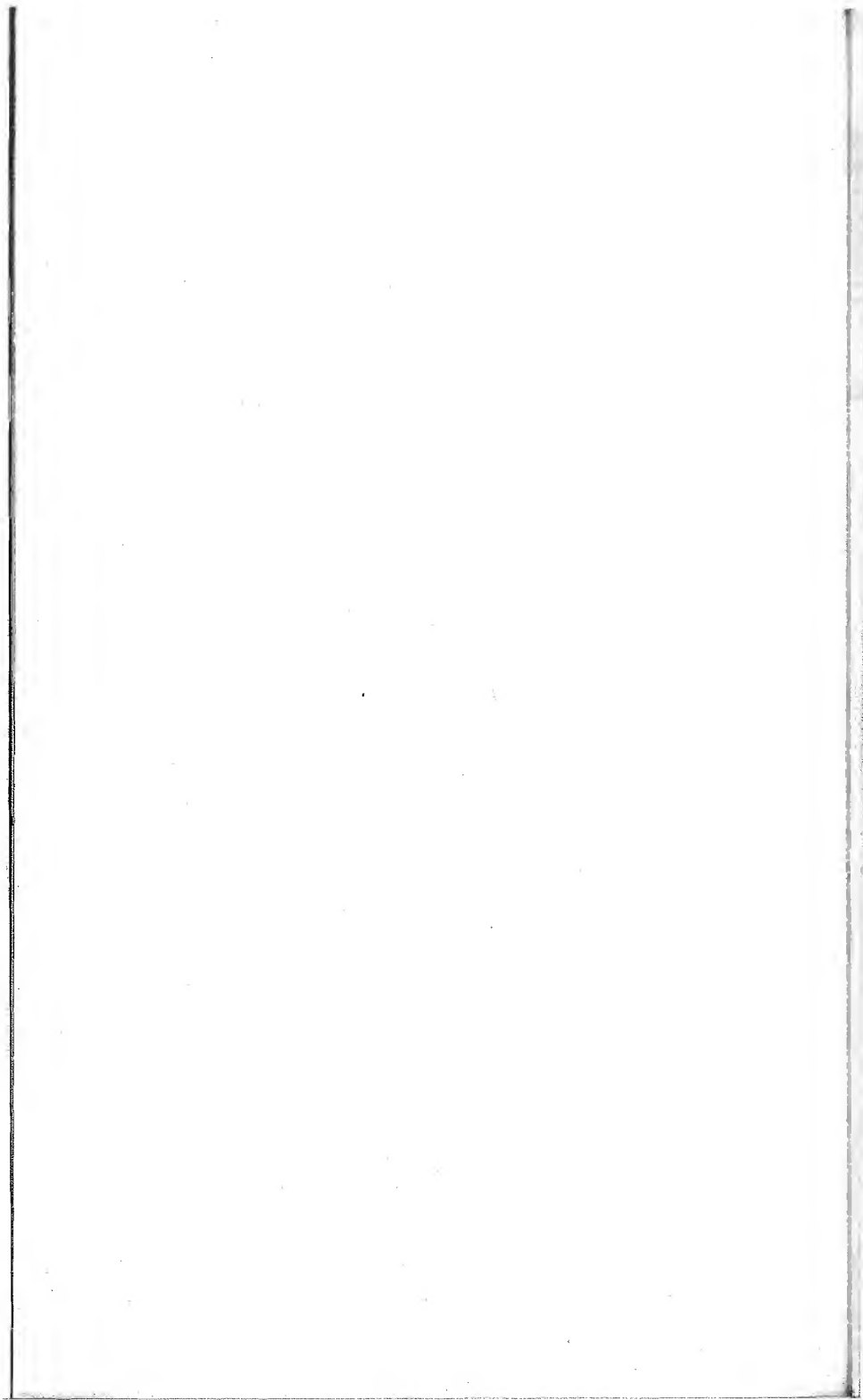
Esse galego de mogolhom, esse galego desenfreado atraíçoa o desprezo polo mesmo que se pretende empoleirar. As cousas sérias ham de ser tratadas seriamente.

Umha nova situaçom se lhe apresenta ao galego. Umha nova possibilidade. Um novo perigo. Se o galego desenfreado continuasse a agalhopar polos campos da nossa cul-

tura, muitas colheitas cuidadosamente agardadas ficariam perdidas, esmagadas pola cavalgada sem jeito. Afinal, a própria quatropeia teria de esmendrelhar-se.

O porvir do galego depende hoje em grande parte de que se pense como um foguete que se queima ou como um lume que se cuida. Como umha pedra que se guinda ou como um tesouro que se lú. O soldado que nom tem bem limpo o seu fusil expom-se a que um dia lhe saia o tiro pola culata.

[*La Voz de Galicia*, A Corunha, 22 de Agosto de 1976.]



Como estamos num período constituinte, explicamo-nos a hipertensom política em que vivemos. Porém, toda hipertensom é patológica, e, polo tanto, perigosa para o organismo que a padece. Umha institucionalizaçom da hipertensom conduziria-nos inexoravelmente ao derrame cerebral. Se nom perecíamos, ficaríamos retrotraídos à invalidez infantil e teríamos de ser submetidos a tutela. Polo tanto, imaginaremos que esta hipertensom é produto dum passageiro estado emocional. Mentres dura, aqueles membros da comunidade que por umhas ou outras razons nos consideramos hipotensos, devemos, na medida em que nos seja possível, reduzir-nos modestamente ao nosso trabalho profissional, renunciando a engadir umha migalha de alporizamento ao alporizamento geral, e defendendo elasticamente o terreno cultural que trabalhamos para que nom seja invadido e rebado pola greia, transitoriamente moscada, que logo necessariamente ha de nutrir-se dos frutos do nosso labor. Por crê-lo assim, hai quem sai rara vez do seu tobo — ja borrifado, se nom alagado, polas ondas do bruante mar — para oferecer a sua humilde leiçom a quem a solicita, ainda que este pareça mais bem querer dá-la. Acontece-lhe entom a esse lavrador que traspom os límites da sua leira, que com alguma frequência é interrogado sobre os seus métodos de cultivo; mais, paradoxalmente, as suas respostas som reelaboradas polos que as requerem, de modo que a leiçom que chega ao público nom é a que o lavrador dita, senom a que aquele que a recolhe dá ao próprio lavrador quando submete a censura e emenda o ensino que reclama, erigindo-se de notário em outorgante, de cronista em protagonista, de mensageiro em autor da mensage.

Um exemplo pode ser fornecido pola própria experiencia dum profesional do estudo do idioma. Co ensejo de algunha das raras ocasións em que — cedendo a presións amistosas ou ao feito de que o ámbito em que a leición se dita pode ser considerado como unha extensión da súa actividade quotidiana — se desloca para falar da lingua, é interrogado sobre problemas do galego, e muitas veces as súas palabras son recollidas em cinta magnetofónica. Aínda así, quando estas palabras se convertem em letra impresa, aparecen estranhamente desfiguradas. Mais non se trata de que a voz do suxeito se obscurecesse ao pasar polo medio mecánico de recepción. As variantes son de outro tipo. Onde ele dixo *científico*, aparece *centífico*; onde ele dixo *sobre isto*, fai-se-lhe dizer *sobor desto*; se falou de *orientacións*, estas convertem-se em *ourentacións*; se menciona um libro *que se está facendo*, transforma-se num libro *que está-se a fazer*; as súas *combinacións de temas* van ser *combinacións de teimas*; e, por suposto, todos os *organismos* que cita ficam feitos *orgaísmos*, e todos os *durantes*, *perantes*.

¿Que tem ocorrido? Pura e simplemente, o interlocutor do profesional da lingua, compadecido do deficiente galego deste último, decidiu caritativamente corrigir aquelas deficiencias, e, delicado até o extremo de non anunciar-lhe o seu propósito por non esmagá-lo coa súa superioridade, sorprende-o coa súa colaboración, digo «colaboura», desinteressada.

¿Como falar disto sem um pouco de humor? Non hai outra alternativa que a tristeza.

¡Oh tempos! ¡Oh costumes! ¿Onde estamos? ¿Em que país vivemos? ¿Como explicar o feito de que se pergunte a um técnico oficial do idioma sobre puntos litigiosos do mesmo, como explicar o feito de que se solicite dum experto do idioma um ditame sobre o uso do mesmo, e ao transcrever as palabras daquele a quem se recorre como juiz, sejam estas palabras cuidadosamente corrigidas polo recorrente?

E, porém, isto ocorre.

Tal experiencia é síntoma dumha consciencia patolóxica do país com respeito ao seu idioma. ¿Como o moço que inter-

roga a um lingüísta pode conceber que o galego deste seja tam inferior ao daquele? ¿Como pode imaginar-se em estado de rectificá-lo constantemente? ¿Quiçá polo feito de que a credencial do experto foi ganhada por um meio que envolve um grave pecado original, o concurso-oposiçom?

Essa insolvência infantil é umha realidade. Mais nom seria possível se nom se desse umha boa dose de insinceridade na preocupação polo idioma. Certo, vai-se desenhando umha tendência a proporcionar informaçom sobre o mesmo na imprensa diária, que nos redime um pouco da irresponsabilidade de muitos. Estes, como todos nós, topam dificuldades no uso culto dumha língua que viveu muitos séculos em estado ventureiro. Todos os homes da minha geraçom, membros ou contemporâneos do saudoso Seminário de Estudos Galegos, temos cometido inevitáveis erros no manejo da nossa língua. Nom se aprende a nadar polo método Joergensen sobre umha mesa, em seco, como os europeus que se preparavam a colonizar Abrantes, segundo nos ensina Risco. Hai que botar-se à água para nadar. Mais os homes do Seminário esforçávamo-nos por aprender, e algo aprendemos. Ja nom dizemos *soma* por *sombra*, *esgrévio* por *egrégio*, ou *arume* por *aroma*. Alguns mesmo temos tirado do prelo livros, folhetos ou folhas que podem ajudar os moços a madurar no emprego do idioma. Gramáticas descritivas, manuais práticos, dicionários, vocabulários hai hoje ao dispor do que queira aprender. Mais o que corrige os autores desses libros, ¿que pensa? ¿Que o autor nom conhece a sua própria obra?

A realidade é que para muitos, em diversos graus, o galego é só um instrumento de propaganda colectiva ou individual, umha plataforma de actuaçom social que nom hai que tratar com esmero. É o galego de consumo. Nom o galego de consumo das nossas gentes trabalhadoras, que, inservível em bloco para a expressom literária, é, apesar disto, a base desta. Agora se trata dum galego de consumo que nom se queima, como o galego vulgar, na funçom económica do seu uso. Um galego de consumo para umha funçom artificiosa, a

funçom de fingir que os seus usuários escrevem em galego: de modo que esse galego é um pseudogalego, que, polo tanto, supom, nom ja ignorância, senom desprezo do galego verdadeiro, o galego que nom se quer aprender.

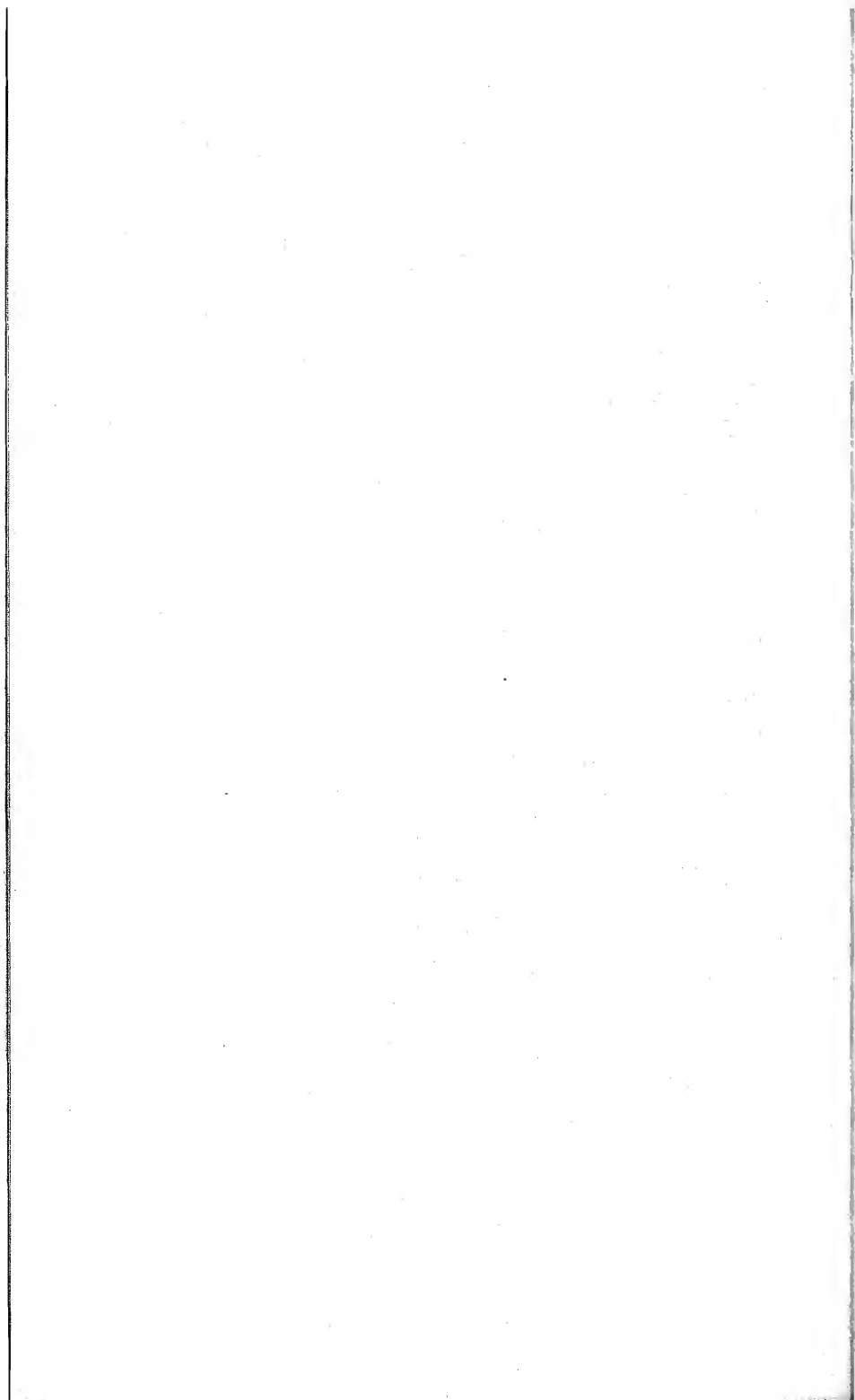
Na carreira polo uso do galego estan-se dando amostras de indiferença perante o que se di venerar. Seria melhor que nom se sacralizasse tanto, e se estudasse mais, o idioma. Hoje considera-se sacro todo o que se refere ao povo. Mais a conduta dos que escrevem em galego sem se tomar a moléstia de estudar galego, nom é popularista, senom demagógica, porque está conduzindo o povo ao desconcerto e à confusom. Os comunicados que, desde as meninas de Bacharelato que pedem a expulsom do director do Instituto por incompetente, aos jubilados que solicitam a destituiçom do ministro da Fazenda por inepto, firmam tantos grupos políticos e culturais, leigos e eclesiásticos, infantis e senis, masculinos, femininos e neutros, nom perderiam eficácia se os seus autores se molestassem em seguir cursos de galego, ou em consultar os textos didácticos pertinentes, ou, quando menos, em escutar os labregos da sua aldeia ou em ler as obras dos bons escritores.

Muito poderíamos falar deste tema. Se nom queremos cair *in irrisionem infidelium*, devemos seguir o único caminho razoável para corrigir os nossos erros: o caminho do estudo. A maior interquiniência está em que, por umha perversom típica de momentos como o que vivemos, se confunde a competência técnica com a participaçom cívica. Hai muita gente dabondo singela para crer que umha conclusom filológica deve adoptar-se por sufrágio universal, como umha medida legislativa num regime democrático. Mais umha assembleia de galegos nom é própria para tomar decisoms relativas ao idioma sobre a base de um home um voto, com igualdade de valor o sufrágio do lingüista e o do escritor, o do político e o do crego. Realmente nom é um hemicycleio parlamentarío o local próprio para depurar o idioma. Mais bem será umha mesa, nom redonda, senom quadrada, onde

se enfrentem filólogos de um lado e estudantes da língua de outro.

Os estudiosos do galego tínhamos conseguido o respeito para o idioma. Já não havia em Galiza classe social alguma que se opusesse activamente ao seu uso. Hoje, como consequência do abuso que a insolvência e o oportunismo fardam da nossa fala, volta a haver gentes que caem na tentação de confundir o idioma de todos com a pedantesca e grosseira gíria que alguns nos brindam. Há muitas possibilidades para orientar o galego culto: a reintegração ao núcleo originário do romance hispânico ocidental, que é uma solução, ao meu juízo, realista; a insulação do galego frente às línguas irmãs, que é uma solução, ao meu juízo, utopista... Aqui é onde todo galego maior de idade mental tem direito a opinar, porque se trata dumha questão política. Mais, qualquer que seja a orientação adoptada, o conteúdo fonológico, morfológico, sintáctico e léxico que se ha de manejar, não pode ser senão matéria de competência científica e não de soberania popular. Que ninguém creia que pode dar lições de galego por ciência infusa. O galego é um tesouro que não se pode malversar. A nossa língua deve ser possuída, mais não violada. O primeiro é amor; o segundo, barbárie. Aquilo, um uso legal; isto, um abuso desonesto.

[*Grial, Revista Galega de Cultura*, n.º 56, Vigo, 1977, pp. 213-215.]



Um dos perigos que espreitam o galego quando se trata da sua normalizaçom, é o perigo do seu isolamento como consequência da aceitaçom inconsciente por parte dos normalizadores dumha situaçom histórica anormal: a sua separaçom política das demais pólas do mesmo tronco. Que o galego se desenvolvesse de costas aos demais falares da franja peninsular ocidental, deveu-se à integraçom de Galiza no reino de Castela. As distintas opçons morfológicas, sintácticas ou léxicas que se davam no romance antigo, foram objecto de selecçom distinta ao norte e ao sul da fronteira como consequência da falta de contacto entre os falantes. O português escolheu umhas formas e o galego outras porque estavam adscritos a administraçons diferentes. Ainda bem, o galego e o português nom estam entre si na mesma relaçom que o vasco e o castelam, por exemplo. O vasco está totalmente isolado actualmente no mundo lingüístico. Umha normalizaçom do vasco pode fazer-se sem nengumha atençom ao seu contorno idiomático. É um problema puramente interno, o de concertar os distintos dialectos para formar umha língua comum. Mais os dialectos do galego estam fora de Galiza, e hai que tê-los em conta se nom queremos ser o Robinson lingüístico dos tempos modernos. O vasco vê-se forçado a esta situaçom, porque o francês, o gascom, o aragonês, o castelam, que som os seus vizinhos, nom som os seus parentes. De aqui a autonomia do vasco para resolver os problemas da sua língua literária. Nengum dos seus vizinhos entende o euskera por parentesco coa língua própria.

Por essa razom, o euskera pode seguir umha linha totalmente independente na soluçom dos seus problemas. Mais os problemas do galego som, ou foram, em grandíssima medida,

os problemas do português. Mais alá do específico do vasco nom hai nada genérico. No entanto, mais alá do específico do galego está o genérico do galego-português. O português é galego-português, o mesmo que o galego. Seríamos um Robinson voluntário que renuncia às vantagens da comunicação social, se nos isolássemos rejeitando o trato dos nossos congêneres.

Cada dia trai o seu afam. O do presente nom é o da nossa definição substancial dentro do complexo lingüístico hispano-ocidental. É simplesmente o da nossa supervivência, e esta está condicionada à nossa permanência naquele. A orientação, pois, da normalização da nossa língua nom se pode marcar como se nom existissem outras formas do romance extremo-ocidental. Os Valencianos comportariam-se estranhamente se quixessem consagrar a sua língua ignorando a existência do catalam. Ausias March, ¿era catalam ou valenciano? As possibilidades de intercâmbio cultural entre as línguas e as literaturas com um passado comum som indispensáveis para evitar um cantonalismo lingüístico que converta a România numha escarlatina de liliputianos. É evidente que hoje o galego é distinto do português; mais as vantagens dumha inteligência entre os dous co-dialectos que facilite a difusom das nossas letras e permita aproveitar a experiência da língua literária mais desenvolvida, parece ser a conduta natural e razoável.

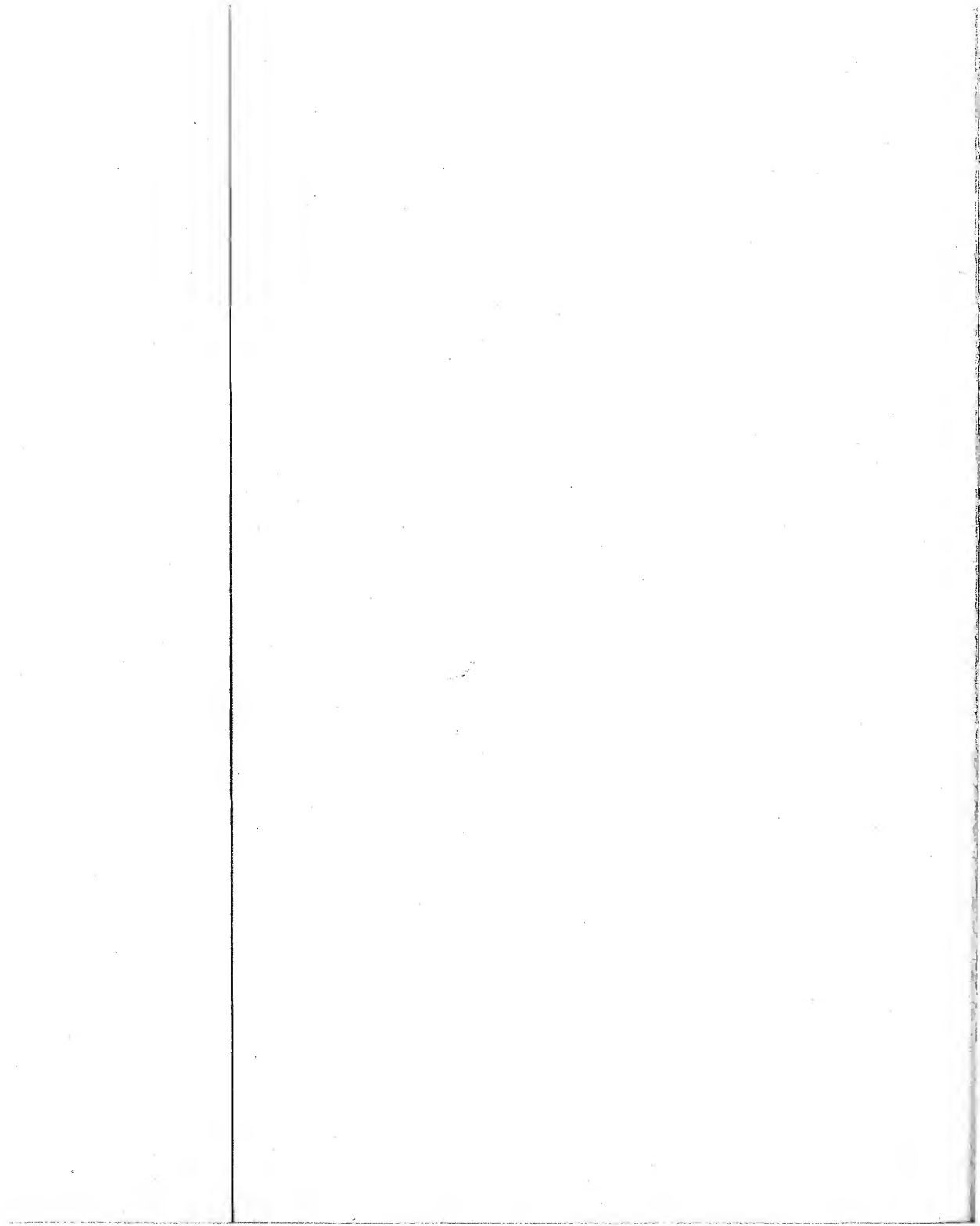
Muitas pessoas que com excelente intenção se ocupam em política lingüística e muitas outras que com admirável valentia se consagram à função docente, tropeçam em montanhas há tempo perfuradas, mergulham-se em rios há tempo cruzados, porque nom se lhes ocorre pensar que os túneis e as pontes foram já construídos por engenheiros que levam muitos anos de exercício profissional. Som tristes e inconscientes vítimas da alienação que pretendem combater. Aceitam sem sabê-lo os limites que lhes impuxerom aqueles que deostam. Devem ceibar-se dessa cadeia.

O galego nom é um fenómeno isolado no mundo idiomático. Como o flamenco está coordenado co holandês,

como o valom está coordinado co francés — de jeito que nas antologías andam a par os poetas belgas cos seus vizinhos do norte e do sul, apesar das modalidades peculiares das falas distintas —, debemos aspirar a que os poetas galegos vistam un indumento ortográfico, e, em certa medida, léxico, que facilite a súa comparecência no ámbito do que foi — e é — dominio lingüístico comum. Escrever nada mais para um grupo de escritores amigos ou escrever sobre a casca dos cortiços, quase que vem a ser o mesmo. Nom estamos sós, e temos que partir dessa base, que é o real, vencendo o prejuízo político que nos obscurece a verdade lingüística.

Dentro duns meses haverá licenciados em Filologia Galego-Portuguesa. Pola súa preparaçom específica poderám continuar em condiçons favoráveis o labor realizado com tanta dedicaçom, e às vezes com tanta competência, polas anteriores promoçons. Confiemos em que tomem com mam enérgica e prudente as rédeas da pesada diligência que entre tumbos e freaçs conduz o noso idioma cara um incerto porvir.

[*La Voz de Galicia*, A Corunha, 6 de Janeiro de 1978.]



NORMA E SISTEMA LINGÜÍSTICO

Presenciamos actualmente um florescimento inegável da língua galega. Contra os pronósticos segundo os quais a sua recessão e progressiva desapareição era inevitável, a nossa fala celebra agora um dobre triunfo: no âmbito social e no âmbito científico. Dumha banda, extensas secções da sociedade galega que por prejuízos aristocráticos ou por prejuízos democráticos, por prejuízos nacionalistas ou por prejuízos internacionalistas, refugavam o nosso meio autóctono de expressão, converteram-se em usuários e propagandistas do nosso idioma. Doutra banda, da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago e de outros centros científicos do país e do estrangeiro estão a sair estudos sobre o galego com um rigor técnico de alto nível. Mais este dúplice florescimento não significa que todas as dificuldades estejam superadas. O uso prático do galego, estendido hoje fora do âmbito familiar, paga o pesado tributo da sua ocasionalidade, que para alguns pode ser transitória, e que, pelo seu mesmo carácter, está ameaçada de sacrificar à eficácia pragmática a coerência interna e a estrutura imanente. O estudo científico pode partir dumha imagem do galego que o desorbite do seu sistema natural, transferindo-se de um centro a outro centro de gravitação, ou contemplando-o como um asteroide isolado da galáxia em que está integrado realmente.

Estes perigos são mui reais. Podemos registar um bolir do idioma, acompanhado dum ameramento do mesmo, e a formação dumha doutrina sobre ele que aceite consciente ou inconscientemente, como base de formulação, o estado da língua enquanto fala rural, que é um estado de necessidade presidido pela mutilação e a corrupção. Esta crise de cre-

cimento súpeto, determinada naturalmente polo longo traballo de varias geraçons de cultivadores e estudiosos do idioma, mais que aos neófitos se lhes apresenta como umha explosom sem precedentes, pode e deve receber tratamento e ensino do contacto coas formas culturais do galego-português que nom padecerom as mesmas pressons históricas, e que, por suposto condicionadas tamém por diversos factores externos, puderom, ainda bem, desenvolver-se em termos de liberdade praticamente preservada. Para escrever e estudar o nosso idioma, seram, pois, de extraordinária utilidade todos os contactos que podamos manter coa literatura e a filologia portuguesa e brasileira.

Se aceitamos a doutrina clássica da escola lingüística espanhola, que tivo como mestre a grande figura de Menéndez Pidal, teremos que postular para a Península no momento presente a existência de três romances que D. Ramón denomina galego-português, castelam e catalam. Realmente, umha nomenclatura que procurasse a simetria, deveria falar de galego, castelam e catalam, ou, como alternativa, de algo semelhante a galego-português, castelam-andaluz e catalam-valenciano. Só o feito da divisom política do romance ocidental explica que seja denominado aglutinando dous termos, à diferença do que ocorre no caso dos outros dous romances hispánicos. Na realidade, dos vários romances que se formarom na Idade Média como consequência da descomposiçom da relativa unidade lingüística da época visigótica, subsistem hoje três sistemas, realizados em distintas normas; e os resíduos dos restantes sistemas, ou diassistemas, som convencionalmente adscritos, como dialectos ou bables, a algum dos três sistemas consagrados em línguas literárias. O galego pertence evidentemente ao sistema ocidental, e as numerosas contaminaçons de centralismo que experimentou como consequência da pressom da língua oficial do Estado, somente podem ser consideradas como definitivas por aqueles que desejem manter a situaçom actual de deriva da nossa fala cara o centro de

atracçom do castelam. Sem umha política defensiva da natureza ocidental do galego, este converteria-se num dialecto do castelam. O dialectólogo regista a realidade idiomática com absoluta assépsia política. Se na fala vernácula se di hoje *gbuevos*, o dialectólogo nom pode anotar *ovos*. Mais, ¿cairemos na ridícula demagógia de afirmar que em galego devemos escrever *gbuevos* e nom *ovos*? ¿Nom estaremos entom incursos num liberalismo indiferentista que nos levará à destruiçom do idioma?

Os que somos liberais — ainda que nom indiferentistas — temos que admitir mesmo o liberalismo indiferentista. Assim que eu respeito a opiniom dos que crem que hai que deixar obrar às forças espontâneas — ou ao jogo de forças históricas —, sem nos importarmos aonde nos conduzam. Cabe, pois, propugnar co galego umha actitude «nom intervencionista». Mais deve-se reconhecer que essa política leva à castelanizaçom do galego. Os que estejam dispostos a aceitar esse futuro, podem escrever *gbuevos* no lugar de *ovos*. Mais se queremos manter o galego dentro do sistema ocidental, devemos reparar em que no galego nom corrompido se dixo sempre *ovos*, e essa mesma forma podemos achar nos escritos em português.

Parece, pois, lógico que as razons históricas e de coerência sistemática nos aconselhem propugnar como normal a forma *ovos*, ainda no caso de que morresse na boca do vulgo, caso em que procederia restaurá-la.

Nom cabe ao galego outro porvir que a fidelidade aos seus princípios e o contacto cos seus co-dialectos. Desde o século xv o galego falado nom fixo mais que degenerar, como língua aliterária, que ameaçava converter-se num dialecto a bravo do castelam, como o baturro ou o panocho. Assim, ainda que gradualmente, conforme os índices de receptividade social de cada momento, terá-se de restaurar muito do galego esquecido, presente ainda no português, se o que se deseja é manter o galego dentro da sua família originária.

Preferir nestes casos os elementos lingüísticos introduzidos pola castelanizaçom, por mui populares que sejam, é enfocar a política lingüística — se nom se pretende a assimilaçom ao castelam — com critério de dialectólogo. Mais a dialectologia é umha ciência, e nom umha política.

[*La Voz de Galicia*, A Corunha, 4 de Fevereiro de 1978.]

Seria de verdadeiro interesse um estudo científico sobre os intentos realizados no país galego a fim de ordenar a ortografia da língua. Haveria que estudar a forma gráfica como se apresenta o galego moderno nas obras publicadas ou nos textos manuscritos, de umha banda; e de outra, as formulações sistemáticas que se tenhem produzido até hoje, tenham carácter pretendidamente total ou decididamente parcial. O mesmo podemos dizer a respeito da regulação da morfologia.

A Académia Galega surgiu na mente dos seus imediatos promotores precisamente coa missom preferente de codificar o idioma. Começou coa publicação dum *Diccionario*, que ficou pronto interrrompida. Fora um começo brilhante. Tratava-se dum dicionário histórico, dum dicionário de autoridades, nom dum dicionário normativo. Para o seu tempo, o método e o plano eram excelentes. Muitos se tenhem perguntado por que nom se continúa esse labor. A resposta é que os progressos da lexicografia determinaram que os procedimentos e realizações válidos em 1913-1928 ficaram superados. Nom se pode, pois, prosseguir a obra hoje cos supostos daquela. Entom — cuidaram alguns — ¿por que nom se fai um Dicionário de nova planta à altura da técnica moderna? Tal Dicionário está em marcha; mais é a Universidade, e nom a Académia, a que o configura. Os tempos, ao mudar-se, cambiam a disposiçom da escena científica. Hai saídas e entradas de personagens, e as funções correspondem ora a este, ora a aquele, segundo as exigências da acçom. Para essa obra, umha Académia como a galega nom pode actualmente dispor da equipa necessária, que naturalmente se concentra na Faculdade de Filologia.

Mais umha cousa é a lexicografia e outra a normativa lingüística. Esta é umha funçom de política cultural que, co devido assessoramento técnico, pode e deve corresponder à Académia Galega. A Académia, como todos os organismos similares, sofre actualmente umha crise de identidade. É evidente que nom pode competir com outros organismos melhor dotados para a investigação colectiva. Que caminhos lhe cumpra seguir para ser algo vivo dentro da cultura galega, é problema que terá de ser objecto de profunda meditaçom polos que tenhem a responsabilidade de regê-la.

Quando a Académia Galega designou umha comissom, e esta umha ponência, que elaborou o texto logo aprovado de normas ortográficas, a situaçom nom era a de hoje. Todo o mundo exigia da Académia umha resoluçom em tal sentido, e a Académia nom tinha émulos na preocupaçom polo idioma. As normas ortográficas, aprovadas por unanimidade, mais nom sem discussom, partirom da situaçom real dumha língua que vivia em estado ventureiro, e que oficialmente só se estudava — e precariamente — na Universidade. Os académicos foram modestos. Limitarom-se a codificar a prática consuetudinária, que, de umha banda, apresentava certas vacilaçons e, de outra, se fundava na ortografia castelá. As *Normas* propuxerom-se eliminar as dúvidas, e, livres de extemporáneo pruído enxebrista, nom tencionarom proscrever, por serem as da língua oficial, as bases da escrita, adquiridas polos galegos na escola.

No entanto, as *Normas* tiverom que adoptar opçons ineludíveis nalguns casos. De momento, essas opçons foram o único que suscitou controvérsia. A ninguém se lhe ocorreu protestar porque, por exemplo, o sistema de acentuaçom gráfica mantivera os princípios da ortografia castelá. Mais alguns manifestarom-se sensíveis ante o feito de que nom se reflexassem na escrita vulgarismos fonéticos de contracçom ou assimilaçom que a Académia, cum critério histórico e comparativo, nom se considerou obrigada a consagrar.

As *Normas Ortográficas* foram aprovadas em juntança celebrada o 15 de Fevereiro de 1970. Dado esse primeiro passo

na ordenação do idioma, pareceu chegado o momento de abordar os mais rechamantes problemas de morfologia, o que desembocou na aprovação, com data 4 de Julho de 1971, de *Algúmbas Normas para a Unificación Morfológica da Lingua Galega*. A umha primeira edição das *Normas Ortográficas do Idioma Galego* seguiu outra conjunta das ortográficas e morfológicas. Esgotadas essas edições, agora aparece a segunda das normas conjuntas¹.

Nesta segunda edição nom hai inovação algumha, que requeriria acordo da Académia em junta geral. Mais tendo-se em conta que as normas morfológicas entraram em vigor depois das ortográficas, encarregou-se ao preparador da edição a coordenação dos textos quando se realizou a primeira edição conjunta, de jeito que a language dos mesmos estivesse de acordo, tanto na parte expositiva como na dispositiva, coas soluções adoptadas. Assim, os textos foram revisados e corregidos em cada nova edição nestes aspectos formais, para ajustá-los na medida precisa às próprias *Normas*, e o estilo destas tem sido, quando procedia, objecto de retoque, espraiaando algum conceito implicado, para lograr a necessária precisom.

Muitos acontecimentos culturais ocorrerom desde que tais *Normas* foram redactadas, e parece lógico, de acordo co espírito e a letra das exposições que precedem à parte dispositiva, perguntarmo-nos em que medida podem modificar-se, que dúvidas se nos plantejam ainda e que emendas procederia seguramente introducir.

Comecemos pola ortografia.

E a primeira dúvida é esta: ¿resulta tam inquestionável como em 1970 basear-se na ortografia castelá? Tendo-se estendido, ainda que insuficientemente, o ensino do galego, ¿nom estaremos ja em condições de encetar a introdução dumha ortografia autónoma? Mais, ¿teria de sê-lo dobre-

¹ Real Academia Galega, *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, segunda edição, A Corunha, 1977. Polo que se refere às normas ortográficas, esta é, realmente, a terceira edição.

mente, quer dizer, com relação ao castelano e ao português, ou cumpriria aproximá-la à escrita deste último idioma, entendendo a autonomia ortográfica como reintegração no complexo galego-português? Semelha lógico que alguma forma de coordenação no indumento gráfico dos idiomas gêmeos se promova ao seu tempo, pois isso facilitaria à nossa literatura o ascenso de um estatuto de expressão dialectal a uma situação de homologação — sempre falando em termos de grafia — com respeito às novas variantes do romance ocidental. Mais em que medida e com que gradação temporal cumpriria avançar neste sentido, são problemas cuja solução depende das circunstâncias, e estas são em boa parte imprevisíveis.

O ABECEDÁRIO GALEGO

I. 1. À letra *g* não se lhe reconhece mais só que o de velar. Efectivamente, o valor de palatal sonoro que ostentava antigamente ante *e*, *i*, e que conserva em português, foi substituído pelo correspondente xordo, que representamos com *x*. Pela mesma razão, o *j* desapareceu do alfabeto galego, como não seja para a escritura de palavras alheias. Representar simplesmente por *x* esse som, é prático. Mais faz-nos a ovelha negra dentro da România. Se fôssemos um idioma isolado, como o vasco, poderíamos chegar-nos à pronúncia na escrita quanto tivéssemos por conveniente; mais tendo parentes próximos, e alguns tão próximos, ater-nos ao aspecto gráfico exclusivamente à nossa comodidade, semelha rústica incapacidade de adaptação aos usos indumentários familiares².

² Se não nos dominasse a preocupação de não romper o contacto com demais dialectos do galego-português, imediatamente resolveríamos o problema do *x* reservando-o para a pronúncia latina dos cultismos, e adoptando para o fonema palatal uma grafia diferente. Como em bable, foi ensaiada uma grafia *ġ*. Poderíamos aceitá-la se o português também o fixasse. Fica aberta, a longo prazo, essa possibilidade. Mais seria uma concessão demasiado generosa do português, para quem o problema

Seguindo o princípio de nom afastar-se inecessariamente das restantes formas gráficas actuais galego-portuguesas, deveria retirar-se a autorização para arcaísmos como *Alday*, *Albixoy*, que teriam de escrever-se com *i*. Esta autorização de tipo conservador introduziu-se como umha emenda no texto da ponência, e cremos que ja pode ser eliminada, para maior coerência da escrita.

I. 3. Sequer no caso em que concorram em posição acentuada duas vogais de grau médio da mesma classe e diferente abertura que comporte distinção significativa, deveria assinalar-se com um acento o termo marcado, como ja Sarmiento praticava. Assim *tóla* seria «murrada» frente a *tola* «louca».

I. 5. A representação com *nh* do *n* velar intervocálico está chamada a revisar-se no caso de que aquele dígrafo passe a ter o valor provençal de [ɲ], como propugnam muitos partidários da coordenação ortográfica co português.

I. 6. Reservar *x* para o fonema fricativo palatal xordo e excluí-lo nos cultismos, em que se substituiria por *s*, era a tendência das *Normas*. Mais ja nelas se admite «nun certo número de cultismos, que o uso determina, como *sexo*, *texto*, onde soaria *ks*». Dado o grande rendimento do fonema [ʃ] em galego, a ponência procurava a eliminação de *x* como *ks* para evitar incongruências do tipo *exixência*, onde o primeiro *x* é *ks* e o segundo [ʃ]. De feito, a conduta mui conservadora dos escritores galegos significa umha resistência a transformar em *s* o *x* latino: *esixência*. Ja que nom estamos sós, e o português mantém o *x* = *ks*, teríamos que ser conseqüentes, e reduzir os casos de confusom ou incongruência adoptando umhas grafias mais etimológicas em que o *g* e o *j* nom fossem

nom está plantejado nos mesmos termos. O rendimento do fonema pré-palatal fricativo xordo é nessa língua muito menor que em galego, porque em galego nom se mantevo o fonema sonoro correspondente, que se confundiu co xordo, co que este tem um grande rendimento no léxico e no discurso. Assim, em galego, a ambiguidade do grafema *x* pesa muito mais que em português.

excluídos polo *x*. *Exigência* seria umha forma admissível sobre a base dumha educação escolar que preparasse o aluno³.

I. 7. A tendência imobilista dos escritores galegos e a sua vassalage à ortografia em que se educarom na escola castelá, é a única explicação do escasso éxito da supressom do *b* interior que esta norma preconiza, pois resulta evidente a sua utilidade prática.

O ACENTO ORTOGRÁFICO

II. 6. Cremos conveniente reservar o acento agudo para as vogais tónicas, e utilizar o grave sobre as átonas. Assim, escreveríamos *à* e nom *a*, quando se tratasse da contracção de preposição e artigo.

Polo que se refere a questons morfológicas, cremos que os tempos madurarom dabondo para introduzirmos algumas modificações.

2. Um dos grandes éxitos destas *Normas* foi o desterro do *-l-* nos nomes — substantivos e adjectivos — ante o morfema de plural. Referimo-nos ao *-l* final do singular, que se converte em intervocálico ao formar-se o plural. Se hai algo característico do galego frente ao castelam, é a perda desse fonema em posição intervocálica. Fica ainda algum escritor que mantém o castelanismo, mais está isolado, e produz umha sensação estranha de supervivente reaccionária dumha era caducada. Razom de mais para que a Acadé-

³ A supressom do grafema *x* nos cultismos e a substituição do mesmo por *s* é conforme à pronúncia real, e é a solução do italiano. Objecções do tipo da formulada como peremptória pola identificação de *testo* 'escrito' e *testo* 'tapadeira', desconhecem a realidade lingüística dos homógrafos, os recursos distintivos do discurso e o feito de que em italiano se dá essa mesma homonímia. Para nós é a distanciação do sistema das línguas afins o que se opom ao mantimento da solução «italiana». Nom cremos que o galego — um dialecto do romance extremo-occidental — poda comportar-se como se nom existisse umha língua normal nesse domínio. Isso seria antieconómico.

mia revisse a sua posição polo que se refere aos monossílabos rematados em *-l*. Cremos que hai que distinguir aqueles que tinham em latim um só *l*, como SOLEM, e os que tinham dous, como VALLEM. Os primeiros som os verdadeiramente rematados em *-l* em galego, e devem seguir, conforme a tradição, a regra geral: *sol, sóis*. Os segundos nom som propriamente monossílabos, senom bissílabos rematados em *-le*, cujo *-e* final pode omitir-se por apócope; devem seguir a regra geral dos polissílabos, engadindo *-s*: *vale*, ou *val, vales*. Um só *-l* etimológico cai; um *-ll-* geminado simplifica-se.

O diferente tratamento do *-l-* em galego e em castelam creia muitos embrulhos na mente dos que nom tenhem umha clara consciência dos limites entre estes dous romances. Outro exemplo no-lo proporciona a doutrina académica sobre a formação do plural dos adjectivos polissílabos do galego actual rematados em *-il* nom acentuado, sem tradição ou com tradição vacilante no galego histórico. Com todas as cautelas e reservas que a definição comporta, em fim de contas a Academia admite a solução do português e a solução do castelam. Opinamos que esta última é contrária às leis fonéticas que regem a história do galego e deve excluir-se, sem prejuízo, como sempre, da admissom de cultismos impostos polo uso.

10. O afam conciliador que presidiu os trabalhos da ponência determinou a triplicidade de soluçons no caso do sufixo *-BILE*. Parece-nos umha decisom, polo seu excessivo eclecticismo, pouco construtiva. Suprimiríamos o período final, que autoriza o castelanismo. O *l* continua a crear-nos problemas.

11. Haveria que considerar *Galiza* como forma mais autorizada, e igualmente restringir todo o possível aos cultismos modernos e evidentes as formas sufixais que se mencionam em que tivesse de manter-se o iode, o que é contrário ao desenvolvimento normal da língua no seu período constituinte.

É a nossa opinião que umha edição futura destas *Normas* deve considerar estes extremos. Talvez haveria que introdu-

zir outras novidades, mais o carácter parcial das morfológicas deve-se manter.

A Academia nom deve pronunciar-se senom sobre pontos fundamentais, dado o estado da língua, e deve deixar que madurem os problemas antes de formular a soluçom unívoca.

[*Grial*, n.º 59, Vigo, 1978, pp. 98-102.]

NOVAS BASES
PARA UMHA NORMALIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

Segundo informa ao leitor deste opúsculo¹ o editor do mesmo, que nom é outro que Ediciones Anaya, as páginas presentes contemhem os resultados dumha série de seminários promovidos polo Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago, e dedicados ao estudo dos problemas que plantea a normalização da nossa expressom idiomática.

Dizemos normalização empregando esta voz no seu sentido primitivo, que desde logo comprende a regulação do idioma enquanto à constituíçom dumha forma canónica que relegue à condiçom de dialectais ou vulgares as formas distintas. Porque a diferenciaçom dos conceitos de normalização e normativização, agora em uso dentro de certos meios galegos, nom é, nem muito menos, umha diferenciaçom admitida por consenso universal, ainda que em determinadas circunstâncias sócio-culturais pode ter rendimento práctico. Como as deliberaçoms, cujos resultados se reflectem neste opúsculo, se referem, nom à política de implantaçom do idioma galego como idioma normal na sociedade galega, senom à eleiçom de formas para umha língua escrita comum, está claro que se trata de normativização, segundo a escola que distingue normativização de normalização.

Um limiar que firma o Presidente da Real Académia Galega expressa confiança em que nom tardará em chegar a unificação definitiva da língua, que haverá de se basear na consagraçom polo uso e na oficialização pola Junta de Galiza. Com esses pressupostos, hai que prever um processo dabondo longo; e, na verdade, nom é desejável, salvo para os que

¹ *Bases prá Unificación das Normas Lingüísticas do Galego*, Madrid, 1977.

todo o fiam de decisóns autoritárias, um decreto de unificación, que, como o ditado no seu día para a constituíçom dumha entidade política com dedicaçom exclusiva no Estado, nom faria senom emascarar a pluralidade real coa carantonha rígida dumha uniformaçom oficial.

A formaçom dumha língua comum requer um processo de maduraçom que nom pode forçar-se, ainda que si estimular-se. Um consenso espontáneo ao qual se chegue progressivamente, é o único jeito seguro de afincar um padrom lingüístico. No momento actual temos conseguido amplas zonas de concórdancia. Nom podemos considerar discrepantes aos extravagantes e aos ignorantes, que nom representam normas diferentes, senom formas anormais de conduta. É absurdo situar no mesmo plano as opçons *claro-craro* dumha banda, e *científico-centífico* doutra. No primeiro caso opom-se umha norma cultista a umha norma vulgarista; no segundo, opom-se a norma à aberraçom.

Se prescindimos das aberraçons, podemos afirmar que nom existe a anarquia de que alguns falam. Isso pudo ser noutrora. Hoje, entre as persoas responsáveis, as diferenças som pequenas. Porque variantes léxicas ou sintácticas do tipo de *em troque de* / *no canto de*, *abeiron-se a* / *abeiron-se de* nom podem interpretar-se como manifestaçom de anarquia. No plano ortográfico e morfológico, pouco afasta actualmente os cultivadores do galego. Somente estam fora de concerto os que nom se toman a moléstia de informar-se a respeito do instrumento que pretendem manejar.

Mais hai um aspecto lingüístico em que a liberdade tem que ser limitada, a variedade tem que ser restringida. É o aspecto docente nos graus de iníciaçom. O estudante de Filologia deve ser informado de todos os aspectos dialectológicos que seja possível. Mais ao menino que recebe o ensino geral básico hai que dar-lhe normas codificadas. Ainda neste caso, o estado sócio-cultural da nossa língua rejeita um dogmatismo rígido. O menino nom deve adquirir a crença de que as formas dialectais que familiarmente usa, constituem pecadós contra a lei religiosa da língua. Contodo, é evidente

que o pedagogo tem que ensinar umha língua padrom, por muita tolerância táctica que deva despregar perante as formas diferentes.

Os professores de ensino geral básico — que chamávamos mestres, com expressom mais breve e mais afectuosa — som, pois, por razons profissionais, os mais interessados na normalizaçom da língua.

No limiar destas *Bases* di-se que na elaboraçom das mesmas se tiverom presentes as normas publicadas pola Real Académia Galega e polo Instituto da Língua Galega. As primeiras som bem conhecidas, e neste mesmo número de *Grial* comentamos a segunda ediçom. Polo que se refere ao Instituto da Língua Galega, nom sabemos que publicasse normas até a data, se entendemos algo paralelo ao feito pola Académia. A primeira publicaçom que leva o nome do Instituto é o método de galego intitulado *Gallego 1*, e no prólogo desta obra, os seus autores² declaram que adoptam as daquela publicadas pola Real Académia Galega, afastando-se das mesmas unicamente em dous pontos: o que se refere à segunda forma do artigo e o resultado das contracçoms das preposiçoms *a* e *pra* cos artigos masculinos³. Que nós saibamos, nom hai nengumha codificaçom posterior que se oponha à da Académia. Porém, podem registrar-se no *Método* do Instituto *práticas* ortográficas, diferentes das indicadas, que nom se fundam nas normas da Académia.

Se temos em conta o aspecto morfológico, cumpre observar que a Académia, seguindo umha táctica realista, nom se pronunciou mais que sobre quinze pontos que considerou de especial importância. Os autores do *Método* tiverom necessidade, pola natureza da sua obra, de definir-se em todos e cada

² A revelaçom oficial de quem sejam estes nom se fixo até que a obra rematou. Na página 219 de *Galego 3*, as derradeiras linhas da mesma — e do *Método* — dam a conhecer os nomes do director e mais membros da equipa redactora.

³ Estas som as expressoms dos autores (p. 6); mais no que toca a *pra* as diferenças estendem-se ao artigo feminino, pois a Académia nom regista contracçom no caso da preposiçom *para*.

um dos pontos conflitivos. Segundo eles declaram, frente ao português adoptaram umha posição «separatista»⁴. A Academia parece, polo contrário, mais inclinada a umha concórdia co português. Neste sentido qualificaríamos a sua actitude de «reintegracionista», enquanto nom parece professar separatismo algum, e prefere nom diferir do português em certos casos nos que cabem várias opções para o galego.

É evidente que a equipa que redactou o *Método* nom mantém as suas posturas nas *Bases*. Ou bem evolucionou cara umha posição reintegracionista, ou ficou desbordada por umha forte corrente reintegracionista que resultou maioritária nos seminários e impuxo em muitos pontos outros critérios. Mais nom certamente em todos. A equipa mantém o critério primitivo nos dous extremos nos quais segundo o prólogo do *Método* se afastava da ortografia académica. No entanto, mesmo nisto houve concessões, pois acarom da forma *pró* e as suas transformações, admite-se agora *para o* e as suas. Enfim, os que cremos que existe um sistema lingüístico galego-português que se realiza em várias normas, umha das quais é a galega, vemos como mui natural e satisfatório que nom se rejeitem por diferencialismo antilusista formas que, sendo galegas e portuguesas à vez, podem contribuir a mitigar os aspectos vulgares da língua literária galega vista desde a postura da língua padrom do sistema.

Nom se pode ocultar o feito de que os critérios reintegracionista e isolacionista nom aparecem nas *Bases* fundidos numha síntese harmónica lograda. Isto nom pode ser interpretado como fracasso das pessoas que de diversos jeitos colaboraram na formulação das *Bases*. É simplesmente reflexo da realidade de opiniões divergentes nalguns pontos, que nom sempre foi possível conciliar. Muitas vezes prevaleceu um critério que nom era o do *Método*, senom o das *Normas* académicas. Noutras ocasiões, autorizaram-se duas soluções, o que possibilitou opções distintas. No terreno ortográfico

⁴ *Galego* 3, p. 82.

hai agora nas *Bases* umha concordância co português desconhecida polas *Normas*. Polo que se refere ao acento gráfico, estas aceitavam o sistema castelam, enquanto as *Bases* se inclinam decididamente polo português. As *Bases* som, em conjunto, um documento conciliador, no que o isolacionismo se bate em retirada, o que nos parece mui positivo. Que em determinados pontos subsistam formulaçons que estimamos em desacordo coa marcha geral, nom pode obscurecer o feito de que a direcçom está traçada com acerto.

Examinemos agora mais de perto alguns aspectos das *Bases*.

I. O ALFABETO

Nos nomes das letras é de notar a presença do nome de *agá*, acarom do de *ache*, para designar o grafema *b*. Igualmente o de *xis*, ao lado do de *équis*, para designar o grafema *x*. Isto significa a equiparaçom do português co castelam para tal funçom, importante avanço do critério reintegracionista, inimaginável hai poucos anos no ambiente em que as *Bases* se forjarom. É que ultimamente a consideraçom da precariedade da implantaçom do galego em Galiza, a reflexom sobre as possibilidades de expansom literária das formas lingüísticas dialectais e das dificuldades de normativizaçom dumha fala de tradiçom literária interrompida frente à firmeza dumha língua literária consolidada, convencerom a muitos da conveniência de manter no possível o contacto co português. A qualificaçom de lusistas, que, com sentido pejorativo ou neutro, dam alguns aos que professam as ideias expostas, nom nos parece feliz, pois do que se trata é de restaurar o carácter puramente ocidental do nosso romance, libertando-o, na medida em que caiba, de contaminaçons centralistas; mais nom de identificá-lo co português, que é o que parece sugerir aquela denominaçom.

2. O ACENTO

O avanço das ideias reintegracionistas manifesta-se também na adopção dum sistema de acentuação gráfica que se afasta do castelam e se aproxima ao português de tal jeito, que fica francamente relegado, por comparação, ao plano de dialectalizante a respeito do castelam, o sistema das *Normas académicas*, que é umha adaptação do sistema castelam às peculiaridades do galego, quando nom umha adopção pura e simples daquele. Para o indivíduo alfabetizado em castelam, o sistema académico é dumha singeleza pedagógica insuperável. O que escreve em galego deve ater-se às normas que conhece para o castelam. As formas rematadas em ditongo decrecente, que fonologicamente som estranhas ao castelam, devem ter-se como graficamente rematadas em vogal, e levar o signo de tonicidade sobre o ápice silábico. Os plurais de palavras agudas rematadas em *u* seguiram a norma dos singulares. Essas palavras tampouco se dam em castelam. O sistema, pois, resulta mui claro e económico, ainda que é completamente distinto do português.

Os redactores das *Bases* tenham sacrificado boa parte dessa claridade e economia para chegar-se ao português. Assim, retiram o acento gráfico das palavras agudas acabadas em ditongo decrecente e colocam-no sobre as graves que também acabam assim: *cantei*, *cantou*, *animais*, *amáveis*, vocábulos que, assim escritos, seguem a norma portuguesa, apartando-se da que, por extensom da castelá, propugna a Académia. A sequência *ui*, que a norma castelá considera praticamente ditongo, e portanto nunca marcada pola diérese, pode nas *Bases* levar acento no *i* quando razons etimológicas ou realidades fonéticas aconselhem separar o *u* do *i* no silabeio, resultando tónico o *i*: *Luisa*, frente ao castelam *Luisa*, sem acento a partir das novas regras de Casares, adoptadas oficialmente.

As *Bases* declaram que o achego à ortografia portuguesa é, sentimentalmente, umha aspiração de todos. *Gaudeamus*, *igitur*; mais como se escreve *lúa*, com acento; *sábesse*, com acento, e nom obstante, *comodamente*, sem acento, observamos que na

prática se adoptou um sistema híbrido, que umhas vezes se ajeita ao português e outras ao castelam. Quer dizer, um terceiro sistema, pedagogicamente antieconómico. ¿Trata-se, em realidade, dum passo calculado para chegar oportunamente à adopção do sistema português? Em todo caso, cremos que o equilíbrio que se pretendia propiciar é inteiramente inestável, e que umha vez introduzidas normas que se oponhem às castelás e coincidem coas portuguesas, pudo avançar-se nessa direcção mais decididamente.

Assim, para as contracções átonas, como *ás* (*a + as*) seria melhor reservar o acento grave, *às*, pois o acento agudo, para um espanhol, como para um português, sugere tonicidade irresistivelmente. *Có* (*ca + o*), *cá* (*ca + a*), sendo formas átonas, resultam-nos contraditórias co seu acento agudo. Mais essa forma insólita de grafar a contracção da conjunção comparativa co artigo para distingui-la da contracção da preposição *com* co artigo (*co, ca*), nom seria necessária se escrevêssemos como em português *que o, que a*, ainda que fixássemos a contracção na pronúncia. Nom cremos que essa *ca* comparativa seja em galego distinta da forma portuguesa. Se é o latim *quam*, é-o para todo o complexo galego-português. Nom vemos a utilidade de singularizar-nos neste caso dentro do grupo.

4. O GUIOM

Essa mesma razom impede-nos recomendar o uso do guiom (hífen) para indicar a assimilação ao *l-*, que antigamente iniciava o artigo, do *-r* ou o *-s* com que acabam verbos ou pronomes que o precedem. Temos que renunciar a registar na escrita muitas formas de pronúncia, se nom queremos empregar um alfabeto fonético. Neste ponto parece-nos preferível ater-nos à ortografia usual na língua literária de mais tradição dentro do grupo galego-português. Doutra banda, semelha-nos que, a nom ser assim, haveria que registar a assimilação do mesmo modo em casos em que nom aparece

no sintagma verbo nem pronome. ¿Por que nom escrever, ja que logo, *cansado-los deixarom*, ou *todo-los ouvirom*, ou *poi-la mai nom ven*? A escrita vulgar, quer dizer, a ortografia, tem que procurar a maior inteligibilidade do home corrente, sobre a base de preservar a imagem visual, isto é, morfológica ou léxica, que reflecte as unidades semánticas, com predomínio com respeito à imagem acústica, ou seja fonética, que se funda em realizações sintagmáticas de extraordinária mobilidade. Toda ortografia é, em certo modo, umha taquigrafia, e tem que prescindir do pruído de registar mesmo a fonética sintáctica. O francês escrebe *un grand homme*, *un long amour*, ainda que ese *-d* e ese *-g* se realizem como *t* e *k* respectivamente na ligação. O português tampouco recolhe na escrita aquela assimilação, que no Norte do país tem, porém, vitalidade na fala.

5. ACOMODAÇÃO DE PALAVRAS E SUFIXOS CULTOS

As *Normas* sinalavam com justeza o feito de que se podem distinguir vários estratos no idioma, e que a fonética histórica está sujeita a distintas leis segundo o estrato que consideremos. Mais claro: as leis fonéticas caducam ou modificam-se com o decorrer do tempo. Cada palavra, de por parte, tem a sua história. As *Bases* recolhem tamém, como é correcto, esta doutrina. Mais, ¿como sabemos se umha palavra é patrimonial, semiculta ou culta para aplicar-lhe umha ou outra lei de evolução do étimo? Numha língua normalizada, todo isto se confia à tradição; de jeito que as palavras se vam incorporando ao idioma co aspecto próprio da época em que se incorporam. Se individualmente hai algumha dúvida, como o idioma está fixado nos dicionários, abunda com recorrer a eles. Mais no galego nom existe essa fixação. Como do século xv ao xix se perdeu a tradição literária e a língua viveu em estado dialectal, muitas vezes nom sabemos se umha determinada palavra foi patrimonial ou nom. Devemos refugar o isolacionismo, que nos deixa indefensos perante a

língua do Estado ou nos pode embarcar num destino arbitrário e extravagante. Se nos consideramos como parte do mundo lingüístico hispano-ocidental, podemos homologar a ordenação do nosso léxico ao da língua normalizada, o que nos dá resolvido o problema da estratificação, e conseguinte modelação, de cada vocábulo.

Assim, não cremos que devam persistir os vulgarismos *pauto*, *defeuto*, *aspeuto*, e *preceuto* na língua escrita, como não se persiga um determinado efeito estilístico. Umha peça cómica que se desenvolve entre rústicos paizocos pode intitular-se *Pauto do demo*, mais parece-nos chocalhêiro falar do *pauto da Moncloa*, a não ser que queiramos ridicularizá-lo desde os supostos da oposição extraparlamentária.

O problema do *équis* e o *xis* é verdadeiramente sério. As *Normas* resolveram-no com preferência do fonetismo sobre a etimologia. Afora dos termos mais cultos, propugnavam a redução do *x* (*ks*) a *s*. Isto resultaria sumamente cómodo. Mais teremos de revisar tal solução. Se o galego fosse um idioma isolado dentro do mundo moderno, a sua ortografia poderia ser inteiramente autónoma. Mais se desejamos permanecer integrados no complexo hispânico-ocidental, com projecção exterior tão importante, não poderemos evitar um sentimento de insolidariedade com as formas lingüísticas irmãs ao prescindir do signo *x* como *ks*, que essas formas conservam herdado do latim, seja ou não a latina a pronúncia que agora lhe corresponda. O galego, como o português, representa com *x* o fonema /*ʃ*/. No entanto, enquanto que o português tem poucos *x* como grafema de /*ʃ*/, o galego tem muitos. Assim, não há em português graves dificuldades para que *x* represente à vez /*ks*/ e /*ʃ*/. Mais em galego, dado o grande rendimento no léxico e no discurso do fonema /*ʃ*/, essa unicidade de signo resulta embaraçosa. ¿Que fazer perante possibilidades como *o sexo do anxo* ou *exixência* ou *oxixeno*, em que jogam os dois sons do *x*? As *Bases* sugerem a solução das *Normas* para os casos em que na mesma voz pudesse aparecer o *xis* com dois valores diferentes. Assim, escreveríamos *esixir*, *esaxerar*. Não nos parece mal como

solução transitória, ainda que nom se pode ocultar que nas *Bases* nom é umha solução coerente. Cremos que nom hai mais soluçons orgánicas que a das *Normas* e a que supom admitir *x*, *g* e *j* para representar *ġ*, segundo a etimologia ou a fonética histórica. Desta maneira poderíamos manter o *x* com pronúncia latina, nos cultismos, sem nengum inconveniente, porque teríamos reduzido o rendimento de *x* = /ġ/ aos casos do português. Mais esta norma exigiria umha aprendizagem. Apesar disto, parece ser a solução do futuro.

5.2. Sufixos -ância, -ência, -cio, -cia

Admitimos a doutrina geral, que é potenciar o emprego das vozes comuns à tradição galego-portuguesa. Por isso nom cremos lógico nem necessário aceitar as numerosas excepções que se sinalam. Certo que estas excepções se apresentam como vozes que nom som parte da tradição galego-portuguesa; mais, fora de que nom cremos que esta circunstância se dê em todos os casos, parece lógico supor que entre a solução hispano-central, representada polo castelam, e a solução hispano-occidental, representada polo português, para citar as duas línguas literárias actuais de repercussom internacional, o reintegracionismo há de inclinar-se pola segunda, por ser a solução que se produziu naturalmente numha parte do seu domínio lingüístico, aquela parte na qual a espontaneidade nom ficou coutada pola intercessom da língua espanhola oficial. Cremos, pois, que a solução mais prática e legítima seria manter o iode tam só nos casos em que tamém o fai a língua occidental padrom, ou seja o português normativo.

5.3. Sufixo -iência

A permissividade que autoriza *comenência* parece-nos tam inajeitada como a que legitima *precento*, *defento* ou *aspeuto*. Trata-se de crus vulgarismos que nom se podem canonizar.

5.4. *Sufixo* -ciom, -siom

Gradualmente deve-se ir à restauração das formas tradicionais, com iode absorvido.

5.7. *Sufixo* -vel, -ble

Deve apoiar-se sem reservas a primeira forma, considerando a segunda castelanismo morfológico.

6. OUTROS GRUPOS E SUFIOS DE SOLUÇÃO DUVIDOSA

Corema, *corenta* e *corentena* devem ser relegados à categoria de realizações vulgares das formas cultas, comuns ao português e ao castelam.

A solução *marinhao* nom pode ser a única forma aceitável do gentílico, quando som muitos os galegos que se chamam a si mesmos *marinhans*.

7. MORFOLOGIA NOMINAL

Cremos que nom se deve perpetuar indefinidamente a indiscriminação para a formação do plural dos monossílabos rematados em *-l*. Aqueles que provêm de étimo que tinha um *-l* intervocálico que ficou final em galego, ao engadir, como acabados em consoante, o morfema *-es*, reintervocalizam o *-l*, que deve cair, estreitando-se em *i* o *e* do morfema ao pronunciar-se na mesma sílaba da vogal que precedia ao *-l*. Assim de *tal*, *tais*. A usar-se o plural de *sol* ou *sal*, terá que ser *sóis* e *sais*. Nestes plurais, o que «resulta chocante» nom é o morfema *-is*, senom a própria categoria de plural. Os vocábulos que em latim tinham *-ll-* devem considerar-se rematados em *-e*, e na sua forma em *-l*, monossílabos apocopados. De modo que para a formação do plural devemos partir das formas plenas, e dizer *moles*, *vales*, *foles*, *meles*, *feles*.

9. PRONOMES

As formas de respeito *mi madre*, *mi padre*, som demasiado respeitosas co castelam. Nom se vê razom para mantê-las num galego normalizado, como nom seja em qualidade de resíduos dos tempos em que o galego nom era umha língua respeitável. Bem sabemos que *madre* e *padre* forom galego noutro tempo, mais *mi* é inconfundivelmente castelam. No estado actual da consciência idiomática, o sintagma parece insofrível.

O uso de *qualquer* como adjectivo — e como substantivo! — está documentado no galego antigo.

Entre os numerais teria de admitir-se *quinhentos*, que em certos casos resulta mais satisfactorio que *cincocentos*. Pense-se, por exemplo, em «quinhentas mil pesetas». Num ambiente urbano {nom resulta menos «chocante» — para empregar um termo freqüente nas *Bases* — que «cincocentas mil pesetas»?

II. O VERBO

As formas graves das pessoas 4 e 5 do imperfeito, do mais-que-perfeito, do futuro hipotético do indicativo e do imperfeito do conjuntivo som demasiado locais — ainda que em diferente medida. Votamos polas formas esdrúxulas, maioritárias dentro do âmbito luso-galaico-brasileiro.

A vogal temática *i* de *colbiche* nom nos parece preferível a *e*. cremos que se explica por castelanismo ou propagação analógica desde a pessoa 1. Dizemos *pudeche*, *quixechе*, *puxechе*, *fixechе*, todos verbos em *-er*, como *colber*. Convém manter a harmonia do sistema verbal: de *amar*, *amache*; de *colber*, *colbeche*; de *partir*, *partiche*.

Os verbos *escribir*, *recibir*, *decir*, *sufrir*, devem passar decididamente a conjugar-se como verbos em *-er*, segundo a autêntica tradição galego-portuguesa: *escrever*, *receber*, *dizer*, *sofrer*. E mesmo outros que conservam a desinência *-er* no português actual.

13. A PREPOSIÇÃO

Pra, como *pa*, som realizações sincopadas ou desleixadas da forma escrita tradicional, e mui freqüente na Galiza atlântica, *para*. Como nom se admite *pa*, nom deve admitir-se *pra* como forma culta. É o mesmo que *pro* por *pero* ou *espírito* por *espírito*, ou *vram* por *veram*. As formas sincopadas também se dam em português, mais tenhem um feitio inconfundivelmente vulgar.

15. CONTRACÇÕES

Pró e as suas transformações parecem-nos excessivamente rurais. Literariamente, *para o*, etc., semelha o ajeitado, como em português e em castelam⁵. Por razões de tradição e convergência co português, preferimos *ao* a *ò*. Esta forma, por mui estendida que esteja, nom é senom umha realização oral do mesmo tipo que *pra*, e nom tem por que ser erigida em forma culta escrita exclusiva. Já indicámos os inconvenientes da contracção *cá*. Para pôr um pouco de ordem na escrita, retiraríamos o acento agudo de toda vogal átona. A conjunção comparativa *ca* — que nom exclui *que* — deveria ficar reduzida aos casos em que vai seguida de forma oblíqua do pronome pessoal.

Pomos aqui fim a estas considerações sobre as *Bases*. Muito mais poderíamos dizer. No entanto, em matéria tam delicada, hai sempre o perigo de esbarar cara um subjectivismo tam respeitável como contestável. O consenso geral está já atin-

⁵ Na novela *Aparição*, de Vergílio Ferreira, dialogam um *moço de fretes* alentejano e um professor de liceu. Velaqui um anaco desse diálogo:

«— O senhor engenheiro vai *prò* Machado?

Falou com uma voz presa de sarro e de cuspo.

— Vou, vou *para* o Machado.»

(Vergílio Ferreira, *Aparição*, 10.^a edição, Arcádia, 1976, p. 144.)

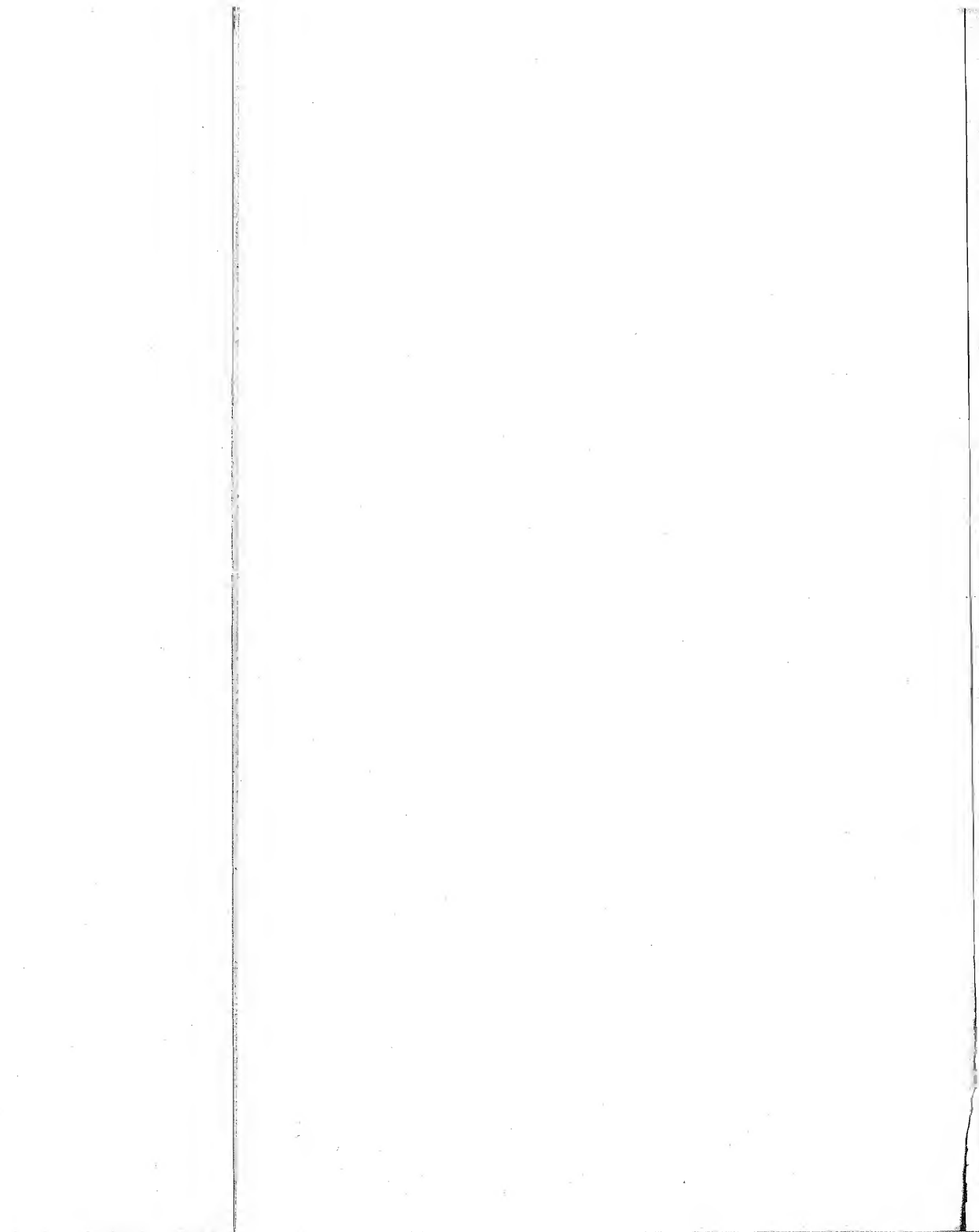
O *moço di pró*, mais o professor e o autor dim e escrevem *para o*.

gido em muitos pontos, e em todos os demais, ou quase todos, vam-se reduzindo cada dia as diferenças. É dabondo. A normalizaçom do galego tem que realizar-se dum jeito gradual. A ideia, até hai pouco professada por tam poucos, de que nom estamos sós, e que hai que contar cos demais integrantes da comunidade lingüística galego-portuguesa, abre-se hoje passo, mesmo entre os que onte adoptavam umha actitude ultradiferencialista. Hai que sei conseqüentes, e estabelecer contacto cos demais membros da família para lograr umha concórdia que homologue o indumento gráfico das nossas falas e nos reintegre de modo expreso na originária estirpe, sem prejuízo das peculiaridades que umha concórdia deve preservar.

[*Grial*, n.º 59, Vigo, 1978, pp. 103-110.]

II.

ALGUMHAS NOTAS FILOLÓGICAS



O IDIOMA NO SEMINÁRIO DE ESTUDOS GALEGOS

Por suposto, o idioma estava no centro das preocupações do Seminário. Constitucionalmente, a nossa Instituição era bilíngüe, e os trabalhos que a ela se apresentavam, ou que nela se redactavam, podiam escrever-se em galego ou em castelán. Mais o espírito dos fundadores favorecia, e afervoradamente fomentava, o cultivo da língua do país. Quando nos reuníamos em Santiago nos locais de San Clemente ou Fonseca os elementos directivos, já nas juntas formais de tipo administrativo, ou nas sessões de trabalho, ou nas simples tertúlias ou conversas amistosas que soíam findar a jornada, era o galego a língua unánime e constantemente empregada por todos os presentes. Como estes, já se tratasse dos presidentes — durante os meus anos de estudante compostelano desempenhava o cargo don Salvador Cabeza de Leom — ou dos fundadores — como Bouça Brei, Filgueira Valverde ou Tobio Fernández —, os da promoção seguinte — González García-Paz, Fráguas Fráguas ou Vázquez Martínez — ou, enfim, os da promoção a que eu mesmo pertencia, eram, éramos todos escritores em galego, mui distinguidos os mais deles, os problemas lingüísticos interessavam fundamente. O estudo do idioma era, naturalmente, um dos objectivos teóricos mais importantes do Seminário.

Mais se o uso do galego, oral e escrito, foi umha realidade característica do Seminário de Estudos Galegos, que neste aspecto continuava a orientação dos homes de *Nós*, a investigação lingüística nom chegou nunca a concretar-se em plasmagens efectivas. Nunca dispuxo o Seminário de lingüistas profissionais de formação especializada e dedicação plena que imprimissem o impulso necessário aos estudos sobre o galego. A Universidade de Santiago, viveiro onde geralmente

se formavam os membros do Seminário, nom contava com umha Faculdade nem umha Secçom de Filologia. O atraso dos estudos lingüísticos na nossa terra continuava sendo umha realidade, e, como nos tempos de Mirás, Cuveiro e Valhadares, eram afeiçoados, e nom técnicos com preparaçon universitária, os bem-intencionados e às vezes meritórios lexicógrafos, ou gramáticos, que forneciam o material informativo aos interessados pola língua galega. Em 1909 dom Vicente Garcia de Diego, que fora catedrático no Instituto de segundo ensino de Pontevedra, fixera imprensar em Burgos um valioso manual de gramática histórica galega que por primeira vez aplicou ao estudo do nosso idioma os métodos próprios da nova escola romanística fundada em pleno Romantismo, mais tardiamente introduzida na Península Ibérica. No entanto, os *Elementos* de dom Vicente constituíam umha obra esgotada, nunca reeditada e só susceptível de consulta em bibliotecas públicas ou privadas onde o seu acesso poderia oferecer dificuldades ou incomodidades notórias. Nom existiam métodos mecânicos ajeitados e doados de reproduçom, como os que nos permitem hoje a todos possuir o Garcia de Diego fotocopiado. De por parte, para quem nom recebera na Universidade umha preparaçon adequada, os *Elementos de Gramática Histórica Gallega* nom eram, de todos os jeitos, umha obra apropriada para despertar vocaçons. Dom Armando Cotarelo Valhedor, catedrático de Língua e Literatura Española, trasladou-se a Madrid poucos anos depois da fundaçom do Seminário. Contodo, ele foi quem, através das suas liçons de fonética histórica comparada do castelam e do galego, proporcionou algumha base científico-filológica e lingüística às primeiras promoçons do Seminário, ja que tanto Filgueira como Martínez López e eu mesmo fomos os seus discípulos no Preparatório de Direito, que era ao mesmo tempo primeiro curso de Filosofia e Letras. Mais passado este curso, continuavam os estudos desta Faculdade emarcados dentro da secçom de História, de jeito que havia pouca ocasiom de consolidar umha iniciaçon na lingüística. A incorporaçon ao claustro de professores de dom Abelardo Moralejo

Laso, catedrático de Latim, realizada no ano académico 1926-1927, já não beneficiou aos primeiros seminaristas. O Doutor Moralejo conseguiu que os pertencentes às promoções seguintes desfrutassem da possibilidade de aprender bem latim, e desde logo colaborou mesmo directamente nos trabalhos do Seminário. Porém, umha formação completa de lingüista não se podia adquirir em Santiago, e os que por razões económicas ou familiares não estávamos em condições de trasladar a matrícula a Salamanca ou Madrid — para não citar universidades mais arredadas — tivemos que resignar-nos a cursar os estudos de História se queríamos seguir os de Filosofia e Letras em Galiza.

Tanto dom Armando Cotarelo como dom Abelardo Moralejo ostentam nos anais do Seminário a direcção da secção de Filologia, o primeiro entre os anos 1923 e 1928, e o segundo entre os anos 1928 e 1930. Mais um funcionamento coordenado e contínuo desta secção não era possível. Duma parte, aqueles dois catedráticos universitários nunca dispuseram do suficiente tempo livre para formar discípulos no seio do Seminário, e doutra, a falta de ambiente apropriado, ao não existir estudos específicos de Filologia na Faculdade de Filosofia e Letras, não propiciava vocações de filólogos; de modo que como colectividade a secção de Filologia não resultava viável, e a sua existência sempre foi mais nominal do que real, quando menos desde que se desglosou da mesma o estudo da História da Literatura, que aparece formando secção especial a partir de 1933. O derradeiro presidente ou director da secção de Filologia foi dom Paulino Pedret Casado.

Fora do labor individual daqueles senhores, que por via de regra não se apoiava numha cooperação assentada propriamente no Seminário, o trabalho nesta especialidade ficou muito por debaixo das outras secções, como as de Pré-História, História, Arqueologia, Geografia, Etnografia e Ciências Naturais, que, em diferente medida, constituíam equipas de trabalho ou coordenavam as suas actividades para produzir obras colectivas. Se examinamos o registo oficial das activi-

dades e as publicações da secção de Filologia, obtemos a impressom de que esta levou umha vida mais bem precária.

Como trabalhos de secção citam-se em primeiro termo os denominados «investigações lexicológicas». O Vocabulário galego-castelam de tipo popular, ordenado polos senhores Filgueira Valverde, Tobio Fernández, Magarinhos Negreira e Cordal Carus, começou a publicar-se polo jornal de Vigo *El Pueblo Gallego* e ficou incompleto. Nunca mais se soubo do vocabulário castelam-galego e do catálogo da língua galega nos quais se nos di que em 1934 trabalhavam vários membros do Seminário. Um estudo fonético sobre vogais galegas nom deveu de ser nunca outra cousa que um projecto nom articulado.

Mais enquadrado no labor da secção como tal, está o esforço realizado em prol da normalização da língua. Na juntança geral celebrada em Pontevedra em 1928 plantejou-se o problema da unificação ortográfica. Dom António Couceiro Freixomil apresentou umhas bases para a unificação da língua escrita, que logo fixo imprensar com um apêndice do Professor Moralejo. Em 1931 nomeou-se umha comissom que reconsiderasse o assunto. Afinal, umha ponência formada polos senhores Pedret Casado, Pereira Rial, González García-Paz, Filgueira Valverde e Lorenzo Fernández, cos quais colaborarom outros membros do Seminário, redactou um texto intitulado *Algunhas Normas pra a Unificación do Idioma Galego*, do qual se acordou a publicação polo Seminário em juntança geral celebrada o 15 de Outubro de 1933.

Estas *Normas* contemhem umha parte expositiva que nos interessa conhecer, pois define a grandes rasgos a filosofia que sobre a língua escrita veu a ser oficial para o Seminário. Resumamo-la a seguir.

Polo de pronto, as *Normas* som propostas para o uso particular do Seminário, e nom se apresentam como baseadas em rigorosos alicerces científicos.

O galego e o português som originariamente a mesma língua. Apesar da separação política, esta unidade mantevo-se até fins do século xiv. Logo, o português chegou a ser umha

das principais línguas do Mundo pola extensom do seu domínio geográfico e pola importância da sua literatura, mentres que o galego perdeu o carácter de língua de cultura. Mantiuvo-se, ainda assim, como fala da imensa maioria dos habitantes do país; e mesmo conservou formas que o português esqueceu, influído polo castelam, mui presente em Portugal durante os séculos xv e xvi e umha grande parte do xvii. Por outra parte, o português desenvolveu formas e giros que — ainda sendo alheios ao castelam — apresentam peculiaridades que impedem toda possibilidade de adaptar sem mais a nossa língua — que nom experimentou umha evoluçom paralela — às normas que regem actualmente o português.

Com esta filosofia, comprende-se o princípio prático que domina as *Normas* do Seminário. Nos vazios que houver que encher no nosso idioma — vazios que nom pòdem menos de se apresentar ao escrever de todo numha língua na qual secularmente nom se vinha escrevendo de nada —, cumpre o achegamento ao português. Esta prática vinha-se ja sostenendo polo Seminário desde um princípio; por exemplo, na supressom dos apóstrofes. Mais o achegamento ao português nom deve extremar-se. Se umha construçom castelá se instalou nalgum dos baldeiros do galego, e essa construçom é «superior tecnicamente» à correspondente portuguesa, nom convém trocar aquela por esta.

As *Normas* propostas aspiram a ser completas polo que se refere ao problema ortográfico; mais no tocante à fonética e morfologia só abordam as questons implicadas naquele problema e as de mais importância para a conservaçom e o desenvolvimento do génio da nossa fala. As dúvidas resolvidas som as que atingirom umha soluçom aceiteada unanimemente polos membros da secçom. Mais os pontos nom resolvidos nom devem ser causa de mágoa, pois o propósito dos redactores das *Normas* é proceder sem pressas e com siso. Dado o estado da língua, nom hai que contar o seu desenvolvimento desbotando a riqueza de formas dialectais, ou estabelecendo regras inflexíveis de tipo fonético-histórico, ou fixando um

censo rígido de cultismos. Virá co tempo a oportunidade dumha codificación mais apurada.

Até aquí a exposición dos principios que inspiraron aos redactores das *Normas*.

A parte dispositiva consta de três apartados: «Normas ortográficas», «Normas fonéticas» e «Normas morfolóxicas». O primeiro apartado divide-se à sua vez em três seccións: «I. Letras», «II. Síños ortográficos», «III. Ligazón de verbas sen siño». Os outros dous apartados nom presentan análoga divisom.

Coa perspectiva dos nossos días, vejamos os aspectos das *Normas* do Seminário que procede salientar.

Propugna-se o acento agudo para marcar as vogais longas dos monossílabos, produto de contracções, aínda que se trate de palabras átonas e nom haja razóns de diacrise que o aconselhem. Co que nom só se acentua *á* (preposición mais artigo), senom tamém *có* (preposición mais artigo) e *só* (adjectivo ou advérbio).

Com respeito ao uso da grafía *x*, as *Normas* estendem-no a todos os casos de representación do fonema /ʃ/ tam só provisionalmente, por razóns de conveniència actual, excluindo de momento as grafías etimolóxicas *g* e *j* nos casos em que procedessem. De jeito que se vê como a Secção era partidária a longo prazo da utilización desses grafemas para representar o antigo fonema /ʃ/, hoje enxordecido. Mais, como as *Normas* conservam o uso de *x* com som de /ks/ nos cultismos, como *nexo*, *exágono*, etc., apuradas polo desejo de reducir ao mínimo os casos de confusom entre *x* /ks/ e *x* /ʃ/, disponhem que nas palabras «enxebres», o *x* etimolóxico intervocálico seja convertido em *is* ou *ns*, segundo as variantes dialectais: *eisame*, *ensame*, e, se esse *x* ía entre consoantes, em *s*, co que teríamos *estrano* (sic). Isto derradeiro parece-nos ser texto corrupto, pois nom conhecemos um *x* «entre consoantes». Deveu de escrever-se no original «ante consoantes», ou «ante consoante», como indica o exemplo, no que, por suposto, o *n* por *ñ* (*nh*) constitui um hiperenxebismo.

Regista-se obrigatoriamente *s* em troca de *z* final de vocábulo (*lus, vos*) e mais em inicial de palavra que em latim começasse por *s* (*soco, sugar*). Estima-se que o fonema /θ/ é castelam, nom galego, e haverá que i-lo desbotando, e com ele o grafema *z*. Propugna-se, pois, o galego sisseante.

O guiom ou traço de uniom só se conserva em quatro casos. O primeiro é o caso do *i* eufónico que na pronúncia de certas comarcas galegas precede ao substantivo que começa por *a* tónico. Supomos que o Seminário nom cria que esses substantivos convertiam indefectivelmente o seu *á* em *i-á*. Os exemplos *a i-anga*, *a i-alma*, parecem sugerir que o fenómeno se reduz ao caso de encontro daquele *á* co *a* do artigo, ou se calhar com qualquer outro *a* em fonética sintáctica (*¿ clara i-anga ?*). A institucionalização na língua escrita dum feito puramente fonético e dialectal sem transcendência semántica indica um critério neste caso francamente vulgarizante e diferencialista perante o castelam e o português. Este último idioma conhece também esse fenómeno de epêntese, mais a língua padrom nom o regista.

O segundo caso de guiom ou traço é o caso das assimilações de *-s* final de substantivo, adjectivo ou pronome, e do *-r* ou *-s* de verbo, ao *l-* subseguinte da forma antiga — conservada nestes supostos — do artigo ou pronome átono de terceira pessoa. As *Normas* falam de trocas daquele *s* ou *r* em *l*. Escrevem *todol-os*, *vol-os*, *cantol-o viron*, *querel-o neno*, e nom *vo-los*, conforme «a asisada opinión de Leite de Vasconcelos», por que «hoxe os galegos silabamos *vol-os*», afirmam na qual cremos advertir confusom entre o morfológico e o prosódico.

O terceiro caso de uso do traço é o do advérbio *nom* reduzido a *n* diante de palavras que comecem por vogal, e o quarto o da preposição *com* reduzida a *co* diante dos demonstrativos ou pronomes de terceira pessoa. Teríamos de escrever, pois, *n-a vin*, *co-eses*, *co-ela*. Outro triunfo do vulgarismo, ou dialectalismo, ou diferencialismo, ou fonetismo na escrita.

Em cámbio, com um critério oposto, mantém-se a ortografia tradicional no caso de *ao*, *aos*.

Quanto às «Normas fonéticas», consignaremos que a conjunção *e* só se troca em *i* diante de outro *e*; que a terminação etimológica -INU, -INA fai -*inho*, -*inha* nos substantivos, mais nom nos adjectivos (assim, *vinho*, *rainha*, mais *fino*, *divina*), e que a terminação -IS em grego, dá -*e* em galego (*tese*, *necrópole*).

Das «Normas morfolóxicas» a mais interessante é a que se refere à geraçom dos plurais das palavras rematadas em -*l*. Preceptua-se que quando sejam polissílabas agudas, formarã o plural «trocando o *l* em *s* (*casás*, *reás*, *caravés*)». Nos demais casos engadem -*es*: *ánxeles*, *fáciles*, *vales*. Dumha banda, escolheu-se a forma galega mais evolucionada; doutra, a mais fiel ao étimo. A mais vulgar e a mais «cultas».

Como, por outra parte, ja indicavam cautelosamente os redactores das *Normas*, ficam fora da codificação pontos que nom se consideraram suficientemente madurados. Alguns som dos mais interessantes para umha normalizaçom da língua. Sobre a soluçom do sufixo ou desinência latina -TIONE, -SIONE, somente se nos proscribe a soluçom -*eón* (o galego de «escordeom», do que dim que falava Pondal): assim, jamais *naceón*, *ocaseón*. No entanto, ¿diremos *nación* ou *nazón*, *ocasión* ou *ocason*? ¿Haverá que distinguir vulgarismos e cultismos? Sendo assim, ¿como os delimitariãmos? Nom se resolveu o Seminário a legislar sobre a matéria. Tãmpouco se di umha palavra sobre a soluçom do sufixo -BILE ou o plural das palavras rematadas em -*n* (-*m*).

Mais à parte do estudo das *Normas* seria interessante estudar a língua galega nos trabalhos do Seminário, anteriores ou posteriores à publicação daquelas, nos quais achamos planeados e resolvidos, dum modo ou doutro, problemas postos de lado polas *Normas*, que a literatura nom podia excusar. O mesmo preâmbulo das *Normas* tivo de afrontar questons deste tipo.

A verdade é que polas causas indicadas, os homes representativos do Seminário empregavam um galego em que se acusa umha forte desorientaçom. É muitas vezes um galego mal aprendido, no qual o arbitrismo, o hiperenxebrismo e o

anarquismo campam como era inevitável mentres umha policía lingüística discretamente exercida nom se puxesse em marcha por autoridade competente.

Limitemo-nos a formular algunhas observaçons sobre o galego da parte expositiva das *Normas*, redactada polos membros do Seminário que deviam de possuir a mais satisfatória preparaçom. Incluimos alguns dados tomados dos enunciados da parte dispositiva. Naturalmente, excluimos as formas citadas como recomendáveis ou proscritas.

A questom da terminaçon latina *-tione* e a do sufixo *-bile* resolvem-se nesse texto dumha forma absolutamente unívoca. Aquela é em galego *-xon*, e esta *-bre*: *unificazón, seixón, considerazón, orientazón, separazón, naxonalidade, naxonal, posixón, poboazón, innovazón, perfeixón, construxón, conservazón, soluxón, evoluxón, prescrixóns, combinazón, representazón, acentuaxón, ligazón, conjunxón, preposixón, terminazón, publicazón, facti-bre, infrexibres*.

Igualmente sistemática é a soluçom *-xa* das formas desinenciais etimológicas nas quais caberiam ou nom absorçons de iode: *fortexa, persistenxa, resistenxa, Galixa, adolescenxa*.

O plural das palavras rematadas em *-n* fai-se sempre engadindo um *-s*, tanto na parte expositiva como na dispositiva das *Normas*, ainda que esta nom legisle sobre o particular: *cuestións, prescrixóns, pretensións, raxóns, exceixóns*.

O texto utiliza um arcaísmo ja proscrito no português e no castelam: *vegadas*.

Como formas falsamente enxebres ou vulgares anotaremos *centíficas, concencia, comenenza* e *extranas*, esta grafiada com *x* na parte expositiva, em contradixom coa parte dispositiva das *Normas*.

Um dos aspectos mais descuidados da língua era o aspecto sintáctico. Na colocaçon do pronome átono, muitos «seminaristas» de fala natal castelá utilizavam sistematicamente a enclise por diferencialismo contra a língua oficial. E, curiosamente, alguns quê, pola sua extracçom rural, eram galego-falantes espontâneos, violentavam a sua gramática natural, por crê-la erosionada polo castelam neste ponto, e caíam

tamém na escrita na aberración indicada. Ou seja, que por oposición ao castelán, recorriam uns e outros à enclise em casos em que o galego claramente coincide co castelán em exigir a proclise. Este erro, do qual tanto tempo nos custou livrar-nos a algúns, e do qual outros nom nos livramos aínda, está presente no mesmo preámbulo das *Normas*, onde se lê: *os sulcos que el vaise marcando*.

Aínda que, segundo vimos, a única realización inteiramente consumada da sección de Filología como equipa de traballo fossem as *Normas*, na lista das publicacións das seccións de Filología e Historia da Literatura — que neste caso nom aparecen separadas —, junto ao *Vocabulario Popular Galego-Castelán* e outros estudos que nom som lingüísticos, senom histórico-literarios, figura um traballo intitulado «Unhas notas inéditas de Oviedo Arce. Verbas pra compretar o Dicionario de Valladares», que se di publicado em «Arq. IV», mais que realmente se insertou no tomo III dos *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*. O seu autor, Álvaro de las Casas, limitou-se a ordenar e publicar as referidas notas.

A pouca vida que, polas causas indicadas, tivo a sección de Filología no Seminario, deve ser posta em relación co galego literario da época, que aspirava a ser culto, e a miúdo era arbitrario.

Bibliografía:

SEMINARIO DE ESTUDOS GALEGOS, *Algunhas Normas pra a Unificación do Idioma Galego*, Nós, Publicacións galegas e Imprenta, Santiago, s. d.

SEMINARIO DE ESTUDOS GALEGOS, *Dez Cursos de Traballo, 1923-1934*, Compostela, MCMXXXIV [Imprenta y Librería E. Paredes Valdés, Pontevedra].

[«Testemuñas e perspectivas en homenaxe ao Seminario de Estudos Galegos», *Cuadernos do Laboratorio de Formas de Galicia*, 5, Edición do Castro, 1978, pp. 13-19.]

SOBRE DIALECTOLOGIA DO GALEGO

SUBDIALECTOLOGIA

Por via de regra, os estudos feitos até agora sobre dialectologia do galego accitam, sem plantear-se sequer a questom da sua legitimidade científica — quer dizer, como um suposto que se impom automaticamente desde fora —, o ponto de partida proporcionado polo galego actual, no seu âmbito geográfico e social; isto é, o galego como unidade autónoma, língua oral e literária distinta de qualquer outra da România; na Península Ibérica, distinta nomeadamente do castelam, do catalam e do português.

Partindo desta base, pode-se afirmar que as modalidades existentes na fala nom apresentam caracteres diferenciais suficientemente marcados para que se atribuam ao galego grupos dialectais. Nom existiriam dialectos, senom falares, dentro do galego. Esta vem a ser a opiniom de Vicente Garcia de Diego (1909), e é umha opiniom correcta se o nosso conceito de dialecto se baseia na existência de substantividades divergentes que entranhem a impossibilidade ou a dificuldade da intercomunicaçom. Nom hai dúvida que um galego-falante de Viveiro, na costa cantábrica, pode entender-se sem problemas com um galego-falante de Buéu, nas Rias Baixas. E que nom hai diferenças de estrutura que creiem interquinhências ao diálogo entre um galego de Betanços e um galego de Fonsagrada. Hai diferenças de léxico e de realizaçoms fonemáticas, de entoaçom e de morfologia que nom afectam à mútua comprensom. O galego nom é, pois, um conjunto de dialectos à maneira do retorrománico, por exemplo, que apresenta importantes somas de divergências entre os elementos constitutivos do grupo. Nom hai dialecto-

tos dentro do galego moderno ao jeito que os hai dentro do actual complexo occitánico, co seu gascom e o seu provençal afastados por nítidas divergências. Mais esse conceito de dialecto nom é universalmente utilizado pola ciência lingüística. Realmente, o concepto de dialecto, como o mesmo concepto de língua, nom som conceptos lingüísticos, senom sociolóxicos, e, polo tanto, instrumentos de traballo convencionais, que se legitimam pola súa utilidade pragmática, de acordo coa consciéncia social sobre a jerarquía e relacións entre os modelos idiomáticos em presenza.

Assim, outros estudiosos falam de dialectos dentro do galego, ou de subdialectos, ou de modalidades, ou de falas, e as súas conclusións nom están em contradición real coas dos que afirman enfaticamente a unidade do galego. Simplesmente, empregam outra terminología.

Se convimos em escolher um termo de conotações neutras dentro do possível, como «modalidades», acharemo-nos num terreno onde cabe umha amplíssima medida de acordo, pois modalidades som tanto as variantes que podem independentizar dúas fórmulas lingüísticas como aquelas que representan nada mais que inflexions normalizadas na realización do sistema. Sobre esta base, empregando diversas denominações sinónimas para designar as partes detectadas no todo, tenhem-se proposto distintas classificações a distintos níveis, algunhas das quais, demasiado empíricas e demasiado vinculadas à geografia física ou política, esnaquizam nimiamente o material contemplado e carecem polo tanto de eficacia didáctica¹.

¹ Lembremos, a título de curiosidade, algunhas destas classificações.

Saco e Arce (1867) falava dum galego setentrional e dum galego meridional. O primeiro propende mais ao uso das vogais abertas, apresenta mais tendência ao mantimento da consoante nasal *n*, desconhece o fonema /θ/, resiste-se às contrações vocálicas; mentres que o segundo ostenta as características opostas.

Leopoldo Pedreira (1912) declara que o dialecto galego da província da Corunha é mui variado, apresentando quatro subdialectos: o *marinbaio*, doce e singelo, que se fala nas rias, e de que é exemplo o *Cancio-*

A primeira divisom do galego feita com verdadeira base científica, quer dizer, como consequência da fixaçom de isoglosas e da sua agrupaçom em feixes, é a formulada por Alonso Zamora Vicente, que distingue um galego atlântico ou ocidental e um galego continental ou oriental, os quais responderiam a substratos distintos de implantaçom do latim, reflexados hoje em contados rasgos de tipo morfológico e fonético.

Esta divisom é hoje clássica, e as matizaçoms que posteriores estudiosos aportaram nom a contradim. Parece ter umha base étnica e histórica, pois, ainda que alguns dos caracteres em que se funda representariam um nível mui arcaico, quicá pré-indo-europeu, a distribuicòm actual daqueles reproduzi-

neiro de Pérez Ballesteros; o *bergantinham*, duro e áspero, que se fala na Costa da Morte e é a língua dos versos de Eduardo Pondal; o *montanhês*, que se fala nos confins da província de Lugo, e pode estudar-se nas poesias de Noriega Varela; e, finalmente, o *ulham* («subdialecto do Ulha»), terno, musical, carinhosíssimo, no qual escreverom na Idade Média Ruiz del Padrón — de quem, como é sabido, nom possuimos nengum texto galego — e Macías o Namorado, e na Idade Moderna — Contemporânea — Rosalia de Castro. Segundo Pedreira, na província de Lugo fala-se um galego mui pintoresco que pode estudar-se nos versos de Jesus Rodríguez López e António Noriega Varela. O subdialecto ourensano é o mais ricaz, o mais viril e o mais próximo do português. Está representado literariamente por Curros Enríquez e Lamas Carvajal. Nas rias de Pontevedra fala-se um galego semelhante ao *marinhao*. Nom se cita nengum representante literário desta forma pontevedresa do galego; mais engade-se que nos arredores de Vigo se fala umha graciosa gíria que se chama *cadicenbo*, mistura de americanismos, de dialecto regional e de vocábulos castelans. Esta modalidade foi esporadicamente cultivada por Manuel Martínez González. *Cadicenbo*, porém, fai referència a Cádiz, aonde iam trabalhar muitos moços galegos que regressavam mui *majors*. Mais que americanismos, seriam andaluzismos o que esperaríamos. O *cadicenbo* vem a ser o *castrapo* ou *galego-castelan chapurreado*. Rosalia deu-nos umha versom satírica desta gíria no seu artigo «El cadiceño». Até aqui — cos nossos comentários — Leopoldo Pedreira.

José de Santiago y Gómez (1918) manifesta que existem três variantes principais dialectais: a berciana, a lucense e a bracaraense. Parece que esta classificaçom se inspira aprioristicamente na existência dos conventos jurídicos de Astúrica, Lucus e Bracara. Nom se sinalam características diferenciais. O autor, quando quer concretar, recorre à distincòm entre subdialecto setentrional e subdialecto meridional postulada por Saco.

Ainda que nestas propostas de determinaçom dialectológica nom faltem eventualmente intuicòm interessantes, nengumha, nem a do mesmo Saco, possui verdadeira validez. Som superficiais, ou incoerentes, ou arbitrárias, ou, simplesmente, infundadas.

ria aproximadamente a ocupação do país por invasores celtas ou tribos ástures. Se calhar, esta distribuição substratística foi depois reflectida de algum jeito, precisamente nos séculos decisivos para a formação do romance, nas zonas de domínio cultural das duas grandes dióceses lucense e iriense; a primeira, com sede na capital do antigo convento jurídico, prestigiada por umha velha tradição, e a segunda, projectada às relações internacionais e ao dinamismo transformador, o que nom seria incompatível coa persistência de formas de vida e formas de language menos erosionadas pola pressom da administração romana, nom apoiada num aparelho tam coerente como o vinculado à capitalidade lucense².

Assim teríamos um galego lucense e um galego iriense. O primeiro, frente ao segundo, caracterizaria-se foneticamente por umha maior desnasalização, pola existência do fonema interdental fricativo xordo que escrevemos *ɣ* e pola pronúncia nom aspirada da velar sonora *g*; no plano morfológico, pola solução *ao*, *-a*, do sufixo *-ANU*, *-ANA*, que unifica em *-am* o galego iriense, o que constitui na realidade umha repercussom no plano da morfologia do rasgo fonético de desnasalização que assinalávamos para o galego lucense.

Estes caracteres coincidem mais ou menos cos que para Zamora Vicente distinguem o galego ocidental do galego oriental. Mais, como é natural, se a distinção se baseia em substratos lingüísticos ou em circunscrições administrativas, os feixes de isoglosas nom se apresentam rígidos, e hai enclaves e anomalias introduzidos polo decorrer da história. Assim, um forte elemento nasal, estendido mesmo às vogais, reaparece no extremo este do galego lucense, onde os perfeitos da primeira conjugação, na pessoa 1, terminam em

² A. Moralejo (1969) chama a atenção sobre o feito de que em Galiza hai diferenças fonéticas entre o galego oriental e o ocidental que parecem estar determinadas, de umha banda, polas dióceses de Lugo, Mondonhede e Ourense, e da outra, polas de Santiago de Compostela — antes de Íria Flávia — e Tui. Retendo somente os nomes das capitais eclesiásticas de maior tradição e influência, aventuramo-nos a simplificar a nomenclatura, falando dum galego iriense e dum galego lucense.

nasal nom menos que os da segunda e da terceira conjugaçõs, e ouvimos *faleim*, a par de *batim* e *partim*. Nessa mesma zona, o sufixo -INU resolve-se em -*im* e nom em -*inbo*, e com monotongo os grupos -ULT- e -UCT- que no resto do país vocalizam em *i* a consoante implosiva. Doutra banda, dentro do galego iriense, o *s* realiza-se bem como ápico-alveolar bem como dorso-dental, o que determina, juntamente coa extensom da escala de entoaçom, importantes diferenças de consciência lingüística. Enfim, a aspiraçom do *g*, típica do galego ocidental, reaparece em comarcas extremo-orientais.

Melhor será, pois, nom vincular sistematicamente os distintos tipos fundamentais de galego a zonas geográficas estritas, ainda que a concorrência de rasgos que definem cada modalidade costume abranger um âmbito territorial suficientemente desenhado, mais nom até o extremo de que os limites sejam nítidos e nom se podam registar, como é natural, anomalias, contaminaçõs e divergências locais. A atençom a nove rasgos escolhidos (1, soluçom do sufixo -ANU; 2, soluçom do sufixo -ANA; 3, plural dos nomes terminados em -*m*; 4, plural dos nomes acabados em -*/*; 5, soluçom do sufixo -INU; 6, realizaçom do fonema /*s*/; 7, sesseo ou nom; 8, distinçom ou neutralizaçom de /*s*/ e /*θ*/ implosivos; 9, realizaçom do fonema /*g*/) permite-nos umha classificaçom das distintas falas galegas em quatro modelos, que chamamos A, B, C e D, os dous primeiros inscritos dentro do galego iriense — sudocidental e norocidental —, e os outros dous dentro do galego lucense — central e oriental. Tomando como base as características mencionadas, podemos formar o seguinte quadro sinóptico:

SUBDIALECTOLOGIA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
A	irmam	irmam	cans	animás	paxarinho	s	mosa	lus	gh
B	irmá	irmá	cas	animás	paxarinho	s'	moθa	lus	gh
C	irmao	irmá	cas	animás	paxarinho	s'	moθa	luz	g
D	irmao	irmá	cais	animais	paxarim	s'	moθa	luz	g

A maioria das falas locais reduzem-se a um dos quatro tipos estabelecidos. Há outras que apresentam caracteres mistos. Dentro do galego sudocidental dão-se formas do galego que seguem o paradigma de A, pero com realização apical de /s/. O quadro precedente permite formular com clareza os caracteres de qualquer fala, e situá-la dentro do paradigma. Assim o galego normativo (académico) pode indicar-se 1A, 2B, 3A, 4D, 5A, 6B, 7B, 8C, 9C; onde se emprega sempre a letra alfabeticamente anterior para registar um rasgo que está representado pluralmente no quadro, quer dizer, que se dá em mais dumha modalidade. Em consequência, no galego comum anotamos 2B, ainda que a forma *irmá* pertence também aos tipos C e D.

SUPRADIALECTOLOGIA

Mais, como dixemos, este estudo de subdialectologia parte do galego como língua autónoma. Cabe também um estudo de supradialectologia que parta do galego como dialecto, e trate de fixar a sua situação dentro dumha unidade lingüística superior. Se a história política nos impom a sua pseudomorfose na consideração do galego, podemos situar o problema a outro nível, e, fundados nas estruturas idiomáticas e nos nas estruturas jurídicas, entender o galego no seu conjunto como umha modalidade do romance hispánico ocidental³, denominação que pode competir coa de galego-

³ O hispánico ocidental poderia ser considerado como o ramo atlântico dum complexo lingüístico que compreenderia o leonês e o castelano. A província romana de Gallaecia integrava extensos territórios ao leste da Galiza actual. Que umha massa territorial que desde o Atlântico atingia o Ebro fosse organizada baixo um só nome, não é concebível se não se admite que esse nome, e o gentilício correspondente, amparavam umha certa unidade étnica ou cultural. A terra dos galecos, desde o Atlântico avançava cara Numância. A cordilheira Ibérica constituía o seu limite coa Tarraconense. Sabemos que a meseta Norte estava também celtizada como o maciço galaico-duriense. Os galecos, pois, os habitantes de Gallaecia, estariam dotados de algumha espécie de falar comum, na medida em que cabe expressar-se assim referindo-nos a línguas não

-português, português ou galego — que todas foram propostas ou usadas — para designar o romance finistérico ou extremo-ocidental. Pois galego-português designa equivocadamente a língua literária dos séculos XIII e XIV, português implica o galego como um dialecto, e galego implica como um dialecto o português. E se bem numha consideração sócio-literária o galego pode ser visto como um dialecto — quer dizer, umha variante — do português e do ponto de vista histórico-lingüístico o português pode ser visto como um dialecto — quer dizer, umha derivação — do galego, a questão complica-se se nos atemos às realidades políticas. Em todo caso, a caracterização do galego como póla do ibero-românico ocidental nom pode formular-se sem recorrer à comparação co português — o seu co-dialecto, se aceitamos a terminologia de Leite de Vasconcelos.

Neste aspecto, o galego representa umha situação arcaica que nos conservou lexemas e sintagmas desaparecidos do português actual. Como língua aliterária durante a Idade Moderna, ficou encorada, perpetuando formas que evoluíram no co-dialecto literário. Mais a influência do castelam eliminou, de outra parte, famílias inteiras de palavras pertencentes ao campo semântico da cultura urbana, que o português conserva. No plano fonético resulta mais revolucionária que o português, pola perda das vogais nasais com valor fonológico, e o enxordecimento geral das consoantes sibilantes, pola desocclusão, e posterior enxordecimento e interdentalização — onde esta se produziu — da

literárias. Podemos, pois, falar dos galecos como possuidores dum idioma indo-europeu pré-celta ou paracelta, logo celtizado, que constituiu o principal substrato do latim galaico. Este latim galaico dividiu-se em duas pólas: o galaico ocidental e o galaico oriental. O primeiro deu origem ao galego; o segundo, ao leonês. Andando o tempo, cada umha destas duas pólas atingiu umha variante marginal, variantes provocadas polo contacto com sendas formas idiomáticas estranhas ao galego: o moçárabe lusitano e o vasco. Assim, do galego desprende-se o português; do leonês, o castelam. Fora deste complexo teríamos o das falas pirenaicas e moçárabes. Esta interpretação das origens dos romances hispânicos centro-ocidentais coincide em certos aspectos coas propostas por diversos estudiosos, incluindo o galego C. P. Otero.

africada alveolar /ʃ/ > /θ/, o que afasta o seu sistema fonemático do português, que permanece mais fiel à forma primitiva. No entanto, o galego mantém a africada palatal xorda, escrita *ch*, que no português perdeu o elemento oclusivo.

Umha consideração completa da dialectologia do galego tem de prestar a devida atenção às falas fronteiriças ou marginais, que representam formas de transição, e algumas das quais tenham sido objecto de rigorosos estudos por Schneider, Leite de Vasconcelos, Cortés e Dámaso Alonso: formas galego-portuguesas ou galego-leonesas, como as de Melgaço ou do vale de Ancares.

[*Grial*, n.º 61, Vigo, 1978, pp. 348-353.]

Bibliografía:

Schneider pode ser considerado como o iniciador dos estudos científicos de dialectologia do galego co seu trabalho sobre o falar da bacia do Limia, publicado em 1938. O dialecto de Lubiam (Zamora) foi estudado por Luís Cortés numha monografia impressa em 1954. Dámaso Alonso e Valentín García Yebra estudaram o galego-leonés de Ancares (1961), e Manuel Fernández Rodríguez a fala de Goiam (1969).

Acarom destes trabalhos sobre unidades dialectais, están os estudos de geografia lingüística que se ocupam da localización ou distribución de rasgos particulares, e aqueles que debatem problemas genéticos referentes aos mesmos. O sesseo (1951), a gheada (1952), a solución do sufixo -ANU (1953) e a distribución de *-oit-* e *-uit-* (1963) foron objecto de estudo por Zamora Vicente. José L. Pensado tem abordado tamén o problema da gheada (1970). Outros trabalhos aparecen citados na nossa *Gramática Elemental del Gallego Común* (1974). Alguns mais modernos poden-se ver, especialmente, nas revistas *Verba* e *Grial*, aquela (com anexos) da Universidade de Santiago, e esta da editorial Galaxia de Vigo⁴.

⁴ Os textos utilizados nas notas 1 e 2 son de Saco, *Gramática Gallega* (Lugo); Pedreira, *Descripción de España* (A Coruña); Moralejo, tradución de Walter Porzig, *El Mundo Maravilloso del Lenguaje* (Madrid), com anotacións. Para a referencia a C. P. Otero da nota 3 veja-se a obra deste autor, *Evolución y Revolución en Romance*, II, Barcelona (1976).

UM EXEMPLO DE GERÚNDIO FLEXIONAL

Um infinitivo com desinências pessoais é característico do galego-português, mais nom desconhecido noutras áreas románicas, ainda que nalgumas delas, como o leonês e o napolitano — mais nom no sardo — se ache extinguido. Hai razons para crer que, no romance hispánico ocidental, o antigo imperfeito do conjuntivo latino, antes de ceder o seu posto ao mais-que-perfeito, conviveu com este; e, ao construir-se assindeticamente, foi confundido com um infinitivo, e passou a sê-lo: de jeito que umha modificação sintagmática repercutiu no paradigma verbal. No entanto, a transformação do infinitivo inflexível em infinitivo flexional, qualquer que seja a realidade histórica da sua aparição em galego-português, pode produzir-se espontaneamente em qualquer língua, coa simples adunção das terminações pessoais como expansão das formas dotadas desse expoente morfológico, à consequência dum processo de determinação semántica. O galego, como modalidade do galego-português, conhece desde sempre o infinitivo flexional, ainda que na sincronia actual nom o achamos universalmente estendido dentro do domínio. Faltam estudos específicos sobre este aspecto da nossa geografia lingüística.

Outra forma nom pessoal em latim, o gerúndio, pode tomar tamém em galego-português desinências indicativas do sujeito do verbo. Mais esta particularidade morfológica, o gerúndio flexional, tenha-se originado independentemente do infinitivo — ainda que paralelamente, como efeito da mesma força de concreção formal — ou por contaminação deste, é um fenómeno muito menos documentado, ja que na fala é desde logo mais raro, e a sua repercussom na escrita inteiramente insólita.

Alguns dados sobre a sua vigência em galego foram oferecidos por nós como contribuição à homenagem recentemente tributada ao Doutor Hans-Karl Schneider com motivo da sua jubilação¹. A filologia galega tem contraída umha déveda de grande importância co autor dos «Studien zum Galizischen des Limiabeckens (Orense-Spanien)», publicados na revista *Volkstum und Kultur der Romanen*, de Hamburgo, em 1938. Esta monografia inaugura propriamente os nossos estudos de dialectologia científica. Era justo e digno que algum estudioso galego colaborasse na ocasião indicada aportando qualquer notícia que se inscrevesse no campo tam brilhantemente cultivado polo professor Schneider nos seus anos juvenis.

Alguns rastros dum gerúndio com flexom persoal em português foram detectados por dous colaboradores da *Revista Lusitana*. J. J. Nunes, tomo VII, «Dialectos algarvios», e Celestino Monteiro Soares de Azevedo, tomo XXVII, «Linguagem popular de Ervedosa de Douro», recolherom formas como *em tu estandos* e *ganhândomos*, que nos apresentam versons flexionadas das persoas 2.^a e 4.^a Nalgumha outra monografia reaparece essa segunda persoa: *indos*.

Em Galiza acha-se um gerúndio persoal em Castelao: *voltândomos*. J. Alonso Montero (*Grial*, n.º 13), ao verificar a sua presença em *Un ollo de vidro*, perguntava-se se nom existiria na fala. Na nossa nótnula de homenagem a Schneider, «Gerúndio galego com desinências persoais», assinalamos a sua presença em Rianjo, pátria de Castelao e da nossa informante Maria do Carmo García Rodríguez, do Seminário de Galego da nossa Universidade². Já na nossa *Gramática* (1974)

¹ «Xerundio galego con desinencias persoais», en *Filología y Didáctica Hispánica, Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider*, Helmut Busche Verlag, Hamburg, 1975, pp. 29-31.

² No nosso citado artigo lembrávamos o texto de Castelao, *Voltândomos ao cimetério*, que temos por um *bápx* dentro da literatura galega. E seguíamos:

«Em procura da realidade deste fenómeno lingüístico tam interessante, temos feito a correspondente pesquisa no concelho de Rianjo, aínda que nom se explorarom até o momento todas as entidades de

recolhíamos a vigência de formas como *víndomos* e *sêndomos*. Cuidamos que é esta toda a bibliografia existente sobre o fenómeno.

Em Santa Comba de Rianjo e em Santa Maria de Leiro som conhecidas as formas desinenciais do gerúndio correspondentes às pessoas 4.^a e 5.^a Haveria que fazer inquéritos fora dessas duas freguesias contíguas para fixar a extensom do fenómeno na fala rianjeira e no galego em geral.

O gerúndio em Rianjo conjuga-se, pois, assim:

1 vindo	4 víndomos
2 vindo	5 víndodes
3 vindo	6 vindo

Nunca temos ouvido a forma 2 *vindos*, que corresponderia às portuguesas *estandos*, *indos*, suficientemente abonadas.

A flexom do gerúndio pode ter-se formado espontaneamente, mediante a adiçom das desinências pessoais, como Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, e outros, postularom que acontecera no caso do infinitivo. Daquela, se nom supomos as desinências transferidas desde umha prévia flexom do

povoaçom que constituem o município. A nossa ajudante Maria do Carmo García Rodríguez, nativa da indicada comarca, tem-nos ja, porém, fornecido informaçom suficiente para sentar algumas afirmaçons.

Castelao tomou efectivamente o morfema desinencial de quarta pessoa, aplicado ao gerúndio, da fala viva da sua vila natal, na que ainda hoje está vigente nos lábios de pessoas de certa idade. Assim, o senhor Justo, dito *Caramujo*, marinho jubulado, duns setenta e cinco anos de idade, construi frases como esta: 'víndomos (víndodes) da rapeta, pescou-nos a lanchita'. Outras muitas pessoas da mesma capital do concelho (parróquia de Santa Comba), de condiçom e idade análogas às do citado sujeito, usam ou conhecem as formas do gerúndio desinencial correspondentes às pessoas quarta e quinta, se bem hai outros muitos rianjeiros que somente usam actualmente a forma em *-mos*. A gente moça desta parróquia, ao menos na sua maior parte, tem esquecido o uso do gerúndio persoal.

Na vizinha parróquia de Santa Maria de Leiro, a forma em *-mos* tem mais vigência que em Santa Comba, mentres que — sempre segundo os dados provisionais e incompletos que até agora obtivemos — a forma em *-des* é mais insólita no uso, ainda que todos os interrogados a reconhecem como natural e legítima se se lhes comunica. É de advertir que nesta parróquia o uso do infinitivo conjugado é mais habitual do que na capital do concelho.»

infinitivo, senom que partimos da base e das desinências persoais latinas, estas seríam:

1 -M > -0	4 -MUS > -mos
2 -S > -s	5 -TIS > -des
3 T > -0	6 -NT > -m

O que teria gerado o seguinte paradigma:

1 vindo	4 víndomos
2 víndos	5 víndodes
3 vindo	6 vindom

Como de feito nom se dam as formas 2 e 6, para as quais nom vemos nengumha dificuldade na estrutura fonética e fonológica da língua, podemos pensar que, ao menos na fala rianjeira, o gerúndio persoal se formou sobre o infinitivo. Se tomamos nas mans umha gramática histórica do romance hispánico occidental, por exemplo o manual de Williams, verémos que se dam como terminaçõs do infinitivo os conjuntos de fonemas que arrancam da vogal temática. Mais o *e* final da forma clássica do infinitivo pode desaparecer, de acordo coas leis da fonética histórica, ou subsistir eventualmente como paragógico, salvo no caso das desinências das persoas 2 e 6, nas que o *e* tem que manter-se porque nom som possíveis em galego-português as seqüências finais *-rs*, *-rm*. Quer dizer, que como latim *-s* dá galego *-s*, e latim *-NT* dá galego *-m*, teríamos 2 **virs* e 6 **virm*, o que nom pode ser; e isto impede que nessas persoas desapareça o *e*. Assim, esse *e* pode ser considerado como formando parte hoje da desinência persoal do infinitivo, ja que a forma nom flexionada termina em *-r*. Entom, as desinências persoais do infinitivo seríam (e assim as regista Vidos, para citar um autor familiar aos nossos estudantes) as seguintes:

1 -0	4 -mos
2 -es	5 -des
3 -0	6 -em

Daquela, ao partirmos destas terminaçons e extrapolarmos-las ao gerúndio, teríamos:

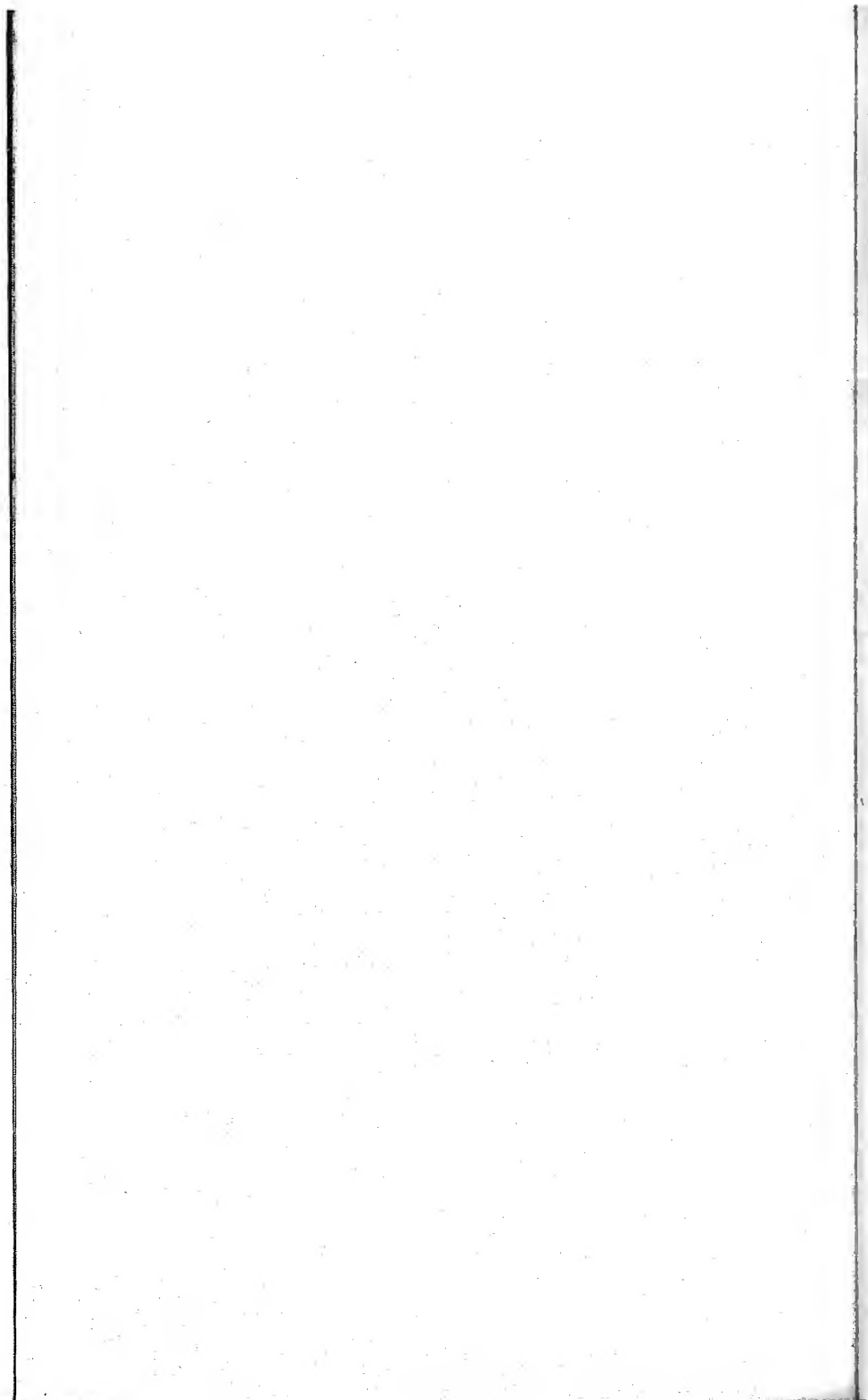
2 *víndoes

6 *vindoem

Estas formas, indubitavelmente, nom calharom por dificuldades fonéticas, aparentemente por ter sido bloqueada a sua evoluçom normal como consequência, se calhar, do tardio do processo. Esse *e* subsistente no infinitivo como vogal de encosta do *-r* implosivo da base, agora transformado em explosivo, e o *-s* e o *-m* desinenciais resultariam no gerúndio assimilados à vogal anterior, e produziria-se umha monotongaçom que, nom apresentando problemas fónicos, pois **vindos* e **vindom* nom som fonologicamente estranhos ao sistema, deveu nom obstante resultar desfigurada funcionalmente dentro do conjunto paradigmático. A força da nivelaçom fonética do idioma, ja debilitada, nom actuou, e as desinências foram rejeitadas. Ou seja: ao plantear-se a possibilidade dum **víndoes* e um **vindoem* acarom dum *vires* e um *virem*, manifestou-se na estrutura da língua a repugnância polo hiato; e nom havendo ja energia para nivelar o desequilíbrio fonético, desistiu-se da regularidade morfológica. Nom temos notícia de que **vindom* tenha sido descoberto por nengures. Se *vindos*, em troca, é possível em português, o certo é que até agora nom o temos denunciado em galego.

Fora destas hipóteses interpretativas dos feitos, é positivo que o galego rianjeiro conhece um gerúndio persoal, com flexons próprias das persoas 4 e 5. A primeira é muito mais usada; porém, a influência da morfologia castelá tende a pospor como anómala, na fala da gente moça, esta notável e pouco conhecida particularidade idiomática.

[Grial, n.º 50, Vigo, 1975, pp. 497-499.]



«PROVIÇO» E «PROVISO»

Se temos de crer a Serafim da Silva Neto, o vocábulo *proviço* é um *hápax* na literatura portuguesa. Aparece, com efeito, umha vez só, em André de Resende, *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro*. Ao esconjurar este religioso aos demos que o atormentavam em forma de arrepiantes visons, chama-lhes *proviços*. O falecido filólogo brasileiro interpreta *proviço* como «perverso, maldito, destinado para o inferno». Quanto à etimologia, mostra-se indeciso. Comunica-nos que, no entanto, se inclina a considerar provável que o núcleo semântico é a palavra arcaica *provinco* — PROPINQUO. De feito, na Beira Alta dá-se o nome de *probinco* ao demo. A forma *proviço* seria umha deformação como resultado dum cruzamento com outra voz de significado análogo, se calhar *praviço*. Do valor primitivo de «parente» passaria a especializar-se como designativa de «parente de Satam», para terminar designando o demo em pessoa¹.

O curioso é que em galego moderno, *proviso* ou *porviso*, que parece o próprio *proviço* conformado à fonética ou à ortografia actual, esse *hápax* do português, é voz viva e mui viva, polo menos em certas áreas da nossa terra. Dieste emprega-a na sua *Fiesta Valdeira* coa significação de «dianho»². Seja o demo maior ou qualquer diabrete ou trasno

¹ Serafim da Silva Neto, *Ensaio de Filologia Portuguesa*, São Paulo, 1956, pp. 173-176.

² «¡Ti mesmo é-l-o porviso, rapaz!» (Rafael Dieste, *A Fiesta Valdeira*, Editorial Citanía, Buenos Aires, 1958, p. 16.) O *porviso* rianjeiro tem, por suposto, escassa semelhança co dianho de tradição católica. O *porviso* é um ente da mitologia popular, de substrato pré-cristão, umha espécie de trasno, ou tardo, mais escachapedras ou atravessado que propriamente mau. Mais têmesos som em Rianjo o urco e o tabeirom. Do urco também se fala em *A Fiesta Valdeira* (pp. 20 e segs.). Nom topo

menos distinguido, o nome é comum na comarca arousana. Tamém o tenho registado na Amaia, e no Ulham. Em Riba-Sar ouve-se: «Dixo que traguia umha mulher mui feita, e aquilo era um porviso.» Aqui, pois, significa visom espantável, algo têmero ou laido. Em Rianjo, à beira do mar, na fala dos marinheiros, di-se *porviso*; mais ao afastar-nos da ribeira, ouvimos aos lavradores *proviso*. Nom me consta que a palavra viva noutras terras mui afastadas, como nalgumha comarca do Oriente da província de Lugo, onde informadores respeitáveis me dim ter notícias do seu uso. Outras pessoas daquela zona a quem interroguei, desconhecem-na totalmente.

Parece claro que o significado primitivo da voz galega foi visom, visom do outro mundo, visom têmera, visom arrepiante, espírito maléfico, demancho, dianho, e chegou a usar-se metaforicamente para designar umha pessoa feia. Nalguns pontos, a metáfora lexicalizou-se, e perdeu o sentido originário. É *umha visom*, ouve-se a cada momento, querendo dizer singelamente «é mui feio». Assim que semelha a sua etimologia ter por base o participio de VIDEO.

O *hápx* português nom tem aparências de ser outra cousa que a viva voz galega³. A semántica une ambas as formas. A distinçom hoje é meramente ortográfica. Ao perderem as africadas o elemento oclusivo em galego-português, produ-

porviso nos dicionários, nem em Risco («Etnografia: cultural espiritual», em *Historia de Galiza*, tomo 1); mais Crespo Pozo, *Contribución a un Vocabulario Cast.-Gall.*, p. 252, s. v. *diablo*, regista *previso* (Padrom).

³ Por outra parte, o galego histórico apresenta, paralelamente ao português, um *proviço*: «Et sabede que en esta terra de pionja ha moytos montes et sserras moy altas et poucos cháos, et achan y estrañas marauillas et moy desauariadas et homes de moytas maneyras. Et bestias et *proviços* et aues outrossy de moytas naturas.» (*Crónica Troyana*, A Corunha, 1900, p. 183.) Kelvin M. Parker regista este *proviço* no seu *Vocabulario* entre os «materiales problemáticos», perguntando-se se significa *duende*, *trasgo*, *imp*, *sprite*, *elf*. O original francês (Benoît de Sainte-Maure, *Le Roman de Troie*) reza: «E de Peoine, une contree / Ou mainte merueille a trovee, / Quar es forez e es montaignes / Dont mout i a plus que des plaignes / Veit l'om folez e satereaus / Bestes sauvages e oiseaus / De mil manieres e de plus...» (Parker, *Vocabulario de la Crónica Troyana*, Salamanca, 1958, p. 289.) No vocabulário de Rodríguez que figura na edição da *Crónica*, tomo II, p. 344, *proviço* declara-se como «fruta», o que carece de qualquer fundamento.

zirom-se muitas confusons na grafia. Africadas e fricativas, sonoras e xordas, as sibilantes enguedelharom-se amiúde. Mais pode haver outra explicação, mesmo um cruzamento. Nom imos afundar agora na questom. Nom temos notícia de que os dialectólogos portugueses tenham detectado essa voz nalguns falares do seu país com posterioridade à publicação do trabalho de Silva Neto⁴. ¿Realmente, será vocábulo extinto na fala viva em Portugal, em todo Portugal, quando em Galiza goza de tam boa saúde?

Vale a pena um estudo completo de tipo lingüístico e etnográfico sobre a matéria⁵.

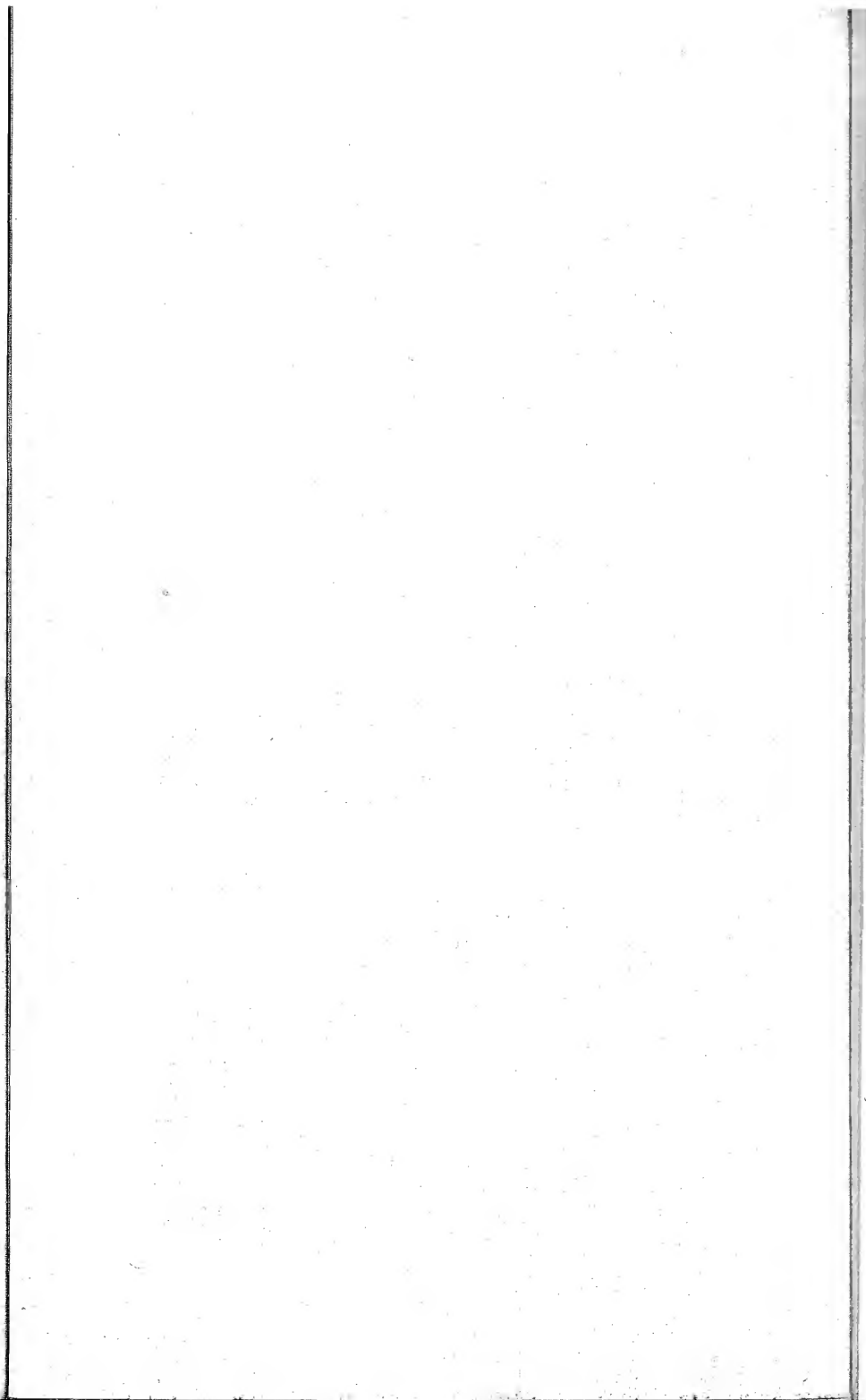
[*Sobre Língua e Literatura Galega*, Vigo, 1971, pp. 233-235.]

⁴ No entanto, no *Elucidário* de Viterbo, edição crítica, Barcelos, 1966, II, 500, figura *proviso* «palavra de impropério». O mesmo que «mofino, perverso, maldito, destinado para o inferno». Som as próprias expressons de Neto antes copiadas.

⁵ Acho agora outra mençom de *proviço* em galego-português medieval. Está nas *Cantigas de Santa Maria*, n.º 59 (ediçom de Mettmann, vol. I, p. 170):

Fazendo assi seu offiço,
mui gran tenp'aquest'usou,
atêes que o *proviço*
a fez que se namorou
do cavaleiro e punnou
de seu talante comprir.

Segundo me comunica o Professor Pensado Tomé, a palavra *previco*, sem dúvida erro por *previço*, figura na *Colección Histórico-Diplomática del Ayuntamiento de Oviedo* por Ciriaco Miguel Vigil, Oviedo, 1889. Acha-se no «Glosario de algunas voces anticuadas, tomado en su mayor parte de autores de reconocida competencia, como el P. Andrés Merino de Jesucristo, Fray Francisco Sota, D. Aureliano Fernández Guerra y Orbe, V. Vignau y otros...» A glosa di: «*previco*, hechicero, encantador, adivino» (p. 554). Seria indispensável o exame do contexto para poder assegurar que nom se trata mais bem de 'dianho'. [Recentemente deu-se-nos o artigo que eu solicitava nas palavras finais do texto deste meu. Veja-se Joseph M. Piel, «Um problema de demonologia lingüística: gal. *proviso*, port. *proviço*, cast. *provizo* 'diabo' mais *proviceiro/provicero* 'feiticeiro'», em *Verba*, Anuario Galego de Filoloxía, vol. 5, 1978, pp. 5-11.]



TESTEMUNHOS GRÁFICOS DO GALEGO DECER

O Professor Pensado, no seu estudo sobre o *Dicionário* de Francisco Javier Rodríguez¹ (que, em vista das investigações do catedrático de Salamanca, teríamos de denominar doravante *Dicionário de Rodríguez-La Iglésia*), faz algumas referências ao galego *decer* «dizer», distinto, por suposto, de *decer* «descer». Estas referências reduzem-se ao registo da palavra em Valhadas²; Carré³ e o *Vocabulario Popular Galego-Castelán*⁴, e à afirmação de que não temos nenhuma prova gráfica da sua existência⁵. Entendemos, naturalmente, tal afirmação no sentido de que *decer* < DĪCĒRE não aparece documentado em texto algum, fora daqueles dicionaristas⁶, que não citam autoridades. Carré inclui o termo como «arcaico».

A ausência de documentação de *decer* «dizer» que Pensado constata, parece induzi-lo ao cepticismo pelo que se refere à existência real dessa forma verbal galega.

¹ José Luís Pensado, *Contribución a la Crítica de la Lexicografía Gallega*, I — *El Diccionario Gallego-Castellano de F. J. Rodríguez y Su Repercusión en la Lexicografía Gallega*, Universidad de Salamanca, 1976, pp. 173-175.

² *Diccionario Gallego-Castellano*, Santiago, 1884.

³ *Diccionario Galego-Castelán e Vocabulario Castelán-Galego*, A Coruña, 1972.

⁴ *Vocabulario Popular Galego-Castelán*, «El Pueblo Gallego», Vigo, 1926.

⁵ Pensado, p. 175.

⁶ Vicente García de Diego regista *decer*, ao lado de *decir*, *dicir*, *dicir* como formas actuais, e os compostos *contradecer*, *desdecer* e *maldecer* (*Elementos de Gramática Histórica Gallega*, Burgos, 1909, pp. 112, 138, 182; e os correspondentes lugares do seu *Manual de Dialectología Española*, Madrid, 1948 e 1959). Não *decer*, mas sim *bendecer* e *desdecer* acham-se registados em Eladio Rodríguez González, *Diccionario Enciclopédico Gallego-Castellano*, s. v. (I, pp. 11 e 544; II, p. 69). Cf. César Oro, «Fluctuaciones morfológicas en gallego. Verbos en -er», em *Verba*, 3, Universidad de Santiago, 1976, pp. 186, 188, 192, 195, 196, 198, 201.

É de supor que o estudo de Pensado foi elaborado com anterioridade à publicação de *Prosa Galega I*⁷, tomo em que recolhi textos dos princípios do século XIX nos quais tal forma está presente. Mas fora desses textos achamos também *decer* «dizer». Ainda que *dizer* seja a forma normal do galego antigo, nas *Cantigas de Santa Maria* regista-se, excepcionalmente, *dezendo*, já com a sequência *e-e* em troca de *i-e*⁸. E a forma *decer*⁹, ortografado assim ou *dezzer*, *deser*, aparece testemunhada como a própria do galego médio, como vamos ver a seguir.

O testemunho mais antigo que conheço acha-se numa carta de Briatis da Serra dirigida em 1603 ao Conde de Gondomar, D. Diego Sarmiento de Acuña. Nela lemos: «siñificaba a v m o muyto gosto e contento que tiña y os desta cassa de v m por me *dezzeren* que v m y a senora dona Costanssa y os senores fillos y o sor yrman don Garcia todos tinan saude¹⁰.

Documentamos assim mesmo a forma que nos interessa nas cartas dirigidas em 1605 ao próprio Conde pelo seu parente D. Diego Sarmiento de Saavedra.

Na primeira, datada de 8 de Abril, temos: «E ysto podó eu *dezzer* por v. m.¹¹». E na segunda, de 20 de Setembro: «E así naom poso deixar de *dezzer* isto¹²».

⁷ Cátedra de Linguística e Literatura Galega, Universidade de Santiago, *Prosa Galega, I — Desde os Primeiros Oitocentistas ao Grupo «Nós»*, Galaxia, Vigo, 1976.

⁸ «Mas aquele foi-llo negar, / *dezendo*: Gran torpidade / fezeistes sol desto cuidar, / e allur o demandade.» «E tan muito o foi seguir / que ja non pude mais mentir, / e o frade fez o viir, / *dezendo*: Por Deus, uviade.» Cf. Walter Mettmann, *Afonso X, o Sábio. Cantigas de Santa Maria*, vol. II, pp. 349-350: cantiga 239, versos 15-18 e 55-58. O câmbio de vogal radical *i* para *e* dá-se também em falares fronteiriços de Trás-os-Montes, onde hoje se ouve *dezerei*, *dezeria*, *dezesse*, como indica Maria José de Moura Santos no seu trabalho da *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1967, pp. 234-235.

⁹ No futuro, sempre que neste artigo escreva *decer*, referir-me-ei a *decer* «dizer», se não indicar expressamente que se trata de *decer* «descer».

¹⁰ Lois Tobio, «Outras dúas cartas en galego a Gondomar», em *Grial*, n.º 57, Vigo, 1977, p. 366.

¹¹ Lois Tobio, «Gondomar e o galego», em *Grial*, n.º 40, Vigo, 1973, p. 142.

¹² *Ibid.*, p. 143.

Pasemos agora aos textos de fins do século XVII que se nos conservaram no libro das *Fiestas Minervales* (1697).

Nele encontramos *dezer*, *decer* como única forma usada.

Juan del Río y Otero: «Esto todo do Arçobispo / *decer* moi ben se pudera¹³».

Juan Correa Mendoza y Sotomayor: «E esto de escribir por contas / he *dezernos* que rezemos¹⁴». «Que se pode ben *dezer*¹⁵». «Oin *dezer* os mais vellos¹⁶».

Bernardo Vallo de Porras: «Que alumea entendementos / se pode *dezer* en parte¹⁷».

Juan Antonio Torrado: «Logo, ben podo *dezer*, / falando coa boca chea¹⁸».

Não será excessivo oferecermos um novo testemunho de *decer* de fins do século XVII, dum autor que participou nas *Fiestas Minervales* de 1697. Este autor, que assina Azagra, aparece com o nome de Frei Manuel de Losada ou Travilla no volume citado, com poesias escritas em castelhano exclusivamente. Mas o Doutor Pensado, precisamente, publicou um vilancico galego do mencionado poeta no qual se confirma mais uma vez que a forma em *-er*, com *e* no radical, era a vigente naquela época. A estrofe final do vilancete diz:

As Pastores lle ten Ley,
deçendolle: enamorado,
quen vos trougo acá, *dezei*,
entre Bestas, sendo Rey?
Y el *dezfa*: Mal Peccado¹⁹.

O cura de Fruíme também conhece *decer*: «Moitas veces presumín / *decérvolo*, como agora²⁰».

¹³ *Fiestas Minervales*, Santiago, 1697, p. 32.

¹⁴ *Ibid.*, p. 37.

¹⁵ *Ibid.*, p. 38.

¹⁶ *Ibid.*, p. 39.

¹⁷ *Ibid.*, p. 45.

¹⁸ *Ibid.*, p. 50.

¹⁹ X, L. P., «Un vilancico galego inédito», em *Grial*, n.º 42, Vigo, 1973, p. 487.

²⁰ *Escolma de Poesía Galega*, II — *A Poesía dos Séculos XIV a XIX* (1354-1830), Galaxia, Vigo, 1959, p. 294.

No *Papel de Toribio*, um texto inédito do século xvii ou do xviii²¹, que se encontra em poder do Departamento de Filologia Românica desta Faculdade, achamos: «E que lle bas a *decer*».

Observamos que o *c* do étimo, palatalizado pela vogal seguinte, perdeu na ortografia galega, entre as *Cartas* e as *Minervales*, todo o resíduo de sonoridade e africacão. Na época das *Minervales*, sem dúvida a pronúncia desse *c* nesse contexto era a mesma de hoje: /θ/ ou /s/, /ʃ/, segundo as zonas dialectais.

Reencontramos *decer* em 1810, nas *Proezas de Galicia*.

Na parte incorporada na minha antologia aparece o gerúndio: «*decendo* que viña Sul de Portugal con doce mil homes²²». O que não exclui a forma com *i*: «*dicíndose* trescentas mil pestes²³».

Em 1812 registo o infinitivo *decer* como forma exclusiva na *Carta* que firma Ramón González Senra: «e *decerlle* catro cousas²⁴»; «agora xa un home pode *decer* cunha honrada fachenda que non leva dous ás costas²⁵»; «oín eu *decer* en Cais²⁶»; «Non lle podo *decer* máis²⁷».

Noutro texto da mesma data alternam *decer* e *dicir*: «Oín *decer* que moitos levan correspondenza con vustede sin verse²⁸». «Moito tiña que *decerlle* sobre desto e outras cousas²⁹»; «podemos *dicir* agora³⁰».

²¹ Trata-se do papel da personagem Toribio dum entremez ou sainete do qual não se conservam ou se conhecem mais partes. A letra e outros aspectos exteriores obrigam-nos a datar o manuscrito como se indica no texto. A linguagem confirma essa data cronológica. É, pois, um dos mais antigos nacos dramáticos galegos conservados e conhecidos até agora. Teve que ser redigido nalgum ponto do Sudoeste da Galiza, como indica o «sesseo» que se reflecte na escrita. Darei a conhecer proximamente este curioso escrito, de que vale a pena estudar a língua detidamente.

²² *Prosa Galega*, p. 15.

²³ *Ibid.*, p. 14. O infinitivo, no naco seleccionado, aparece na forma *decir*: «¿Ti non creerás o que che vou a *decir*?» (P. 14.)

²⁴ *Prosa Galega*, p. 17.

²⁸ *Ibid.*, p. 21.

²⁵ *Ibid.*, p. 18.

²⁹ *Ibid.*, p. 21.

²⁶ *Ibid.*, p. 20.

³⁰ *Ibid.*, p. 21.

²⁷ *Ibid.*, p. 20.

Em 1813 anotamos formas novas que remontam a *decer*, mas conjugado sempre o verbo com «sesseo»: «E *desédeme*: hai moito que fôchedes á vila?³¹»; «E *desédeme*, Minguiño³²»; «Qué *desedes*!³³»; «a rexencia, que *desedes* que botaron³⁴»; «todo o que *desedes* está pasando³⁵»; «*Desería*, *deseria*, porque voso tío é... como Dios o sabe³⁶»; «Se vos hei *deser* a verdá³⁷»; «que quere *deser* sin carantofia³⁸»; «Tamén discurriron os inquisidores *desernos*³⁹»; «*Deséños* algo del⁴⁰»; «E *deséme*, ho⁴¹».

Neste texto acho uma vez *desir*: «*desir* que manteñamos a relixión pura⁴²».

Noutro texto do mesmo ano encontramos a mesma alternância, desta vez sem «sesseo»: «Eu queríache *decir* algo⁴³»; «che volvo a *decer*⁴⁴».

Nos textos de 1820 que figuram em *Prosa Galega* não há nenhuma forma do verbo que permita reconstruir o infinitivo. As formas presentes são *dis*⁴⁵, *dixeron*⁴⁶, *dixen*⁴⁷.

Em 1836 o infinitivo é já exclusivamente *decir*⁴⁸ ou *desir*⁴⁹; o gerúndio *desindo*⁵⁰; o imperativo *decí*⁵¹ ou *desí*⁵²; o futuro *diréi*⁵³, *dirás*⁵⁴, *dirán*⁵⁵; o condicional *diría*⁵⁶. O verbo *decer* desaparecera⁵⁷.

Porém, se passamos dos primeiros oitocentistas aos autores

31 *Ibid.*, p. 23.

32 *Ibid.*, p. 24.

33 *Ibid.*, p. 23.

34 *Ibid.*, p. 24.

35 *Ibid.*, p. 24.

36 *Ibid.*, p. 23.

37 *Ibid.*, p. 25.

38 *Ibid.*, p. 25.

39 *Ibid.*, p. 27.

40 *Ibid.*, p. 25.

41 *Ibid.*, p. 26.

42 *Ibid.*, p. 28.

43 *Ibid.*, p. 29.

44 *Ibid.*, p. 30.

45 *Ibid.*, p. 31.

46 *Ibid.*, p. 31.

47 *Ibid.*, p. 33.

48 *Ibid.*, pp. 34-42, 44, 49, 50 e 57.

49 *Ibid.*, pp. 36, 37 e 52.

50 *Ibid.*, p. 54.

51 *Ibid.*, pp. 44 e 63.

52 *Ibid.*, p. 34.

53 *Ibid.*, pp. 38 e 54.

54 *Ibid.*, p. 45.

55 *Ibid.*, p. 49.

56 *Ibid.*, p. 47.

57 As abonações de *decer* e as formas derivadas, como opostas às de *decir* e as correspondentes a esta, apresentadas neste artigo, referem-se sempre, como anotamos, aos textos antologizados em *Prosa Galega*. Não temos pesquisado as partes dos textos que não se incluem na antologia, no caso de que esta não reproduza a totalidade daqueles. Mas os exemplos verificados chegam para o nosso fim.

do Ressurgimento, tornamos a achar alguns testemunhos gráficos de *decer*. Apresentamos os que seguem.

Um texto de 1863:

Vamos, meu pai, á *decer*
que na vila estoutro día
cando de misa salía,
como tiña algún leser
fun à praza para ver
se había moitas sereixas
(este non é darvos queixas)
e alí encontrei a Catuxa
berrando coma unha bruxa:
¿Quén quer mercar as carqueixas⁵⁸?

Outro de 1881: «Vai saíndo longa de máis esta carta; por esto vou acabala, *dicéndoch*e que, cando rapaces, con pouco diñeiro se mantía unha casa⁵⁹».

Agora um de 1886: «Como iste traballo non se publicóu, a lo menos que nosoutros sepamos, non podemos *decer* nada respeito a il⁶⁰».

Também encontramos *decer* num texto de 1891, de Francisco Romero Blanco, onde se lê: «e oírle *decer* que o quería»; «tiña vergonza de *decer* o seu pecado⁶¹».

O mesmo Curros Enríquez, no seu prólogo ao libro *Aturuxos*, de Ramón Armada Teixeiro (1897), utiliza *dicer*:

⁵⁸ Vicente Fociños, «Gritos en Santiago», em *Galicia. Revista Universal de Este Reino*, A Corunha, 1 de Julho de 1863.

⁵⁹ Justo Pico de Coaña, «Literatura gallega. Carta a Bastián da Pallarega, en Boston (Estados Unidos), subdialecto de la costa de la provincia de Lugo, entre Vicedo e Burela, Vivero, 30 de Mayo de 1881», em *La Ilustración Gallega y Asturiana*, tomo III, n.º 21, Madrid, 28 de Julho de 1881, p. 249.

⁶⁰ Juan Manuel Rodríguez de Cea, «Fillos de Galicia que na autualidade cultivan no libro ou na prensa o dialeuto gallego. Lixeira idea das suas obras». Memória premiada no Certame Literário de O *Galiciano*, celebrado en Pontevedra o 9 de Agosto de 1886, e publicada no livro *Produciós premeadas...*, Pontevedra, Imp. de José Alfredo Antúnez, 1886, p. 93.

⁶¹ Francisco Romero Blanco, «Un amor que mata e outro que da vida», em *El Fin del Siglo*, número extraordinário, Santiago de Compostela, 24 de Julho de 1891.

«Pola época i o medio en que se concibeu e sai á luz, pode *dicerse* que este libríño é un estranxeiro⁶²».

Num Vocabulário de princípios do século xx achamos as seguintes entradas: «*Asegurar*: Decer.» «*Bendecir*: Bendecer, bendicir⁶³»

Desdecer é recolhido por Ibáñez no seu dicionário⁶⁴.

Ainda que de momento não possamos encher as lacunas que oferecem os testemunhos do galego escrito para a forma *decer*, um estudo da literatura galega do Ressurgimento, que não temos realizado, orientado no sentido correspondente, dar-nos-ia, com seguridade, novos exemplos daquele vocábulo. Nalgum caso, como o de Romero Blanco, poder-se-ia pensar que tomou a palavra de Valhadares, e por isso não teria autoridade para certificar a continuação da tradição. Mas que *decer*, ainda que muito abafado por *decir*, respirava ainda, e podia aparecer, portanto, na escrita, prova-o o feito de que *decer* é usado mesmo hoje nas falas populares, é forma viva do galego actual.

Não é, pois, *decer* uma forma arbitrária ou indocumentada, senão uma forma autêntica do galego médio, que ou se formou então por assimilação vocálica do *i* do radical ao *e* da desinência, assimilação favorecida pelo enfraquecimento da pronúncia, produtora de obscuridade do timbre, ou aflora à escrita desde uma vida oral que pode ser muito antiga. Também poderia explicar-se por outras razões de carácter fonético ou por cruzamentos semânticos, e mesmo por influência do castelhano, que também abriu em *e* o *i* do étimo. O cruza-

⁶² *Obras Completas de Curros Enríquez*, V — *La lira lusitana*, *La señorita de aldea*, *De mi álbum*, *Artículos y poesías en gallego y castellano*, precedidas de un admirable estudio crítico por el Excmo. Sr. D. Segismundo Moret, seguidas de importantes juicios acerca de la labor literaria de Curros Enríquez, por eminentes literatos, y con el aditamento de diversas notas escritas por el recopilador de estas obras, Madrid, Librería de los suc. de Hernando, Calle del Arenal, n.º 11, 1912, p. 219.

⁶³ Jacinto del Prado, *Vocabulario Castellano-Gallego*, Lalim, Imp. de *La Defensa*, 1907.

⁶⁴ José Ibáñez Fernández, *Diccionario Galego da Rima e Galego-Castelán*, 2.ª edição, Madrid, 1956, p. 66.

mento com *decer* «descer» parece que deve ser rejeitado, pelo afastamento dos respectivos significados.

Resta-me agora apoiar a afirmação de que *decer* «dizer» existe no galego actual, quero dizer no galego coloquial de hoje, com o qual a existência de testemunhos gráficos dessa forma ainda não detectados fica reforçada como hipótese fortemente verosímil.

Com respeito a isto direi que *decer* figura, como forma normal de «dizer» recolhida em diversos pontos, no ficheiro de materiais para a confecção do Atlas Linguístico da Galiza.

Nele pode ver-se a distribuição até agora comprovada dos resultados do latim *DĪCĒRE* no galego falado actual. Ainda que o meu objectivo neste artigo se centre sobre o infinitivo em *-er*, que representa a forma mais genuína, será útil localizá-lo no seu contorno com relação às formas em *-ir*.

Segundo estes dados, a forma *deser* aparece documentada dentro da província da Corunha, em São Mamede de Carnota, Santa Maria de Roo e Louro-Muros, lugares próximos entre si, imediatos ou próximos da ria de Muros e Nóia.

Na província de Lugo não aparecem formas em *-er*.

Ourense regista *decer* em Bande, se bem que já só na boca dos velhos. Com *z* interdental sonoro em troca do surdo temos as realizações do galego *limiam*: Monterredondo (Padrenda), Entrimo e Bubaces (Riocaldo-Lóbios). Já em Zamora, recolheu-se *deθer* em Porto.

Pontevedra apresenta esta forma na Graña e Guillade (Pontareas).

São, pois, três lugares na Corunha; quatro em Ourense; dous em Pontevedra; um em Zamora. Total, dez. É de crer que a desinência *-er* se mantenha também noutros lugares não explorados.

Sem dúvida, o infinitivo em *-er* é hoje muito minoritário com respeito ao infinitivo em *-ir*, mas também os pontos explorados até agora são em número reduzido. Porém, não é meu propósito fixar a distribuição completa das formas, mas sim apoiar com a informação com que de momento se

conta, a autoridade dos textos escritos em que assoma o infinitivo em *-er*. Para tal fim, esta corroboração é sobejamente operante.

Como se vê, as formas em *-er* estendem-se por lugares muito afastados entre si. Trata-se de lugares muito isolados itinerariamente ou muito relacionados com Portugal, o que favoreceu o mantimento da forma primitiva.

Assim, pois, ainda que a forma *dixir* seja a única que emprega Sarmiento, a afirmação do Doutor Pensado segundo a qual esta seria a já empregada na linguagem conversacional do seu tempo⁶⁵ deve rectificar-se no sentido de que decerto não era aquela forma exclusiva, pois até hoje tem chegado, se bem que limitada a certos lugares, a forma *decer*.

Finalmente quero indicar que a forma de infinitivo *dir*, que recolho na minha *Gramática*, não parece espúria, como parece crer Pensado.

À parte do testemunho de Cuveiro, temos hoje essa forma viva ainda em Feás (Corunha). Notícias dignas de crédito, mas ainda não comprovadas por inquérito científico, situam também *dir* nalgum ponto da província de Ourense, e possivelmente subsiste na província de Lugo, ao menos entre Vicedo e Burela, onde se documenta segundo um escrito de 1881 que sem dúvida reflecte a realidade dialectal de então: «houbo un convento de frades temprarios que en barcas de coiro viñan a *dir* misa na capela⁶⁶».

Por sua banda, Rosalia usara esta forma nos *Cantares*: «Mais anque *dir* eu diga⁶⁷».

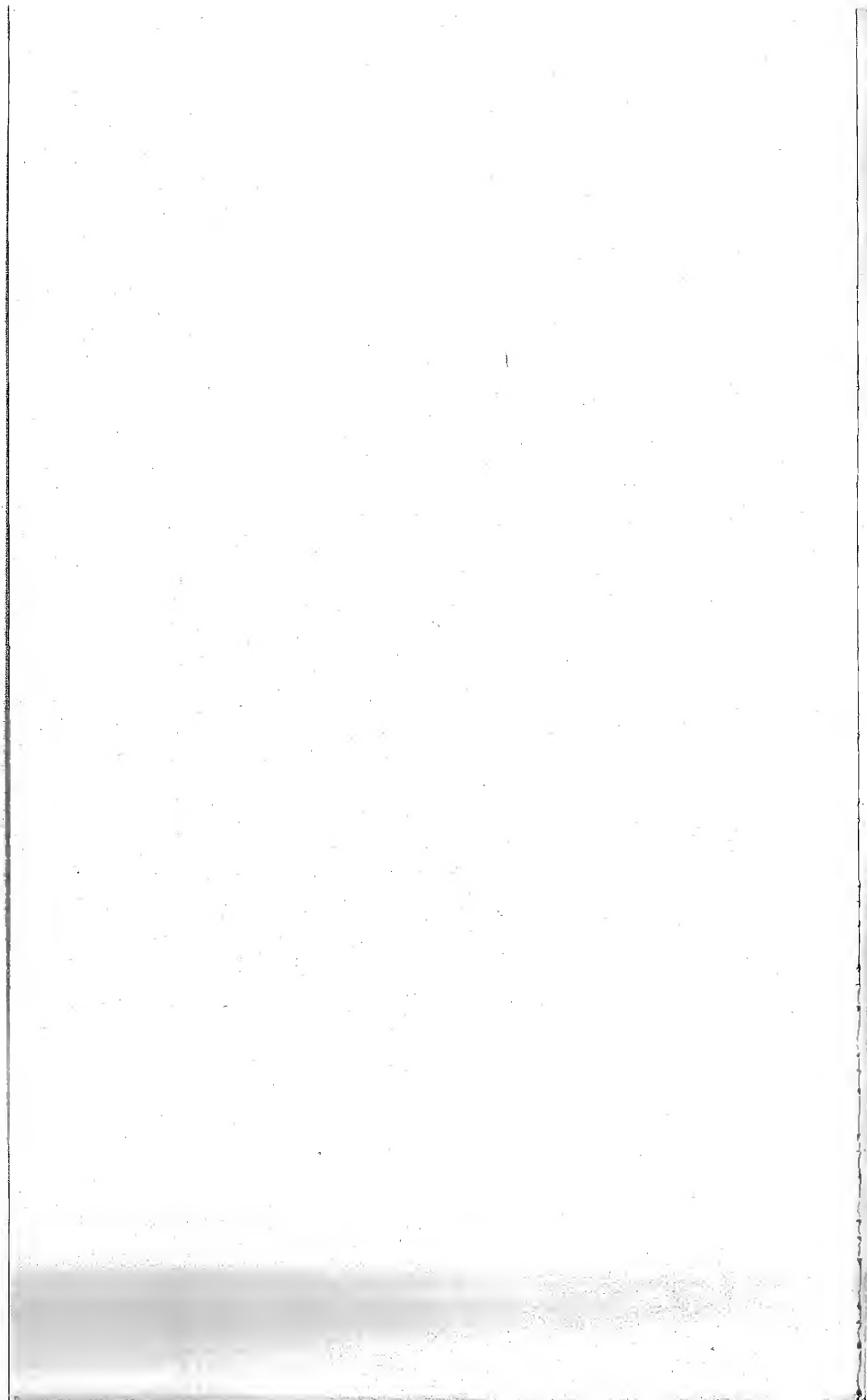
Poderíamos traçar um mapa que nos desse as formas abonatórias de *dir*, mas com as reservas indicadas, mapa que pela dispersão que reflectiria, testemunharia um uso antigo muito estendido da forma.

[*Verba*, vol. 5, Universidade de Santiago, 1978, pp. 101-112.]

⁶⁵ Pensado, p. 173.

⁶⁶ *Prosa Galega*, p. 130.

⁶⁷ Rosalia de Castro, *Cantares Gallegos*, Salamanca, 1963, p. 65, v. 65. Registado en *Particularidades Morfológicas del Lenguaje de Rosalia de Castro*, Universidad de Santiago, 1972, p. 54.



Composto e impresso na *Tipografia Guerra*, Viseu

3000 exemplares

